



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCOS ANTONIO TRAVELLO RENNÓ

**OS PRONOMES PESSOAIS DE 1ª PESSOA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS
ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MARCOS ANTONIO TRAVELLO RENNÓ

OS PRONOMES PESSOAIS DE 1ª PESSOA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS
ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina (UEL) — Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa Dra. Maria Isabel Borges.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R295p Rennó, Marcos Antonio Travello.

Os pronomes pessoais de 1ª pessoa : uma análise a partir das produções escritas dos alunos do 9º ano do ensino fundamental / Marcos Antonio Travello Rennó. Londrina, 2015.
100 f. : il.

Orientador: Maria Isabel Borges.

Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa – Pronomes. 2. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Brasil – Teses. I. Borges, Maria Isabel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

MARCOS ANTONIO TRAVELLO RENNÓ

OS PRONOMES PESSOAIS DE 1ª PESSOA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS ALUNOS
DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina (UEL) — Curso de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Borges
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 27 de agosto de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por um caminho sem grandes sobressaltos e a esperança de que continue sempre assim;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro;

À Coordenação Nacional do PROFLETRAS, sede na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

Ao Coordenador da Instituição Associada ao PROFLETRAS – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida;

Às Professoras Doutoras Dircel Aparecida Kailer e Joyce Elaine de Almeida Baronas, membros da banca de qualificação, que gentil e sabiamente contribuíram com a elaboração desta dissertação, com suas leituras pontuais, sugestões e críticas;

Aos Professores Doutores Dircel Aparecida Kailer e Juliano Desiderato Antonio, membros da banca de defesa, por avaliarem esta dissertação;

Agradeço aos professores do PROFLETRAS, os quais nos desafiavam e, ao mesmo tempo, nos incentivavam por meio do conhecimento;

À professora Dra. Maria Isabel Borges, orientadora, pelo apoio e paciência dispensados na execução do trabalho;

Aos alunos que gentilmente cederam seus textos para análise;

À equipe do projeto de extensão *Disque-Gramática*;

Aos colegas de curso PROFLETRAS, pelas discussões instigantes e produtivas e pelo companheirismo;

À Ana, por partilhar comigo, passo a passo, duas décadas de caminhos.

RENNÓ, Marcos Antonio Travello. **Os pronomes pessoais de 1ª pessoa**: uma análise a partir das produções escritas dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. 2015. 100 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras — PROFLETRAS) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal identificar e sistematizar as ocorrências dos pronomes pessoais de 1ª pessoa (singular e plural) nas produções escritas dos alunos de 9º ano (de uma escola pública do estado do Paraná), para verificar o modo como essas formas se apresentam e se organizam nessas produções. Tomam-se como base os estudos linguísticos mais recentes sobre o português brasileiro — por exemplo, Bagno (2012) e Castilho (2010) — que descrevem e explicam o estatuto categorial dos pronomes pessoais em relação a critérios semânticos, discursivos, gramaticais e também em relação ao processo de gramaticalização pelo qual essa classe/função tem passado. Pretende-se, dessa forma, estabelecer um quadro analítico para que se possa, a partir da análise e comparação com os autores acima mencionados, levantar: (a) quais são os pronomes pessoais de 1ª pessoa (e as palavras ou expressões que adquiriram essa função) usados pelos alunos em suas produções escritas; (b) em que medida esse uso diverge do que descrevem os estudos linguísticos mais atuais sobre os pronomes, principalmente em relação às funções e aos elementos lexicais que as representam e (c) se os nove anos do ensino fundamental deram aos alunos o acesso às normas cultas características do contexto urbano ou se existem traços de outras variedades em suas produções escritas. Os resultados obtidos indicam que os alunos do 9º ano usam, nas produções escritas, os pronomes de 1ª pessoa tradicionalmente prescritos nas gramáticas prescritivo-normativas, mais a expressão *a gente*, que equivale a *nós*. Quanto às funções desempenhadas pelos pronomes, há, ainda que, em poucos casos, divergência entre prescrição e uso. No que concerne às gramáticas descritivo-normativas, os resultados obtidos praticamente coincidem com aqueles descritos em seus quadros de pronomes de 1ª pessoa, como aqueles próprios dos usos dos brasileiros, tanto em relação às formas como em relação às funções. Espera-se que, de alguma forma, a investigação contribua não só para a descrição do funcionamento da língua no que concerne ao uso dos pronomes, mas também para o apontamento de soluções quanto à sua aquisição na forma mais prestigiada.

PALAVRAS-CHAVE: Português brasileiro. Pronomes pessoais. Falante real.

RENNÓ, Marcos Antonio Travello. **1st person personal pronouns**: an analysis of written productions of 9th grade students. 2015. 100 pp. Dissertation (Professional Master's Degree in Arts – PROFLETRAS) – The State University of Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The main objective of this work is to identify and systematize the occurrences of 1st person personal pronouns (singular and plural) in the written productions of 9th grade students (from a public school in the state of Paraná) to check how these forms are presented and organized in such productions. We draw on the latest linguistic studies about the Brazilian Portuguese - for example, Bagno (2012) and Castillo (2010) - who describe and explain the categorical rules of personal pronouns in relation to semantic, discursive and grammatical criteria, and also in relation to the grammaticalization process by which this class/function has passed. We intend, therefore, to establish, from the analysis and comparison with the authors mentioned above, an analytical framework so as to verify: (a) which 1st person personal pronouns (and the words or expressions that have acquired this function) are used by the students in their written productions; (b) to what extent this usage diverges from the ones which are described in the latest linguistic studies on pronouns, especially regarding the functions and lexical elements that represent them, and (c) whether the nine years of elementary school have given the students access to the standard Brazilian Portuguese characteristic of the urban context, or whether there are traces of other varieties in their written productions. The results obtained indicate that the 9th grade students use, in written productions, 1st person pronouns traditionally prescribed in prescriptive-normative grammars. They also use the expression *a gente*, which is equivalent to *a nós*. As for the functions performed by pronouns, there are, even if in few cases, divergence of prescription and use. Regarding the descriptive-normative grammars, the results obtained are virtually identical to those described in charts of 1st person pronouns, such as those common to the Brazilian uses, not only in relation to forms, but also in relation to functions. We expect that, somehow, the research may contribute not only to describe how the language works regarding the use of pronouns, but also to point out solutions for their acquisition in the most prestigious form.

KEYWORDS: Brazilian Portuguese. Personal Pronouns. Real Speaker.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 —	Quadro dos pronomes pessoais no PB	23; 32
Quadro 2 —	Quadro dos pronomes pessoais I.....	24; 30
Quadro 3 —	Definicoes prescritivo-normativas de pronomes pessoais	27
Quadro 4 —	Quadro dos pronomes pessoais II	31
Quadro 5 —	Indices de 1a pessoa no PB	34
Quadro 6 —	Indices de 2a pessoa: discurso menos monitorado e discurso mais monitorado	34
Quadro 7 —	Relacao entre a configuracao textual e o código.....	46
Quadro 8 —	Variantes para a 1a pessoa do plural em funcao sintatica de sujeito.....	56
Quadro 9 —	Ocorrencias de <i>nós</i> e <i>a gente</i> (em funcao de sujeito) de acordo com os textos escritos e produzidos em contexto escolar	57
Quadro 10 —	Ocorrencias de <i>nós</i> e <i>a gente</i> de acordo com o tempo verbal	60
Quadro 11 —	Ocorrencias da 1a pessoa do plural em relacao as funcoes sintaticas que exercem	64
Quadro 12 —	Pronomes pessoais de 1a pessoa do singular e plural	70; 92
Quadro 13 —	Ocorrencias de 1a pessoa do singular em funcao sintatica de sujeito de acordo com as categorias de textos coletadas	77
Quadro 14 —	Ocorrencias dos pronomes de acordo com as funcoes sintaticas que exercem	86

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1.1	OBJETO DA PESQUISA	8
1.2	JUSTIFICATIVA.....	9
1.3	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.4	OBJETIVOS	15
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	19
2.1	DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUES BRASILEIRO (PB) E O PORTUGUES EUROPEU (PE)	20
2.1.1	Diferenças e a Busca por um Português Brasileiro.....	21
2.1.2	Os Pronomes e as Diferenças entre PB e PE.....	23
2.2	ESTATUTO DOS PRONOMES PESSOAIS: VISÃO DA GRAMÁTICA PRESCRITIVONORMATIVA	26
2.2.1	As Diferenças Conceituais: Gramática Normativa x Gramática Descritiva	28
2.2.2	Os Pronomes a Partir da Perspectiva das Gramáticas Prescritivo- Normativa e dos Manuais Didáticos de Gramática.....	29
2.2.3	Estatuto dos Pronomes Pessoais: Visão Descritiva.....	31
2.3	BENVENISTE: OS PRIMEIROS ESTUDOS ENUNCIATIVOS EM TORNO DOS PRONOMES PESSOAIS.....	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4	UMA ANÁLISE DOS PRONOMES PESSOAIS DE PRIMEIRA PESSOA	47
4.1	PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL	47
4.1.1	Função de Sujeito: <i>Nós</i> e <i>A Gente</i>	54
4.1.2	Função de Complemento: <i>Nós</i> e <i>A Gente</i>	64
4.2	PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR.....	70
4.2.1	Função Sintática de Sujeito.....	76
4.2.2	Função Sintática de Complemento.....	86
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	97
ANEXO —	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	100

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta primeira seção do trabalho está organizada em quatro tópicos.

No primeiro, apresentamos o objeto da pesquisa, que se concentra nas produções escritas de alunos do 9º ano de uma escola pública do estado do Paraná, situada na região norte da cidade de Londrina.

No segundo, apresentamos a justificativa, que consiste, essencialmente, na necessidade de reconhecer de que forma os pronomes pessoais se realizam na escrita desses alunos; mas se volta também para a discussão em torno da qual necessidade tem girado o ensino de português nas últimas décadas, principalmente, no que se refere às questões da norma ensinada na escola.

A apresentação do problema é feita no terceiro tópico e se ocupa basicamente com o modo como os pronomes pessoais se configuram nas produções escritas dos alunos que estão terminando os nove anos do ensino fundamental.

No quarto tópico, traçamos os objetivos, os quais se resumem em: (a) estabelecer, a partir da análise dos textos dos alunos, um quadro dos pronomes pessoais (ou outros termos com essa função) usados; (b) comparar esse quadro com outros já estabelecidos por estudos anteriores (BAGNO, 2012, 2013; CASTILHO, 2010; CASTILHO, ELIAS, 2012), observando se houve mudanças tanto em relação ao quadro de pronomes, quanto em relação às funções que eles exercem.

1.1 OBJETO DA PESQUISA

Neste trabalho, tomamos como objeto de pesquisa os pronomes pessoais de 1ª pessoa nas produções escritas de alunos do 9º ano de uma escola pública estadual do estado do Paraná, situada em Londrina, em um bairro de classe média e média baixa, de onde são oriundos a maioria dos jovens que participaram da pesquisa. Formam um grupo de aproximadamente 90 alunos, sendo 41 meninos e 49 meninas, com idade de quatorze anos, salvo exceções. Esses alunos estão distribuídos em três turmas, uma do período matutino e duas do vespertino.

A aplicação das produções escritas foi feita tanto pelo professor pesquisador, na condição de professor regente, como pelo professor regente de cada sala. As condições de produção, vale lembrar, são normalmente balizadas por uma sequência didática que trabalha determinado gênero textual, associando-o à sua condição de produção e à sua função social,

além de mostrar as características estruturais e as marcas linguísticas que asseguram as particularidades que lhe são inerentes. Todos os textos foram coletados após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP/UUEL) (Projeto n. CAAE 386634144400005231, aprovado em 31 outubro de 2014).

No que se refere ao registro ou à variedade linguística, não podemos descartar a influência que o meio escolar, depois de nove anos de permanência, é capaz de exercer nos alunos durante a atividade de escrita. Mesmo que o professor não os oriente nesse sentido, é possível prever certas preocupações sobre as formas e possibilidades de concretização da escrita direcionadas para critérios que vão para além dos próprios usos quotidianos e que mostram a presença de certa consciência do prestígio que essas formas e possibilidades têm em detrimento das suas.

Isso, no entanto, não é nenhum empecilho ao estudo que se propôs a fazer. Pelo contrário, faz parte dos objetivos que buscamos e que em parte pretendem pontuar em que medida a escola tem influenciado ou imposto, na escrita, usos referentes aos pronomes pessoais, foco de nosso estudo, próprios das variedades cultas brasileiras.

Ainda que apareçam, no decorrer do estudo, referências a trabalhos que abordaram a língua numa perspectiva diacrônica, tomados aqui como baliza para necessárias comparações, a nossa análise segue o viés sincrônico da língua.

1.2 JUSTIFICATIVA

Expostos, nas aulas de português, ao dilema sobre o que e como ensinar, os professores, muitas vezes, se sentem perdidos e têm a impressão de que seu trabalho é infrutífero, pois, de um lado, não veem relevância para o aluno (e nem mesmo o aluno) no que estão ensinando. Essa percepção decorre do fato de estarem ensinando possibilidades de uso da língua que, cada vez mais distante da nossa atualmente usada e, principalmente, da do aluno, trazem em si um estranhamento às vezes tão grande que é impossível negar-lhe artificialidade.

Por outro lado, ao professor, muitas vezes, é colocado que, se o aluno não aprender aquela possibilidade de uso da língua, normalmente associada à norma-padrão, na aula de português, onde mais poderá aprendê-la?

Essa exigência que se impõe, como declara Neves (2008), inclusive por parte do povo, “... que, como percebemos claramente nos dias de hoje, fala como pode, mas considera

e aceita que não fala como deve, quando não tem o padrão autorizado” (NEVES, 2008, p. 48), impossibilita, em grande parte, pensar a língua com base em seus usos. Tal fato, por extensão, impede reconhecer que esses usos, mesmo que não coincidam com um padrão imposto ou privilegiado, compõem também uma norma.

Para romper o estigma perpetuado por gerações, no qual a visão de língua reflete não a realidade linguística heterogênea, mas sim a imagem linguística socioculturalmente construída a partir de determinado estrato de prestígio, é preciso que se proponham ações que modifiquem, na sociedade, a visão que esta tem sobre a língua.

Isso implica entender que a **língua** não é um sistema uno, invariado, mas, necessariamente, abriga um conjunto de variantes. Afinal, é ilegítimo desconsiderar a interferência mútua das variantes e conceber rigidamente um padrão linguístico modelar. No tratamento escolar, a variação não pode ser vista como “defeito”, “desvio”, e a mudança não pode ser tida como “degeneração”, “decadência”. Nem pode a heterogeneidade ser vista como recurso para atuações menos legítimas, “menores”. (NEVES, 2008, p 20, grifo da autora)

A compreensão de língua, na acepção acima, deve ter suporte na escola. É certo que as pressões sociais que delegam à escola o dever de ensinar a língua prescrita nas gramáticas normativas, sob pena de não estar cumprindo o “verdadeiro papel”, continuarão. Afinal, onde se poderá aprender a variedade de prestígio da língua?

Deve-se apresentar à discussão, nesse ponto, é a percepção equivocada de norma que a sociedade, de um modo geral, tem: algo estanque cuja função estaria ligada estritamente a nortear os usos para os quais estabeleceria limites, emitindo, também, juízo de valores positivos para o que estivesse dentro desses limites e negativos para o que estivesse fora, à margem.

A essa concepção equivocada de norma, como prescrição e valoração apenas, a escola deve apresentar a seus alunos (por meio destes, espera-se alcançar gradativamente a sociedade), a acepção de “norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 35) Desse conhecimento, é possível estendermos o conceito de norma para normas (algumas exemplificadas em seus próprios falares, outras nos tantos falares espalhados pelo país) e, diante delas, buscarmos não em relação à valoração (certo/errado), e sim em relação à adequação aos usos uma norma ou várias normas que corresponda(m) às situações reais de uso.

Esse processo, se implementado, parece ser capaz de responder, em certa medida, a algumas questões sobre os objetivos aos quais os professores de português devem se pautar quanto ao que ensinar. Também seria, em certa medida, um avanço na compreensão de que

nossa língua, assim como todas as outras, se concretiza ou se realiza no conjunto de variedades, ou seja, na heterogeneidade. Estas, por sua vez, seriam todas válidas porque são capazes de, no domínio de seu uso, cumprir com perfeição seu papel nas interações sociais.

Para efetivação desse processo, entretanto, faz-se necessário, no que diz respeito aos professores, a imposição de certas condições:

(a) reconhecer as variedades linguísticas de seus alunos, aceitando-as e valorizando-as como variedades válidas do português brasileiro;

(b) aceitar que as variedades cultas do português brasileiro se distanciam relativamente das variedades cultas do português europeu, embora as gramáticas prescritivo-normativas¹ insistam em colocar estas variedades como referência para um falar (bem) e escrever (bem) o português brasileiro.

A partir dessa aceitação, é possível que decorra uma mudança de postura em relação ao que se usa como exemplo de norma culta em sala de aula, o que por extensão também implicará numa outra concepção sobre o que seja *falar e escrever bem*. Agora, não mais compreendidos a partir de um limite que se circunscreve a uma norma eleita com base em conceitos sociopolíticos e culturais, mas baseados em critérios que estão associados às condições particulares de uso. Assim, como bem descreve Antunes (2014, p. 104), “o bom uso da língua é aquele que é adequado às condições de uso”.

Partindo dessa concepção, é possível que se diminua a distância — tão grande — entre o português da escola e o português dos alunos. Como sabemos, o português da escola se baseia quase exclusivamente na norma-padrão, que traz, em sua configuração, a descrição de uma língua cujos usos, em certa medida, se distanciam em muito dos usos trazidos pelos alunos. Assim, quanto mais distantes forem as variedades linguísticas do aluno em relação à norma que a escola ensina, mais estranhamento vai lhe causar e mais dificuldade ele terá no processo de sua aquisição. Sobre esse assunto, Cagliari (1989) afirma: “Para ele [o aluno], aprender o dialeto da escola é como aprender uma língua estrangeira, e aprender a escrever ortograficamente é um quebra-cabeça extremamente mais complicado do que o apresentado a um aluno que é falante do dialeto da escola.” (CAGLIARI, 1989, p. 35)

Isso pode trazer consequências desastrosas para esse sujeito, entre as quais está a evasão escolar, que entre tantos motivos, também vem de certo **sentimento** de inadequação e

¹ Prescritivo-normativas são as gramáticas impositivas, aquelas que, formuladas com base em especialistas e escritores consagrados, sistematizam um conjunto de normas para falar e escrever “bem” a língua e consideram como errado todo uso que não está prescrito por essas normas. Isso não quer dizer que, diante de descrições ou gramáticas descritivas, por exemplo, a de Moura Neves, Castilho, entre outras, não haja uma norma regente. Se não existe língua sem norma (FARACO, 2008), também não deve haver gramática da língua que não seja normativa. Usaremos, por isso, para nos referirmos à gramática descritiva, a terminologia descritivo-normativa.

de não pertencimento àquela realidade. Pensamos que a mudança desse panorama até hoje de divergência entre a língua que os alunos trazem para escola e a língua que esta lhes apresenta, certamente, fará com que haja uma identidade entre ambos, que, ao ser percebida pelos alunos possibilitará que o mito de língua difícil e inatingível *caia*. A proposta, como podemos presumir pelo que até aqui foi dito, prescinde de uma norma-padrão que se baseie em uma gramática prescritivo-normativa, pois, como diz Cagliari:

A escola, para ensinar o dialeto-padrão, não precisa, de fato, de uma gramática normativa; basta uma gramática descritiva da variedade dialetal do português que quer que seus alunos aprendam. Mas, procedendo assim, mudaria o enfoque, e o aluno saberia que, assim como o dialeto de prestígio, seu dialeto também tem uma gramática e, se é o dialeto da escola que se estuda, é porque ele representa um instrumento de promoção social e intelectual. E, para estudá-lo, não precisaria nem desprezar, nem abandonar seu dialeto. (GAGLIARI, 1989, p. 39)

A questão gira em torno de determinar um tipo de norma que, baseada nos usos prestigiados mais comuns, possa ser considerada viável em relação à sua abrangência e representatividade, a ponto de ser promovida pela escola como um padrão a ser ensinado. Essa tarefa demanda, para ser alcançada, muita investigação e análise das realizações linguísticas que perpassam as várias normas cultas brasileiras. Só por meio de estudos sobre a realidade linguística do país, poderemos avançar para que, a partir da compreensão mais real dos usos de nossa língua, possamos dela fazer um retrato no qual todos nós brasileiros nos reconheçamos.

Podemos concluir que, mesmo num recorte específico sobre determinados aspectos da língua, no caso, os pronomes pessoais de 1ª pessoa, este trabalho pode contribuir com as teorias linguísticas à medida que propicia uma revisão, por meio de sua sistematização e reflexão, a respeito de certos preconceitos e ideias equivocadas que se cristalizaram sobre a língua, aos quais já nos referimos anteriormente.

Nessa direção, inscreve-se o trabalho aqui proposto: apresentar, mediante a análise de textos escritos por alunos no final do ensino fundamental (9º ano), portanto num contexto de uso real, um diagnóstico da língua no que concerne, especificamente, aos usos dos pronomes pessoais de 1ª pessoa. A partir da sistematização desse diagnóstico, esperamos oportunizar, não sem a devida reflexão sobre o *corpus* levantado, o acréscimo de mais normas cultas, inclusive a padrão, na visão dos alunos.

É provável que o resultado deste trabalho contribua positivamente com as questões relacionadas ao ensino, dando aos professores que atuam na Educação Básica outros subsídios para trabalhar com a categoria dos pronomes pessoais. E também mostre que, além das possibilidades que já estão estabelecidas pelas gramáticas prescritivo-normativas, há outras

cuja proximidade com os usos mais comuns pode tornar o ensino mais significativo, pois se estará ensinando as normas comuns de uso aos alunos.

Mais ainda, ao se incluir os usos comuns da língua aos alunos e, portanto, reais, no contexto de ensino, a escola estará dando a esses usos legitimidade, despindo-os do estigma de desvios da linguagem, confirmando o que já lhes é inerente: o caráter de língua, sem adjetivos para subcategorizá-los.

1.3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Dentre os diversos aspectos do português estudados pela linguística, os pronomes certamente ocupam um lugar de destaque. Vários trabalhos (DUARTE, 1986; LOPES, 2001; NUNES, 1996; PAGOTTO, 1992²) têm abordado as variações pelas quais esses elementos tão importantes da língua têm passado. Essas variações são de ordem diversa e transitam pelos aspectos morfológicos, sintáticos, pragmáticos e semânticos dessa categoria. Isso não é pouco no processo de (re)configuração de uma língua, pois nela alteram-se os modos de representação, seja em relação aos elementos dêiticos, seja aos fóricos, seja a tudo o que a eles de alguma forma se liga.

Essas alterações se operam por meio de processos variados que atuam na conformação da língua atendendo, obviamente, às suas necessidades funcionais. Diagnosticá-las e explicá-las, buscando entendê-las como mudanças que atendem às necessidades dos falantes, é passo importante na implementação de políticas de ensino que vejam as mudanças linguísticas como um processo de adequação das línguas às condições de uso que socialmente se impõem. Isso é diferente, portanto, da visão que até aqui tem predominado e que as toma como erros ou desvios, como se houvesse um impedimento de cunho linguístico para outras possibilidades de realização da língua.

² Duarte (1986) analisa, num *corpus* que envolve fala, escrita e fala veiculada pela televisão, as formas de realização do objeto direto correferencial com um sintagma nominal mencionado no discurso. Os resultados a que chega atestam o desaparecimento, na fala, do clítico acusativo, que passa a ser substituído principalmente por uma categoria vazia. Esse fato também é comprovado na escrita.

Pagotto (1992) investiga o percurso diacrônico dos clíticos pronominais, buscando entender as condições que explicariam a mudança da composição desses elementos em relação à posição que ocupam nas sentenças.

Nunes (1996) tenta explicar que o processo de perda dos clíticos de 3ª pessoa no português brasileiro decorre da mudança da direção da cliticização fonológica ocorrida no início do século XIX. Essa mudança levou o português brasileiro atual à cliticização fonológica da esquerda para a direita.

Lopes (1986) busca entender o processo pelo qual se deu a inserção de *a gente* no sistema pronominal do português. Através de um estudo diacrônico, levanta as etapas pelas quais o substantivo *gente* (cristalizado na forma *a gente*) passou até assumir *status* de pronome.

De acordo com Castilho (2010), as alterações sofridas pelos pronomes se deram pelos processos de substituição, desaparecimento, mudança, perda ou acúmulo de função. Esses processos podem ser verificados, por exemplo, na substituição gradual do pronome *nós* pelo sintagma nominal indefinido *a gente*; no desaparecimento, na fala, dos pronomes oblíquos de 3ª pessoa; no fato de o pronome *ele* acumular, além da função nominativa (sujeito), que já lhe era própria, a função acusativa (objeto direto) etc.

Entretanto, algumas dessas alterações sofridas pelos pronomes não apresentam ainda explicações convincentes sobre os fatores dos quais são decorrentes. Às vezes, é a ausência de pesquisa sobre aspectos mais específicos dos pronomes, em condições (de uso) também específicas, que ainda não permitiram um esclarecimento sobre os caminhos que essa categoria tem seguido, mostrando, assim, seu desvio, sua permanência e até mesmo sua ausência na língua. Outras vezes, os dados de que dispomos já podem não corresponder à realidade, pois se basearam num *corpus* colhido há décadas, que, por isso, pode ter perdido, em parte, sua atualidade em relação ao retrato fiel da língua (BAGNO, 2012, p. 744).

É o caso, por exemplo, dos estudos que estamos tomando como referência (BAGNO, 2012, 2013; CASTILHO, 2010) para a análise que faremos dos pronomes pessoais nas produções escritas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Esses estudos se basearam, quase que exclusivamente, em dados colhidos por projetos de documentação do português brasileiro cujo início ocorreu há mais de 40 anos, como é o caso do Projeto Nurc (Norma Urbana Culta), e mais de 20 anos, como é o caso do Projeto de Gramática do Português Falado. Este último, idealizado e coordenado pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho, apesar de iniciado nos anos 80 (1987, para ser mais preciso), utilizou, como vemos em Silva (1996), dados do *corpus* do Projeto Nurc. “Embora o ‘projeto do português falado’ não esteja vinculado ao projeto Nurc, o material de análise da “gramática” é, essencialmente, o material do *corpus* mínimo do Nurc”. (SILVA, 1996, p. 89)

O *corpus* mínimo do Nurc corresponde a 18 entrevistas que foram compartilhadas entre os vários núcleos do projeto (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Posteriormente foram incluídas, para confrontar com o *corpus* mínimo, novas gravações, feitas com os mesmos entrevistados da década de 70, às quais se somaram outras com novos informantes. Mesmo com a inclusão de novas amostras para comparação, o *corpus* utilizado pelos trabalhos que usamos como referência, em sua maioria, continua composto por dados colhidos há décadas.

Apesar de, como já dissemos, várias pesquisas mostrarem como os pronomes têm se comportado no português brasileiro, seja escrito, seja falado, o problema que nos move para a

pesquisa pode ser colocado numa pergunta: como os pronomes pessoais se apresentam e se organizam nas produções escritas de alunos que estão completando o Ensino Fundamental no ano de 2014?

Tal problema assim se desdobra em outros:

1. O conjunto de pronomes pessoais usados pelos alunos nas produções escritas ainda está em conformidade com o quadro de pronomes do português do Brasil proposto por linguistas como Bagno e Castilho?
2. Em que medida as variedades usadas pelos alunos nas produções escritas se diferenciam das normas cultas urbanas (aquelas baseadas nos dados da Nurc) em relação ao uso dos pronomes pessoais?
3. Em que medida as variedades usadas pelos alunos nas produções escritas no que concerne ao uso dos pronomes pessoais coincide com a norma-padrão?
4. A opção por *a gente* ou *nós* é aleatória ou existem alguns fatores que condicionam uma ou outra forma? Se existem, quais são?
5. Os nove anos do ensino fundamental deram aos alunos acesso às normas cultas urbanas ou existem traços de outras variedades nas produções escritas?

Exposto o problema, apresentamos os objetivos deste trabalho.

1.4 OBJETIVOS

No processo de análise e comparação do *corpus* construído, alguns objetivos foram buscados no intuito de compreender como se compõem e funcionam os pronomes pessoais de 1ª pessoa nos textos dos alunos que estão concluindo o ensino fundamental. Entre esses objetivos, o principal é estabelecer, a partir da análise dos textos, um quadro que apresente os pronomes pessoais usados pelos alunos para, com base nesse levantamento, fazermos algumas comparações com os quadros (dos pronomes pessoais) das gramáticas prescritivo-normativas e manuais de gramática, bem como com aqueles que, a partir de estudos linguísticos recentes, são apresentados como o quadro atual dos pronomes pessoais do português brasileiro, por exemplo: na *Gramática pedagógica do português brasileiro* de Marcos Bagno (2012); na *Gramática de bolso do português brasileiro* também de Marcos Bagno (2013); na *Nova gramática do português brasileiro* de Ataliba Teixeira de Castilho (2010) e na *Pequena gramática do português brasileiro* de Ataliba Teixeira de Castilho e Vanda Maria Elias (2012).

Essa comparação nos possibilitou construir um panorama que responda às nossas dúvidas a respeito dos tópicos abaixo:

(a) quais são os pronomes pessoais de 1ª pessoa, segundo o quadro das gramáticas prescritivo-normativas, usados pelos alunos;

(b) quais já deixaram de fazer parte de seu léxico e de sua gramática internalizada;

(c) quais pronomes adquiriram funções diferentes daquelas já prescritas pelas gramáticas prescritivo-normativas;

(d) quais pronomes adquiriram funções diferentes das descritas pelos estudos linguísticos mais recentes (BAGNO, 2012, 2013; CASTILHO, 2010; CASTILHO; ELIAS, 2012);

(e) quais palavras ou expressões assumiram *status* de pronome pessoal e em quais funções, reorganizando, assim, o quadro e dando-lhe características que indiquem mudança linguística e reforcem ainda mais as distinções entre português brasileiro e português europeu.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa também se deteve sobre a alternância entre os usos de *nós* e *a gente*, incluindo os possíveis condicionantes que levam o aluno a optar por uma ou por outra forma de completar a posição de primeira pessoa do plural nos textos escritos. Tomando como base pesquisas que analisaram essas duas ocorrências (*nós* e *a gente*) na fala e seus condicionantes, fizemos um estudo com a intenção de comparar se as ocorrências na fala e na escrita são numericamente compatíveis ou se destoam. O mesmo também foi feito em relação aos fatores que condicionam para a escolha de uma ou outra opção.

O resultado dessa análise nos permitiu averiguar se os nove anos de escolaridade deram aos alunos o domínio das normas cultas brasileiras no que se refere ao uso dos pronomes pessoais de 1ª pessoa, traçando uma escala que pode estabelecer os níveis de aquisição dessa variedade, desde os que já a dominam e a reconhecem como um recurso importante, passando por aqueles cujo domínio ainda seja intermitente (ou seja, oscile entre o *continuum* da língua).

Talvez a análise nos permita encontrar uma regularidade a partir da qual possamos organizar os pronomes pessoais sob a perspectiva dos alunos como usuários do português brasileiro. Pressupomos que, da composição dessa norma, façam parte os usos das normas populares, os usos da norma culta, inclusive, traços dos usos indicados pela norma-padrão.

Nesse *continuum* de normas, estariam presentes as influências da escolarização, da comunidade à qual pertencem os alunos e também das condições de produção. Essas influências atuam, é claro, em cada usuário ou grupo de usuários de maneira diferente, pois

dependem das condições em que cada um ou seu grupo esteja inserido. Assim, mesmo frequentando o mesmo nível (ano) escolar, teríamos naqueles alunos cujas famílias estão há mais tempo inseridas no contexto urbano e, conseqüentemente, de escolarização, uma variedade mais próxima da variedade urbana culta. Por outro lado, teríamos um distanciamento maior à proporção que esses alunos forem oriundos de famílias cujo acesso à norma culta urbana e à escolarização ainda não tenha ocorrido ou tenha ocorrido há menos tempo. Também interferem, nesse caso, além do tempo, a intensidade e a frequência com que o contato com a norma culta urbana é estabelecido.

A respeito do papel da escola como mecanismo de apropriação de uma das variedades do *continuum*, no caso a variedade culta, vale a pena transcrever o que Bortoni-Ricardo (2005, p. 50) comenta ao analisar o caso de uma aluna:

Examinando a competência sociopragmática de Elaine, observou-se o seu domínio da tarefa comunicativa proposta, as suas escolhas lexicais e um alto índice de concordância nominal e verbal encontrados no seu linguajar. Sua competência interacional fica evidenciada pelo modo como se utiliza dos turnos, a mudança como reage às mudanças de enquadramento, suas estratégias de esquiva quando não tem a resposta esperada e a rapidez com a qual se realinha às novas situações. Pode-se concluir, portanto, que esse falante já sobrepôs ao seu vernáculo estilos monitorados para cuja implementação são necessários recursos linguísticos e sociopragmáticos específicos. Considerando seu *background* sociolinguístico, suas redes primárias de interação e os padrões de sua sociabilização, há que se admitir que a escola, tanto na sua função de transmissora de informações sistemáticas, quanto na sua função de sociabilização secundária, vem cumprido o seu papel com esta aluna e seus colegas em geral.

Se à escola cabe a função de propiciar aos alunos o acesso às normas mais prestigiadas socialmente, também deveria recair sobre ela a função de expor a esses mesmos alunos algumas considerações sobre as variedades que eles trazem para a escola.

Em primeiro lugar, deveria conscientizá-los de que as “novas” normas aprendidas não substituem em todas as circunstâncias a que eles trouxeram consigo para a escola. Elas foram aprendidas para atender às condições de outros usos, em situações nas quais, por exemplo, a formalidade exigir. Assim, como diz Antunes, se “... existem situações sociais diferentes; logo, deve haver também padrões de usos da língua diferentes”. (ANTUNES, 2014, p. 104)

Outro ponto que deveria ser tratado diz respeito às concepções de *certo* e *errado*, que historicamente se impuseram no discurso das pessoas e nas gramáticas prescritivo-normativas, entendendo como linguagem certa aquela vinculada à norma-padrão e como errada qualquer outra que não esteja de acordo com o que prescreve essa norma. Atrelados a essa concepção, vieram os preconceitos que, distinguindo as pessoas pelo modo como falam ou escrevem,

decretam também, quase de uma forma geral, os lugares sociais que cada um deve ocupar ou de onde vêm, de acordo com a variedade com que se expressam.

À escola compete enfatizar e demonstrar que toda variedade da língua é regida por uma organização gramatical que lhe é própria. Dessa forma, convém observarmos o que diz Faraco (2008) sobre o assunto: “Se um enunciado é previsto por uma norma, não se pode condená-lo como erro com base na organização de uma outra norma”. (FARACO, 2008, p. 36)

A escola deve deixar bem claro aos alunos que: “... não há grupo social que não tenha sua norma, que fale sem suporte de uma dada organização estrutural (não há, portanto, ‘vernáculos sem lógica e sem regras’, o que pode haver — e há — são vernáculos com outra lógica e com outras regras.” (FARACO, 2008, p. 37)

É preciso que a escola entenda e faça entender que não existe língua homogênea. Ela é constituída pelo conjunto de variedades, as quais só se realizam dentro do que o sistema dessa língua permite. Daí se configura o fato de todas serem válidas e, por isso, deverem ser aceitas e respeitadas, pois é justamente em seu caráter heterogêneo que residem as múltiplas possibilidades de realização responsáveis por enriquecê-la.

CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Antes de chegarmos à parte que trata sobre o assunto da pesquisa, são necessárias algumas considerações a respeito de alguns pontos aos quais fazemos referência no decorrer do trabalho. Seria pertinente esclarecer que os estudos tomados como referência versam sobre pesquisas do *português brasileiro*, abordando-o pelo viés sincrônico, mas não raramente se referem ao *português europeu*, seja para estabelecer comparações que demonstrem pontos de divergência com o português brasileiro, seja para usá-lo como referência na qual se baseiam as gramáticas prescritivo-normativas, às quais esses estudos fazem, em muitos pontos, severas críticas.

Assim, decidimos, ainda que de forma genérica e sucinta, mostrar alguns pontos que podem ser importantes para a contextualização do trabalho no que tange aos usos dos pronomes pessoais, nosso objeto de estudo. Entre esses pontos, consideramos importante:

a) expor as diferenças relativas ao uso dos pronomes no português brasileiro e português europeu. Essa preocupação, embora não figure como um objetivo central, tem sua relevância, pois, à medida que nós, professores de português, reconhecemos que essas duas representações do português têm natureza distinta, mesmo que a norma-padrão daqui insista em dizer o contrário, teremos poder de decisão para organizar melhor o que é importante ensinar na escola.

b) mostrar as diferenças relativas ao uso real, em sintonia com o contexto de usos dos pronomes em oposição ao uso prescritivo, que dá à língua, em determinadas circunstâncias, um aspecto artificial e causa até certo estranhamento.

c) investigar as diferenças de tratamento dado aos pronomes pessoais de 1ª pessoa pelas gramáticas prescritivo-normativas e pelas gramáticas descritivo-normativas elaboradas por linguistas, o que deve incluir uma visão sobre o *estatuto categorial do pronome* segundo a concepção de cada uma dessas gramáticas.

d) apresentar as concepções de gramática em circulação no trabalho (gramática prescritivo-normativa, gramática descritivo-normativa e gramática como o conjunto de regras que o falante domina).

Esperamos, dessa forma, justificar os motivos pelos quais abordamos alguns assuntos e explicar de que modo eles se relacionam com o nosso trabalho.

2.1 DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS DO BRASIL (PB) E PORTUGUÊS EUROPEU (PE)

Para este trabalho, o interesse entre as diferenças do português brasileiro e do português europeu só se justifica pelas referências que fazemos às gramáticas prescritivo-normativas no que elas ditam sobre os usos dos pronomes pessoais. Não se faz necessário uma exaustiva análise nos manuais para percebermos que aquilo que prescrevem como usos dos pronomes se distancia significativamente dos usos reais dos pronomes no português brasileiro.

Esse distanciamento entre os usos reais e o que prescrevem as gramáticas prescritivo-normativas se deve aos exemplos em que elas se fundamentaram ou tomaram como base. Ao se referir à construção da norma-padrão brasileira, Faraco (2008, p. 78) esclarece que:

... o padrão foi construído, já na origem, de forma excessivamente artificial. A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/*standard* (a linguagem urbana comum, nos termos de Preti, 1997) brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo.

O modelo adotado aqui como padrão, portanto, não foi, como muitos acreditam, “a língua de Portugal”, mas a variedade usada por alguns escritores românticos. Também não se tratou de uma imposição portuguesa. “A responsabilidade pela lusitanização de nossa norma-padrão deve ser imputada apenas a nossa própria elite letrada.” (FARACO, 2008, p. 79)

A sua origem se baseia em uma norma lusitana e também sua insistência na imutabilidade, ou melhor, sua resistência às variações ou às mudanças próprias da língua, que deram à norma-padrão brasileira feições, em certos aspectos (como nos casos dos pronomes), tão distintas das normas cultas em uso por nós, brasileiros. Vejamos, por exemplo, os casos de colocação pronominal: as gramáticas prescritivo-normativas do Brasil apresentam regras que obedecem aos usos do português europeu ainda, ignorando que, ao contrário dos portugueses, que preferem a ênclise, nós, brasileiros, preferimos, há muito tempo, à colocação proclítica.

Não é, portanto, sem razão que a acusamos pelos problemas encontrados pela escola, os quais decorrem, justamente, desse desajuste entre o que de fato se usa como língua e o que se prescreve como sendo, embora artificial, a língua que se deve usar.

2.1.1 Diferenças e a Busca por um Português Brasileiro

Diferentemente do que pensa a maioria das pessoas, os pontos de divergência entre o português europeu e o português brasileiro não se limitam apenas aos traços fonéticos e ao léxico. Além dessas distinções entre as duas línguas, existem aquelas que as diferenciam em relação às regras que gerenciam o funcionamento particular de cada uma.

Essas regras são responsáveis, juntamente com o léxico e a fonética, pelo estabelecimento de diferenças que têm posto, há tempo, o português brasileiro e o português europeu em uma rota divergente. Não sabemos que proporção essa divergência alcançará, mas tomando os estudos até aqui feitos (BAGNO, 2012, 2013; CASTILHO, 2010), é possível estabelecer os pontos distintos entre essas “duas” línguas em seus aspectos fonéticos/fonológicos e gramaticais.

Assim, Castilho (apud ILARI, 1997, p. 245-246) nos apresenta os fenômenos linguísticos que distinguem o português brasileiro do português europeu, tanto pelo viés que considera o português brasileiro “como uma modalidade conservadora, que reflete o falar quinhentista trazido pelos colonizadores”, quanto por aquele que o considera “como uma modalidade inovadora, que se afasta a passos rápidos do português de Portugal” (CASTILHO, 1997, p. 244)

Para a hipótese conservadora, o português brasileiro teria passado, diferentemente do português europeu, por um processo de estagnação e, por isso, ainda nele encontraríamos características remanescentes do português arcaico. Fundamentariam essa afirmação fenômenos fonéticos, por exemplo: (i) o rotacismo de *l* travador de sílaba (*marvado* por *malvado*) na variedade de sujeitos não escolarizados; (ii) a supressão de *r* final de sílaba (*fala*, *comê*) etc. Entre os fenômenos gramaticais, poderíamos exemplificar com: (i) o uso do pronome pessoal nominativo em função de acusativo (*eu vi ele*); (ii) o emprego de *ter* por *haver* nas construções existenciais (*hoje tem aula*); (iii) construção dos verbos de movimento com a preposição *em* (*vou na feira*) e (iv) a colocação do pronome átono em posição predominantemente proclítica (*me empresta dinheiro*, *vou lhe falar*).

De acordo com a hipótese inovadora, o português brasileiro seria resultado de mudanças cuja natureza estaria ligada ao português arcaico, do qual, portanto, ele seria uma continuação. Provariam essa interpretação fenômenos fonéticos, por exemplo: (i) a semivocalização do *-l*, o que nos leva a pronunciar *animau* em vez de *animal*, com o *-l* velarizado; (ii) a ditongação da vogal tônica final seguida de *s* e *z*: *atrás* (*atrais*), *luz* (*luis*); (iii) o fato de o português brasileiro não opor timbre aberto a um timbre fechado, quando a

vogal *a* é seguida de nasal (em PB, *cantamos* no presente e no pretérito; em PE, *cantamos* no presente e *cantámos* no pretérito).

Entre as características gramaticais que justificariam a hipótese inovadora, poderíamos citar os seguintes exemplos: (i) simplificação, na variedade de sujeitos não escolarizados, da morfologia nominal com a indicação de plural apenas no termo determinante (*as casa*); (ii) simplificação, na variedade de sujeitos não escolarizados, da morfologia verbal, que se reduz à oposição entre a 1ª pessoa/outras pessoas (eu *falo* / você, ele, nós, eles *fala*); (iii) uso de *estar+ndo* em correspondência ao uso europeu *estar+a+r* (PB: *estou falando*; PE: *estou a falar*); (iv) negação dupla do tipo *não sei não* e, com cliticização, redução e posterior desaparecimento da primeira negação (*num sei não* > *n’sei não* > *sei não*); (v) uso crescente de *a gente* por *nós*. Também exemplificaria essa hipótese o uso de *mim* como sujeito pronominal de oração infinitiva (*isto é para mim comer* em lugar de *isto é para eu comer*). Esse uso, que inicialmente era comum a sujeitos não escolarizados, está em processo de expansão.

As diferenças apresentadas, ainda que distingam o português brasileiro do português europeu, não são, por si mesmas, capazes de indicar que se trata de duas línguas. Os critérios que distinguem duas línguas, pelo menos nominalmente, vão muito além dos aspectos linguísticos. Neles se inserem, com absoluta predominância, os interesses políticos, culturais e ideológicos de determinado grupo. Aos linguistas cabe, isentos de qualquer interferência desses interesses, buscar, por critérios especificamente linguísticos, as noções que determinem o grau de mudança que deve ser aferido em uma língua que foi transplantada, como a nossa ou não, para que ela possa ser considerada outra língua.

Determinado o grau de diferença que permita entre o que era a mesma língua, mas que, graças às divergências fonéticas/fonológicas, gramaticais etc., podem ser consideradas duas, é preciso coibir, por meio de educação linguística (o que traz de volta, em certa medida, os interesses acima mencionados), a depreciação sofrida pela língua “derivada”, caracterizada, até mesmo pelos próprios falantes, como uma língua “pior”, quando comparada à língua “original”. Isso equivale a mostrar essas divergências (fonéticas, fonológicas, gramaticais etc.) não como erros em relação à língua “original” (no nosso caso, o português europeu), mas como próprias da natureza dessa língua, a “derivada”, cuja configuração apresenta distinções que a habilitam a ser chamada de outra língua (português brasileiro).

Uma língua, no processo de consolidação e autonomia, depende, portanto, do engajamento em pesquisas que “... podem ser, quando amplamente difundidas, um valioso fator de renovação e atualização dos nossos instrumentos normativos [dicionários e

gramáticas] que [até agora] só muito timidamente se abrem para os fatos de nossa norma real.” (FARACO apud BAGNO, 2013, p. 10)

Em nosso trabalho, optamos por estudar o português brasileiro, que será analisado, como já dissemos anteriormente, a partir de textos escritos dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental do ano de 2014. A análise pretende averiguar como se realizam os usos dos pronomes pessoais (ou outros termos em via de pronominalização) nas produções escritas desses alunos.

2.1.2 Os Pronomes e as Diferenças entre PB e PE

Entre as diferenças, como as anteriormente apresentadas, que afastam o português do Brasil do português europeu, os pronomes ocupam, sem dúvida, um lugar de destaque.

Esse afastamento que começou por volta do século XIX tem, em muitos aspectos, levado o português do Brasil a transitar por um caminho bem diferente daquele que trilha o português europeu. É o que podemos observar, por exemplo, no *quadro de pronomes pessoais* que, no caso do português do Brasil, foram ampliadas as formas de realização, ou seja, foram trazidas novas formas de realização, como atesta o Quadro 1 (CASTILHO, 2010, p. 477) abaixo, contendo os pronomes pessoais (formal e informal) do português do Brasil:

Quadro 1 — Quadro dos pronomes pessoais no PB

	PB Formal		PB Informal	
	<i>Sujeito</i>	<i>Complemento</i>	<i>Sujeito</i>	<i>Complemento</i>
1ª pessoa singular	Eu	me, mim, comigo	eu, gente	eu, me, mim, preposição+eu, mim
2ª pessoa singular	tu, senhor, a senhora	te, ti, contigo, preposição+senhor, com a senhora	você, ocê, tu	você, ocê, cê, te, ti, preposição+você, ocê (=doce/coce)
3ª pessoa singular	ele, ela	o, a, lhe, si, se, consigo	ele, ei, ela	ele, ela, lhe, preposição+ele, ela
1ª pessoa plural	Nós	nos, conosco	a gente	a gente, preposição+a gente
2ª pessoa plural	vós, senhores, senhoras	vos, convosco, preposição+senhores, senhoras	vocês, cês, cês	vocês, ocês, cês, preposição+vocês, ocês
3ª pessoa plural	eles, elas	os, as, lhes, se, si, consigo	eles, eis, elas	eles, eis, elas, preposição+eles, eis, elas

Fonte: Castilho (2010, p. 477).

Como podemos observar, o Quadro 1 apresenta um aumento das possibilidades de realização das três pessoas (se comparado ao quadro tradicional dos pronomes — Quadro 2),

tanto na posição de sujeito (caso nominativo), quanto na posição de complemento [objeto direto (acusativo) e objeto indireto (ablativo)].

Quadro 2 — Quadro dos pronomes pessoais I

Pessoas do discurso	Retos	Oblíquos
1ª pessoa do singular	eu	me/mim/comigo
2ª pessoa do singular	tu	te/ti/contigo
3ª pessoa do singular	ele/ela	se/si/consigo/lhe/o/a
1ª pessoa do plural	nós	nos/conosco
2ª pessoa do plural	vós	vos/convosco
3ª pessoa do plural	eles/elas	se/si/consigo/lhes/os/as

Fonte: Cegalla (1976, p. 113)

Algumas ressalvas precisam ser feitas a respeito de alguns desses pronomes, no sentido de esclarecer o modo como funcionam no português brasileiro:

(i) Em relação ao uso do pronome *tu*, sabemos que seu uso não atinge todas as regiões do país. Apesar de se verificar seu uso em mais da metade dos estados brasileiros, esse pronome, diante da concorrência de *você*, tem sua ocorrência bem restrita. Um exemplo: no *corpus* do Nurc-Brasil, entre 296 registros de segunda pessoa do singular, apenas 15 eram representadas por *tu*, todas do *corpus* de Porto Alegre. (BAGNO, 2012)

(ii) O pronome *vós* (*convosco*, *vosso*), com exceção dos textos religiosos mais tradicionais (Bíblia, hinos etc.), desapareceu do português brasileiro, seja na fala, seja em textos escritos, mesmo em contextos de maior monitoramento, situação em que foi substituído por *vocês*.

(iii) As formas *o*, *os*, *a*, *as* têm suas ocorrências apenas em circunstância de maior monitoramento (fala e escrita). Nas situações menos monitoradas, assume suas funções o pronome *ele/eles*, *ela/elas*. Isso equivale a dizer que, no que diz respeito ao *objeto direto da não-pessoa* (3ª pessoa: *o*, *os*, *a*, *as*), houve, preferencialmente pelos falantes do português brasileiro, o apagamento (pronome nulo) ou a ocupação de posição/função pelo pronome *ele*, que, além de ocupar a função de nominativo (função de sujeito), acumula agora a de acusativo (objeto direto). O mesmo fato não ocorre em português europeu (DUARTE, 1986). O que foi dito pode ser ilustrado pelos seguintes exemplos:

a) apagamento (pronome nulo):

“— E o convite?” / “— Eu levo \emptyset e te entrego lá.”

Observemos que, na segunda sentença, o termo *convite* não aparece representado nem por um pronome, nem pelo mesmo termo. O seu apagamento, entretanto, não compromete o entendimento, pois facilmente se resgata pelo contexto a palavra *convite*.

b) pronome *ele* (acusativo) na posição de objeto direto:

“— E o Leo, você chamou *ele*?”

Diante da gramática prescritivo-normativa, essa construção seria reprovada. Seguindo o que ela prescreve, essa sentença ficaria assim: “— E o Leo, você *o* chamou?”

(iv) O pronome *lhe*, além da função complemento indireto, assume as funções de complemento direto. Seu plural (*lhes*) só aparece no português brasileiro em situações de fala e escrita mais monitoradas. Observemos que *lhes* não figura na parte do quadro que corresponde ao português brasileiro informal, pois, na análise do *corpus* do Nurc, material em que se baseou seu autor, não houve uma ocorrência sequer.

(v) Concorrem para representar a primeira pessoa do plural o pronome *nós* e a expressão *a gente*, com vantagem crescente para este. Para se ter uma ideia, o *corpus* do Nurc apontava leve vantagem para *nós* (54,59%) em relação *a gente* (45,41%). Pesquisa mais recente (OMENA, 2003) dava já larga vantagem para *a gente*.

(vi) Nas variedades faladas em situação de menor formalidade, podemos ver os pronomes *ele/eles* transformados em morfemas prefixais de pessoa (*ei/eis*). Assim, é possível ouvirmos “Eis vão” por “Eles vão”; “Ei foi” por “Ele foi”. A mesma transformação também é vista, nas mesmas circunstâncias, com os pronomes de primeira e segunda pessoas. Temos, assim, por exemplo: “mimporta” por “me importa”; “timporta” por “te importa” etc.

(vii) Entre os pronomes reflexivos, as ações que se operaram levaram à perda do traço de pessoa, passando o pronome *se* a representar, além da terceira, as outras pessoas (“Eu se virei”, “Nós se encontramos”); à perda do traço de reflexividade (“Nós \emptyset casamos em dezembro”, “Ele \emptyset levantou bem cedo). Houve também perda do traço de apassivação: em relação à passiva sintética, o que vemos é a interpretação do sujeito passivo como objeto direto, ficando o verbo no singular e admitindo-se na frase um sujeito indeterminado. Em: “Conserta-se roupas”, por exemplo, seguindo essa interpretação, teremos: “roupas” como objeto direto e o “se” funcionará como índice de indeterminação do sujeito.

Sobre a voz passiva sintética, Bagno (2013, p. 213, grifos do autor) explica que “**a voz passiva no PB só existe na forma analítica**. A ideia de uma “passiva sintética” ou “passiva pronominal” é resultante de um equívoco de análise dos gramáticos antigos, que extrapolaram a função reflexiva do *se* para contextos em que ele não tinha cabimento.” Para mostrar o que diferencia o português brasileiro do português europeu quanto aos pronomes

peçoais, além desses exemplos, podemos recorrer à questão da colocação pronominal. Nesse aspecto, o português brasileiro e o português europeu trilham caminhos diametralmente opostos: neste há o predomínio da ênclise; enquanto naquele, da próclise.

Diferença significativa também podemos ver nos casos de ocorrência dos pronomes com os verbos causativos/sensitivos³. No português do Brasil, os pronomes retos *eu/ele* assumem o lugar dos oblíquos *me/o*. Por exemplo, para a forma equivalente ao português europeu “Deixe-*me/o* entrar”, em PB, teríamos: “Deixe *eu* entrar” ou “Deixe *ele* entrar”; “Minha mãe deixa *eu* jogar vídeo game de novo...”; “Ele entregou a autorização para o professor e o professor deixou *ele* entrar”.

Essas observações exemplificam alguns processos pelos quais os pronomes pessoais do português brasileiro passaram até assumir a configuração apresentada pelo quadro, segundo Castilho (2010) (Quadro 1).

De acordo com Castilho (2010, p. 478), pelo menos três processos podem ser identificados na reorganização do quadro de pronomes do Português Brasileiro:

- 1) criação, substituição e alteração das formas pronominais;
- 2) perdas e ganhos no quadro dos reflexivos;
- 3) transformação progressiva dos pronomes pessoais em morfemas prefixais de pessoa.

Nessa seção, apontamos algumas singularidades próprias do português brasileiro em relação aos pronomes e às funções que eles desempenham na língua e também registramos os processos pelos quais passaram — ou estão passando — até atingirem o estágio em que se encontram. A seguir, analisaremos de que forma as gramáticas prescritivo-normativas e as gramáticas descritivo-normativas definem o estatuto dos pronomes pessoais.

2.2 ESTATUTO DOS PRONOMES PESSOAIS: VISÃO DA GRAMÁTICA PRESCRITIVO-NORMATIVA

Observando o tratamento dado aos pronomes pessoais pelas gramáticas prescritivo-normativas (CEGALLA, 1976; ALMEIDA, 1994) e pelos manuais escolares de gramática (NICOLA, INFANTE, 1994; FARACO, MOURA, 1999), podemos nelas constatar o interesse eminentemente classificatório em detrimento de uma abordagem semântica. Essa

³ São causativos e sensitivos os verbos cujo complemento (objeto direto) funciona também como sujeito do infinitivo ou gerúndio da sentença que se segue. Em “Deixe me entrar”, *me* é objeto direto do verbo *deixar* e sujeito do verbo *entrar*. Os verbos causativos mais comuns são *mandar*, *fazer* e *deixar*; os sensitivos mais comuns são *sentir*, *ouvir* e *ver*.

tendência, segundo Castilho (2010, p. 474), se acentuou principalmente após a publicação da *Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira*⁴ em 1959.

Dessa forma, encontramos, ao analisá-las, um enfoque predominantemente gramatical, cuja preocupação se centra em exhibir as propriedades relativas à morfologia (caso, pessoa e número, gênero) e à sintaxe dos pronomes, como demonstram as definições que delas transcrevemos abaixo.

Quadro 3 — Definições prescritivo-normativas de pronomes pessoais

Definições	Autores
“Pronomes pessoais são palavras que substituem os nomes e representam as pessoas do discurso”.	Cegalla (1976, p. 112)
“Pronome pessoal é que que, ao mesmo tempo que substitui o nome de um ser, põe esse nome em relação com a pessoa gramatical.”	Almeida, (1994, p. 170)
“Pronomes pessoais: A palavra pessoa não se refere a ser humano. Implica em conceito gramatical, pois refere-se aos diferentes papéis que pessoas e coisas desempenham numa situação de comunicação verbal”.	Faraco e Moura (1999, p. 284)
“Pronome pessoal é aquele que indica as pessoas do discurso. Além das flexões de gênero (masc./fem.), número (sing./plural) e pessoa (1ª, 2ª e 3ª), o pronome pessoal apresenta variação de forma, conforme a função exercida por ele na oração, podendo ser reto ou oblíquo.”	Nicola e Infante (1944, p. 202)

Fonte: várias gramáticas prescritivo-normativas⁵

As análises do ponto de vista semântico-discursivo ficam comprometidas e, assim, o que se define como estatuto dos pronomes fica incompleto. É como se nós definíssemos essa categoria sem atribuir-lhe uma de suas características: a dêixis. De certa forma, reforça apenas o caráter fórico dos pronomes, deixando a entender que o que realmente os caracteriza é a substituição de um termo já mencionado no discurso. Tal fato é verdadeiro só em parte e só se refere à terceira pessoa.

Isso se dá, em certa medida, porque o que é semântico, quando aparece nesses conceitos, é apenas potencial. Ou seja, não se realiza no nível pragmático, pois não inclui, junto aos signos, aqueles que os estão empregando. Assim, quando definem *pronome como a palavra que designa uma das três pessoas do discurso*, não se evidencia, por exemplo, que os pronomes de primeira (*eu*) e de segunda (*tu/você*), ao contrário dos de terceira pessoa, só existem no/pelo processo de enunciação e que sua existência se liga, portanto, à existência da enunciação, pela qual e só pela qual ele pode ser identificado.

⁴ A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) é um inventário de termos técnicos elaborados no final dos anos 50, com o objetivo de se estabelecer uma terminologia única para as gramáticas. Sua elaboração se deveu a uma iniciativa oficial do estado brasileiro e contou com nomes de gramáticos e filólogos importantes, como Antenor Nascentes, Celso Ferreira da Cunha, Clóvis do Rego Monteiro, Carlos H. da Rocha Lima e Cláudio Jucá (Filho). A NGB passou a vigorar a partir de janeiro de 1959, com a publicação da portaria n. 36.

⁵ A opção pelas referidas gramáticas se deve ao fato de serem elas as mais usadas como referência pelos professores nas escolas da nossa região.

... as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há “objeto” definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal. Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade do discurso” que é coisa muito singular. Eu só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objeto, como um signo nominal. Eu significa “a pessoa que enuncia a presente instância do discurso que contém eu”. (BENVENISTE, 1995, p. 278)

O que nos chama a atenção é a inflexibilidade a que se submeteram as gramáticas prescritivo-normativas, pois, mesmo diante de estudos que incluíram aspectos semânticos e discursivos na descrição dos pronomes, elas continuaram a se preocupar apenas com a classificação e as propriedades morfológicas dessa classe.

2.2.1 As Diferenças Conceituais: Gramática Prescritivo-Normativa e Gramática Descritivo-Normativa

Antes de conceituar gramática a partir da perspectiva prescritiva ou descritiva, é preciso estabelecer as acepções que o termo *norma* pode assumir quando relacionado a esta ou aquela concepção de gramática.

Se norma for tomada com o sentido de normalidade, ou seja, como os usos que se sucedem sempre dentro dos mesmos princípios numa língua, podemos associá-la à gramática descritivo-normativa. No entanto, se seu significado estiver ligado à normatividade, isto é, se relacionar aos usos da língua que *devem* ser seguidos pelos falantes, porque são considerados melhores, corretos, devemos associá-la à gramática prescritivo-normativa.

Posto isso, podemos dizer que uma gramática normativa é aquela que prescreve — daí ser também chamada prescritiva e, neste trabalho, de prescritivo-normativa — ao usuário da língua um conjunto de regras que devem ser seguidas. A pena pela desobediência a essas regras vincula o falante ao grupo (tão extenso) dos que não sabem falar nem escrever o “próprio” idioma, portanto, que supostamente não fala e/ou escreve corretamente. Tal ideia traz explicitamente um julgamento de valor baseado apenas no critério de certo e de errado.

Para estabelecer essas regras que devem ser seguidas, as gramáticas prescritivo-normativas se baseiam nos usos mais prestigiados que uma língua pode assumir. Dessa forma, os exemplos normalmente são tirados dos grandes escritores (mesmo que o tempo já tenha transformado esse “bom” uso da linguagem em coisa de “museu”, pois para a gramática prescritivo-normativa o tempo pode passar, mas a língua continua imutável. Mudanças são sinais de decadência). A insistência em proibir o pronome oblíquo em início de frase e o fato de não incluir entre as funções do pronome *ele* (mesmo que seja só para dizer que é um uso

próprio da fala e recorrente nas situações de informalidade) a de complemento direto de verbo ilustram bem o que foi dito.

Já para a gramática descritiva (por nós definida descritivo-normativa, porque há uma normalidade de usos em qualquer língua), como expõe Possenti (2005, p. 65), “a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes — daí a expressão ‘regras que são seguidas’”. Aqui não há a preocupação com o “certo” e o “errado”, mas em descrever todas as possibilidades de uso que a língua apresenta, do mais prestigiado ao mais discriminado, explicando que a validade desses usos deve ser medida pelos critérios linguísticos e nunca pelos critérios socioeconômicos.

Isso, em certa medida, equivale a dizer que a gramática descritivo-normativa postula que todos os usos linguísticos são válidos, baseada no fato inegável de que há, para cada variedade, uma norma que lhe é inerente. No mesmo sentido, Faraco (2008, p. 35) afirma que “toda e qualquer variedade constitutiva de uma língua é dotada de organização”. Desse modo, a gramática descritivo-normativa rebate “a ideia simplista e ingênua de que apenas a norma culta segue uma gramática. As outras normas funcionam sem gramática. Movem-se à deriva. Ora, toda língua – em qualquer condição de uso — é regulada por uma gramática.” (ANTUNES, 2007, p. 27). Não existe língua sem uma organização gramatical; e, por trás de um uso, sempre há uma norma regente, pautada, por sua vez, em uma gramática. Portanto, língua, gramática e norma mantêm uma relação de dependência.

2.2.2 Os Pronomes a Partir da Perspectiva das Gramáticas Prescritivo-Normativas e os Manuais Didáticos de Gramática

Entre as gramáticas tradicionais ou normativas que aqui denominaremos prescritivo-normativas, é extremamente regular o enquadramento dos pronomes como uma classe de palavras, como também é extremamente regular o quadro de pronomes. Em duas gramáticas analisadas (ALMEIDA, 1996; CEGALLA, 1976) e em dois manuais escolares de gramática⁶ (FARACO, MOURA, 1999; NICOLA, INFANTE, 1994), o quadro de pronomes pessoais, por exemplo, assim se configura:

⁶ Embora Faraco, Moura (1999) e Nicola, Infante (1994) denominem sua obra de *Gramática*, autores como Antunes (2007) as consideram como manuais de gramática. Essa denominação se baseia no fato de essas obras abordarem a gramática numa perspectiva de ensino, apresentando, junto a cada tópico gramatical, exercícios para “treinamento” e fixação dos conteúdos apresentados. Para essa autora, as gramáticas são obras que abordam os estudos linguísticos numa perspectiva eminentemente teórica. No entanto, a gramática de Cegalla, que aparece como uma das gramáticas na cronologia das gramáticas da língua portuguesa (CASTILHO, 2010, p. 165), traz, na edição que aqui usamos (14^a), exercícios para cada um dos tópicos gramaticais.

a) Nas duas cujas primeiras edições são mais antigas (a primeira edição da *Novíssima gramática do português* é de 1962; a primeira edição da *Gramática metódica do português* é de 1944), e, ao que nos parece, têm autores (CEGALLA, 1976, 14. ed.; ALMEIDA, 1994, 39. ed.) presos à tradição gramatical de base prescritiva, pois, mesmo em edições mais recentes, não ousaram alterar o quadro de pronomes (Quadro 2) consagrado nas gramáticas prescritivo-normativas. Tal quadro já foi apresentado na subseção 2.1.2 Os Pronomes e as Diferenças entre PB e PE e, por questão didática, ele será reapresentado.

Quadro 2 — Quadro dos pronomes pessoais I

Pessoas do discurso	Retos	Oblíquos
1ª pessoa do singular	eu	me/mim/comigo
2ª pessoa do singular	tu	te/ti/contigo
3ª pessoa do singular	ele/ela	se/si/consigo/lhe/o/a
1ª pessoa do plural	nós	nos/conosco
2ª pessoa do plural	vós	vos/convosco
3ª pessoa do plural	eles/elas	se/si/consigo/lhes/os/as

Fonte: Cegalla (1976, p. 113)

Ainda que compartilhem o mesmo quadro de pronomes, essas duas gramáticas apresentam algumas divergências em relação ao tratamento que lhes dispensam. Cegalla (1976, p. 113) se refere às pessoas como pessoas do discurso; enquanto Almeida (1994, p. 172), como pessoa gramatical. Essa diferença de tratamento não pode ser entendida apenas como uma divergência de nomenclatura. Aquele apresenta os pronomes na sua forma cliticizada: *conosco*, *convosco*. Este apresenta as formas *nosco*, *vosco* sem a junção com a preposição *com* (que nem mesmo aparece em seu quadro, ainda que separado das formas *nosco* e *vosco*). Isso provém, sem dúvida, do desejo de que a língua não mude. Ambos não separam, no quadro, os oblíquos em átonos e tônicos. Cegalla (1976) também relaciona aos pronomes retos e oblíquos a função subjetiva e objetiva, respectivamente, o que Almeida (1994) não faz.

b) Nos dois manuais de gramática cujas primeiras edições são mais recentes (NICOLA, INFANTE, 1994; FARACO, MOURA, 1999), o quadro dos pronomes pessoais é exatamente o mesmo e as designações também, como podemos ver no Quadro 3.

É relevante observarmos que a diferença entre o primeiro (Quadro 2) e o segundo quadro (Quadro 3) é mínima. No segundo, vemos incluídas as formas *ele/ela*, *eles/elas* como pronomes oblíquos tônicos, e isso é o que difere um quadro do outro, juntamente com o fato

do aparecimento, no quadro de Cegalla (1976), das funções relativas aos pronomes retos (função subjetiva) e aos pronomes oblíquos (função objetiva).

Quadro 4 — Quadro dos pronomes pessoais II

		Oblíquos		
		Retos	<i>Átonos</i>	<i>Tônicos</i>
Singular	1ª p.	eu	Me	mim/comigo
	2ª p.	tu	Te	ti/ contigo
	3ª p.	ele/ela	o/a/lhe/se	ele/ela/si/consigo
Plural	1ª p.	nós	Nos	nós/conosco
	2ª p.	vós	Vos	vós/convosco
	3ª p.	eles/elas	os/as/lhes/se	eles/elas/si/consigo

Fonte: Faraco e Moura (1999, p. 285)

Vemos, nessas duas gramáticas prescritivo-normativas e nesses dois manuais escolares de gramática em relação ao quadro de pronomes pessoais, bem como provavelmente veríamos em tantas outras, se as analisássemos, a inexorável rigidez no que diz respeito a não fugir da tradição. Ou seja, *quem está fora não entra*, ainda que tenha os pré-requisitos e o respaldo dos falantes para fazer parte desse seletivo grupo; e *quem está dentro não sai*, mesmo que tenha perdido toda razão para estar nesse grupo.

2.2.3 Estatuto dos Pronomes Pessoais: Visão Descritiva

Ainda em relação ao quadro dos pronomes, vamos contrapor aos dois apresentados os de duas gramáticas: *Nova gramática do português brasileiro* de Ataliba T. de Castilho (2010) e *Gramática pedagógica do português brasileiro* de Marcos Bagno (2012), elaboradas a partir dos estudos linguísticos feitos sobre o português brasileiro. Dito de outra forma, gramáticas de linguistas que romperam com a tradição⁷ que sempre vinculou, ou melhor, subordinou o estudo do português brasileiro à gramática do português europeu.

Dessa forma, nessas duas gramáticas (teorias gramaticais reunidas na forma de compêndios ou manuais), descreve-se a língua tomando por base os usos que se caracterizaram nas variedades urbanas de prestígio e também nos gêneros textuais mais monitorados, como justifica Bagno (2012, p. 27):

... todos os usos que já são característicos do português brasileiro, principalmente em suas variedades urbanas de prestígio e, mais ainda, nos gêneros textuais escritos

⁷ Como o próprio título já sugere, as gramáticas desses linguistas se basearam nos estudos linguísticos referentes ao português brasileiro e os adotaram, diferentemente do que fazem as gramáticas prescritivo-normativas que, salvo exceção, apenas reproduzem, há séculos, as formas consagradas pelos gramáticos.

mais monitorados, vão ser tomados pacificamente como legítimos e indiscutíveis, por mais que os agentes do prescritivismo purista se escandalizem com isso.

Castilho (2012, p. 32) também confirma, em sua gramática, o rompimento com essa tradição, quando afirma que “as regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia”.

Assim, não fica difícil antever que os quadros propostos por esses dois linguistas apresentam diferenças significativas com relação aos quadros apresentados nas gramáticas prescritivo-normativas e também nos manuais escolares de gramática. Fica evidente, também, as razões dessas diferenças: Estas/estes se baseiam numa referência de língua imutável, homogênea, enquanto aqueles buscam referência na língua nossa de cada dia, mutável e heterogênea.

Como já vimos no Quadro 1 (localizado na subseção 2.1.2 *Os Pronomes e as Diferenças entre PB e PE*) e novamente podemos observar logo abaixo, no quadro de pronomes pessoais proposto por Castilho (2012, p. 477), que contém os pronomes usados no português brasileiro formal e informal. Tem, por exemplo, formas como *ei* (ele) e *eis* (eles) e *ocê* (você), que jamais veríamos numa gramática prescritivo-normativa.

Quadro 1 — Quadro dos pronomes pessoais no PB

	PB Formal		PB Informal	
	<i>Sujeito</i>	<i>Complemento</i>	<i>Sujeito</i>	<i>Complemento</i>
1 ^a pessoa singular	Eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me, mim, preposição+eu, mim
2 ^a pessoa singular	tu, você, o senhor, a senhora	te, ti, contigo, preposição+senhor, com a senhora	você, ocê, tu	você, ocê, cê, te, ti, preposição+você, ocê (=doce/coce)
3 ^a pessoa singular	ele, ela	o, a, lhe, si, se, consigo	ele, ei, ela	ele, ela, lhe, preposição+ele, ela
1 ^a pessoa plural	Nós	nos, conosco	a gente	a gente, preposição+a gente
2 ^a pessoa plural	vós, os senhores, as senhoras	vos, convosco, preposição+senhores, senhoras	vocês, cês, cês	vocês, ocês, cês, preposição+vocês, ocês
3 ^a pessoa plural	eles, elas	os, as, lhes, se, si, consigo	eles, eis, elas	eles, eis, elas, preposição+eles, eis, elas

Fonte: Castilho (2010, p. 477).

O quadro proposto por Bagno (2012) é, em relação à 1^a e à 2^a pessoas, praticamente o mesmo sugerido por Castilho (2010). A diferença principal entre esses dois linguistas está relacionada à divisão e ao tratamento que dão aos pronomes.

Ao contrário de Castilho (2010), Bagno (2012, p. 462) considera que “... **os pronomes não são uma classe de palavras**, mas uma **função** que palavras de diversas classes podem exercer — a função da **retomada anafórica**” (grifos do autor). Outra razão, segundo ele, para essa consideração, está no fato de alguns pronomes, como os demonstrativos e possessivos, por exemplo, retomarem anaforicamente e também funcionarem como determinantes. Esse fato, o de alguns pronomes transitarem entre duas funções, colocou o linguista diante de um dilema:

Das duas, uma: (1) ou criávamos uma classe ampla de pronomes e outras de determinantes, incluindo em cada uma todos os itens que merecem essas distintas designações, que são de fundo semântico-pragmático por se vincularem à dêixis (e ao discurso) e/ou à anáfora (dentro do texto), o que implicaria em classificações duplas para as mesmas palavras e obrigaria também, por coerência, a criar classes específicas para cada tipo de substantivo, por exemplo, uma vez que as designações de abstrato, concreto, contável, não contável etc. são de natureza semântica; ou então (2) distribuiríamos as palavras segundo outro critério, o lexicogramatical, subclassificando os membros de cada classe em determinantes/dêiticos e pronomes/anafóricos, quando for o caso. Preferi optar pela segunda alternativa... (BAGNO, 2012, p. 463)

Ao optar pelo critério lexicogramatical e apoiado nos argumentos de Benveniste (1995) sobre a natureza dos pronomes, Bagno (2012) rompe, segundo ele mesmo diz, “com uma tradição de pelo menos dois mil anos” (p. 463) no que se refere ao tratamento dado aos pronomes pelas gramáticas e estabelece alguns critérios para tratar dos pronomes. Antes, porém, explica:

Assim, é preciso decidir a que palavras aplicar o rótulo de pronomes: às “pessoas do discurso”, que não substituem/retomam nada, apontam para a dinâmica da interação verbal, ou para os termos que empreendem a retomada anafórica, agindo em favor (*pró*) do nome, economizando seu uso, poupando-o de ser repetido. Diante do argumento de Benveniste, fica óbvio o verdadeiro pronome é *ele*, ao qual se juntam outros, distribuídos entre diferentes classes gramaticais – são as *proformas*... (BAGNO, 2012, p. 465).

Em primeiro lugar, o referido linguista adota, em vez de pronomes de 1ª e 2ª pessoas, a terminologia *índice de pessoa*, baseado no fato de serem formas dêiticas e, por isso, apontarem para as pessoas (*locutor e alocutor*) nas situações discursivas, em que *eu* e *você/tu* se revezam: se *A* fala, ocupa o papel de *eu* e atribui a *B* o papel de *você/tu*. Quando a situação se inverte, *B* assume o papel de *eu* e à *A* cabe o papel de *você/tu*.

Em segundo, adota, em lugar de pronome de 3ª pessoa (*ele*), a terminologia *não-pessoa*, levando em conta que essa forma não representa (sempre), como os índices de 1ª e 2ª pessoas, pessoas que falam entre si, ou seja, participam de um evento de comunicação. Ao contrário, a *não-pessoa* se apresenta como um elemento do enunciado e exerce essencialmente papel anafórico, substituindo e fazendo referência aos elementos citados no texto. Diante dessa característica da *não-pessoa* e por não considerar pronome como classe,

tal linguista, seguindo sugestão de Castilho (2010), insere os tradicionalmente chamados pronomes de 3ª pessoa na *classe dos mostrativos*.

Assim, no capítulo em que trata dos pronomes (índices de pessoa), encontramos, na gramática de Bagno (2012), os seguintes quadros de pronomes (índices de pessoa).

Quadro 5 — Índices de 1ª pessoa no PB

Indicadores de 1ª pessoa no português brasileiro									
Sujeito		Objeto direto		Objeto indireto		Reflexivo		Complemento oblíquo	
singular	plural	singular	Plural	singular	plural	singular	plural	singular	plural
eu	nós	me	nos	me	nós	me	nos	mim	nós
me	a gente	eu	nós	a mim	a nós		se	comigo	conosco
mim				para mim	para nós			eu	a gente
				para eu	a gente				
					para a gente				

Fonte: Bagno (2012, p. 743)

Quadro 6 — Índices de 2ª pessoa: discurso menos monitorado e discurso mais monitorado

Indicadores de 2ª pessoa no português brasileiro									
Discurso menos monitorado									
Sujeito		Objeto direto		Objeto indireto		Reflexivo		Complemento oblíquo	
singular	plural	singular	Plural	singular	plural	singular	plural	singular	plural
você	vocês	te	vocês	te	pra/a você	se	se	você	vocês
ocê	ocês	lhe	ocês	lhe	procês	te		ocê	ocês
cê	cês	o/a/os/as	o/a/os/as	pra/a ocê				ti (contigo)	
tu		você		procê				tu	
tí		ocê							
		tu							
Discurso mais monitorado									
o sr.	vocês	o sr.	vocês	para/ ao	para/ a	se	se	o sr.	vocês
a sra.	os srs.	a sra.	os srs.	sr	vocês			a sra.	os srs.
	as sras.	o/a/os/as	as sras.	para/ à	para/ aos				as sras.
		lhe	o/a/os/as	sra.	srs.				
		te		lhe	para/às				
				te	sras.				

Fonte: Bagno (2012, p. 746)

O quadro de pronomes de Bagno (2012) confirma o que ele pretende com sua gramática. Nela, ele “*propõe efetiva e plena aceitação de novas regras gramaticais que já pertencem à nossa língua há muito tempo e, por isso, devem fazer parte do ensino sistemático da língua*” (2012, p. 14) (Grifos do autor).

Dessa forma, baseado nos dados do Nurc, inclui, por exemplo, na categoria dos pronomes, alguns elementos que não constam do quadro de Castilho (2010) (ver Quadro 1) e funções que esses elementos exercem e que também não estão descritas no quando desse linguista. Entre os pontos de divergência entre esses dois linguistas, em relação à 2ª pessoa, estão as formas *cê* e *ti*, que exercem também, segundo Bagno, função de sujeito, mas não tem essa função indicada no quadro de Castilho. Bagno inclui os pronomes *lhe*, *o/a*, *os/as* e *tu* como complemento de 2ª pessoa. O mesmo não ocorre no quadro de Castilho. Este, por sua

vez, coloca, entre os pronomes de 2ª pessoa do plural, *vós* (sujeito) e *vos* (complemento). Bagno, entretanto, não os inclui em seu quadro, pois já os considera extintos (seu uso estaria restrito aos textos religiosos).

Sobre a 1ª pessoa, o que distingue os quadros desses dois linguistas se relaciona também à função de alguns pronomes, ao número e à pessoa. Para Bagno, a função de sujeito (no singular) pode ser exercida por *eu, me e mim*; para Castilho, essa função pode ser exercida por *eu e a gente*. No plural, os termos de 1ª pessoa que exercem a função de complemento são, para Bagno: *nos, nós, conosco e a gente*; para Castilho: *nos, conosco e a gente*.

A partir do que mostramos, podemos concluir que, mesmo tendo ambos utilizado o *corpus* do Nurc, a inclusão ou exclusão de determinadas formas e funções também está ligada a critérios externos aos dados. Depende, portanto, da avaliação que o pesquisador faz de determinados usos. Nesse sentido, a gramática de Bagno (2012) parece aceitar mais amplamente as novas regras gramaticais, ainda que, como ele mesmo diz, “os agentes do prescritivismo purista se escandalizem com isso”. (p 27)

2.3 BENVENISTE: OS PRIMEIROS ESTUDOS ENUNCIATIVOS EM TORNO DOS PRONOMES PESSOAIS

Os estudos feitos por Benveniste a respeito dos pronomes trouxeram não apenas novos conceitos, mas estabeleceram um modo particular de classificar e nomear essa categoria.

A primeira consideração feita por esse autor apresenta os pronomes como uma classe não unitária. Para ele, essas formas da língua se enquadram em dois grupos: em um deles, estão os signos que pertencem à sintaxe da língua; no outro, aqueles que pertencem ao que ele chama “‘as instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é utilizada em palavra por um locutor” (1995, p. 277).

Outra consideração importante diz respeito especificamente aos pronomes pessoais. Para Benveniste (1995), a definição que inclui *ele* entre os pronomes pessoais desconsidera exatamente a noção de pessoa, pois *ele*, diferentemente de *eu* e *tu*, não traz consigo essa noção. Por isso, ao nomear essas três formas, o autor prefere chamar *eu* e *tu* de *índices de pessoa* e *ele* de *não-pessoa*.

A distinção acima se baseia no fato de *eu* e *tu* se concretizarem apenas na realização do discurso, por meio do qual essas formas apontam (graças ao caráter dêitico que possuem) para os locutores (quem fala) e alocutores (com quem se fala). Ou seja, por meio da dêixis, *eu* e *tu* se referem, ou melhor, apontam, mostram a pessoa que está falando (*eu*) e a pessoa com

quem se está falando (*tu/você*). Dessa forma, afirma-se o caráter dialógico da linguagem, por meio do qual as pessoas (ou outros seres que tenham sido personificados) se alternam na posição de locutor e alocutor durante uma conversa, por exemplo.

Nessa alternância, fica evidente o caráter relativo desses pronomes (índices de pessoa para Benveniste), pois, no momento da enunciação, tais pronomes assumem significado específico. Fora dela, perdem seu significado, já que não possuem um referente “real”. Num diálogo, observemos o exemplo:

(a) — Maria, *eu* gostaria de conversar com *você*.

(b) — Mas *eu*, Pedro, não quero falar com *você*.

Podemos observar que há uma troca de papéis entre as pessoas referidas pelos pronomes (índices de pessoa) *eu* e *você*. Em (a), *eu* se refere a Pedro; enquanto *você*, a Maria. Já em (b), *eu* se refere a Maria; enquanto *você*, a Pedro. Assim, “*eu* [e, por extensão, *tu/você*] só pode ser identificado pela instância do discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual foi produzido”. (BENVENISTE, 1995, p. 278-279)

Já a 3ª pessoa (não-pessoa para Benveniste) não indica ou mostra nenhum dos elementos envolvidos diretamente no diálogo/conversa. Ela faz parte do assunto (ou é o assunto) tratado pelos interlocutores (1ª e 2ª pessoas). Daí nem sempre representar uma pessoa, podendo se referir a qualquer coisa (um objeto, um animal, uma ideia etc.). Sobre a 3ª pessoa recai essencialmente o caráter fórico, isto é, de retomar o que já foi dito (anáfora) ou remeter para o que ainda será dito (catáfora), função que requer sempre um referente no contexto. Na segunda linha deste parágrafo, por exemplo, o pronome *ela* cumpre o papel *anafórico* ao retomar a expressão 3ª pessoa.

As diferenças acima apontadas, segundo Benveniste (1995), demonstram o que há de incomum entre termos (*eu, tu/você*) e (*ele*) que, habitualmente, têm sido tratados como se fossem de uma mesma classe, quando, na verdade, apresentam natureza tão distinta. Sintetizando o que já foi exposto, poderíamos dizer que, enquanto *eu* e *tu* são formas que existem unicamente em relação a uma realidade discursiva, o que quer dizer que só podem se definir, assumir-se conceitualmente, a partir do processo de enunciação pelo qual são referidos, *ele* exerce o papel de substituto, ou seja, de um termo que substitui “um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com ele.” (BENVENISTE, 1995, p. 282)

Esse modo de ver os pronomes traz uma abordagem que retoma, na descrição dessa categoria, os critérios semânticos abandonados há muito tempo em nome do interesse meramente classificatório. E vai mais além ainda, pois inclui ou descreve o caráter discursivo

(ou semântico-discursivo) que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas possuem, já que a realidade na qual existem é sempre a realidade enunciativa.

CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diversos estudos (LOPES, 2007; OMENA, 1998) têm mostrado as divergências entre prescrição e uso dos pronomes pessoais no português brasileiro. A maioria deles, no entanto, abordou em sua pesquisa a língua falada para analisar a questão. O trabalho que aqui propomos busca também entender como se têm configurado os usos dos pronomes pessoais no português brasileiro, mas a partir da escrita.

Nosso objetivo é identificar quais pronomes pessoais de 1ª pessoa (ou outras palavras que tenham essa função) são usados nos textos produzidos pelos alunos que cursam o 9º ano do ensino fundamental. Procuramos, com isso, descrever, uma norma para o uso dos pronomes de 1ª pessoa que corresponda a este grupo de usuários com quase uma década de escolaridade formal. Apoiamo-nos, para alcançar esse objetivo, em Neves (2011, p. 13), quando diz que “... é nos usos que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função”.

A escolha do 9º ano se justifica por ser uma fase em que os alunos ainda não se apropriaram completamente das formas prescritivas dos usos dos pronomes, deixando entrever, em seus textos, usos cuja validade é contestada pelas gramáticas prescritivo-normativas, embora já estejam amplamente difundidos na fala e escrita dos brasileiros.

O processo de seleção dos textos teve início no primeiro bimestre escolar do ano de 2014, quando, na condição de professor das turmas participantes, o professor-pesquisador conversou com os alunos sobre a cessão de seus textos para a pesquisa. Como, a partir do segundo bimestre escolar, o professor-pesquisador esteve afastado das aulas para cursar o mestrado⁸, foi pedido aos professores substitutos que, também com o consentimento dos alunos, guardassem os textos para oportuno recolhimento, que se deu após a aprovação desse projeto⁹ pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP/UEL).

Precisamos, entretanto, relatar que, durante esse processo, houve alguns problemas. Por motivos burocráticos, a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos demandou mais tempo que o esperado, o que acabou comprometendo o prazo para o recolhimento dos textos na escola. Esse fato foi agravado pela troca de uma das professoras

⁸ Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras (PROFLETRAS), na modalidade profissional, criado pela área de Linguística da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e do Ministério da Educação (MEC), para atender a formação de professores que atuam no ensino fundamental (do 1º ao 9º ano), nas escolas da rede pública de ensino do Brasil.

⁹ Projeto n. CAAE 386634144400005231, aprovado em 31 outubro de 2014.

substitutas, em meados de agosto, com a qual perdemos o contato e, conseqüentemente, os textos que ela havia recolhido. Para corrigir esses desvios de percurso, foi necessário que o professor-pesquisador recorresse aos alunos (os quais ele conhecia desde o ano anterior) e ao novo professor substituto para que novos textos fossem produzidos. Dessa forma, conseguimos aproximadamente 300 textos, produzidos por um total aproximado de 90 alunos, pertencentes a três turmas de 9º ano, sendo uma do período matutino e duas do vespertino.

Mesmo com essas dificuldades, foi possível estabelecermos um conjunto de textos que, pela diversidade de gêneros nos quais se constituíram, abrangeu quase todas as possibilidades de realização dos pronomes pessoais, seja de acordo com o quadro presentes nas gramáticas prescritivo-normativas, seja das descritivo-normativas. Como pretendíamos, no início do projeto, estudar todos os pronomes pessoais (ou outros termos que exerçam essa função), essa foi sempre uma preocupação: os textos precisavam pertencer a gêneros variados para que contemplassem o máximo de elementos referentes às três pessoas.

Assim, conseguimos reunir, no *corpus* a ser analisado, narrativas em 3ª pessoa, narrativas em 1ª pessoa, textos de opinião, textos dramáticos, resumos, diálogos e relatório. Essa diversidade de textos, associada ao número de quase 300 textos, proporcionou um conjunto de dados bem amplo, cuja análise — esperamos — nos apresentará um painel a partir do qual poderemos estabelecer uma norma que reflita os usos que os alunos do 9º ano do ensino fundamental fazem dos pronomes pessoais (ou outros termos com a mesma função) em seus textos escritos.

Para facilitar a referência entre os textos analisados e os dados deles retirados, estabelecemos o seguinte critério: usamos a letra correspondente a cada turma (C, D ou E) para identificar o texto do aluno que a ela pertencesse. Dessa forma, um texto produzido por um aluno da turma C será por essa letra identificado. O mesmo ocorrerá com um texto produzido por um aluno da turma D e E, o qual será identificado pela letra D e E, respectivamente. Para fazer a distinção dos textos dentro de cada grupo (turma), usamos números. Assim, teremos, por exemplo, para o primeiro texto analisado da turma C, o código 1C; para o segundo, 2C; e assim por diante. Esse critério é o mesmo adotado para identificar os textos das turmas D e E. Em relação aos fragmentos usados como exemplos, o critério de identificação será o seguinte: eles serão numerados em ordem crescente de acordo com sua entrada no texto. Assim, o primeiro fragmento será identificado pelo código F1, o segundo por F2, e dessa forma até o último. Essa identificação virá sempre antes do fragmento. Após ele, virão os códigos que indicam de que texto ele foi retirado (1T para texto narrativo em 3ª pessoa, 2T para texto narrativo em 1ª pessoa, 3T para texto de opinião, 4T para diálogo, 5T

para relatório, 6T para texto dramático e 7T para resumo), o número desse texto e a turma à qual ele pertence. Dessa forma, se o código que aparecer depois do fragmento for, por exemplo, 2T20D, significa que esse fragmento veio de um texto narrativo em 1ª pessoa, cujo número é 20 e que foi produzido por um aluno do 9º ano D.

Ainda em relação aos textos que compõem o *corpus* da pesquisa, resolvemos apresentar, na íntegra, um de cada gênero. O objetivo dessa ação é mostrar como o uso de determinados pronomes pessoais está condicionado a certas configurações dos textos em função do gênero discursivo ou da sequência textual predominante. Em outras palavras, o uso de um pronome e a frequência com que aparece num texto dependem de fatores que se ligam intimamente à natureza do texto, seja ele falado, seja escrito. Isso pode, em certa medida, explicar a ausência ou a baixa frequência de determinados elementos pronominais em um *corpus*. É, portanto, aceitável afirmarmos que, se a produção dos alunos se restringisse, no decorrer do ano, a apenas um gênero textual¹⁰, não seria possível estabelecermos uma norma norteadora para os usos dos pronomes pessoais nos textos escritos que correspondesse aos usos dos alunos do 9º ano do ensino fundamental.

A transcrição dos textos aqui usados como exemplo das produções escritas analisadas desconsiderou, ou melhor, adequou à norma os problemas relativos à ortografia e à pontuação, já que não interfeririam no resultado do trabalho. O mesmo se fez em todos os trechos retirados dos textos nos quais havia pronome explícito ou elíptico. Em relação à pontuação, a adequação se restringiu apenas aos casos de ausência de sinal ou ao uso de sinal que não correspondesse ao que o contexto propunha. Em relação à ortografia, adequamos, com exceção de alguns verbos que apresentavam desvio de conjugação, todos os demais casos. No processo de adequação, tomamos sempre a precaução para que as modificações não interferissem no sentido que o aluno havia estabelecido em seu texto.

Os textos selecionados para compor o *corpus* deste trabalho foram produzidos nos meses de fevereiro a outubro de 2014. As condições de produção foram normalmente balizadas por uma sequência didática que trabalhava determinado gênero textual, associando-o à sua condição de produção e à sua função social, além de mostrar as características estruturais e as marcas linguísticas que asseguram as particularidades que lhe são inerentes.

O enquadramento dos textos usados no trabalho aos gêneros textuais deve considerá-los a partir de uma perspectiva dos gêneros escolares (DOLZ; SCHENEWLY, 2011). Dessa forma, poderemos nos referir aos textos aqui abordados chamando-os de gêneros textuais.

¹⁰ Este trabalho não tem o propósito de diferenciar gênero textual de gênero discursivo na abordagem que faz aos textos.

Isso torna possível, pelo menos para atender à necessidade de referenciação, denominarmos os textos 1 e 2 como narração escolar e incluí-los entre os gêneros da ordem do narrar. Nesse caso, a separação entre narração escolar em 1ª e 3ª pessoas, que não os divide em dois gêneros distintos, foi estabelecida apenas para ilustrar que o uso de determinado pronome está condicionado não só ao gênero textual, mas também ao modo como o texto se configura. No caso desses dois textos, o foco narrativo condiciona uma maior frequência de pronomes de 1ª pessoa ou de 3ª.

Precisamos explicar, ainda, por que um trabalho que se propõe a investigar como se realizam os pronomes de 1ª pessoa inclui em seu *corpus* narrações escolares de 3ª pessoa. A explicação, mais uma vez, se baseia no pressuposto da relação entre pronome e gênero ou configuração textual, ou ainda, sequência textual. Como pretendíamos analisar as ocorrências de pronomes no discurso direto (sequências dialogais), incluímos, também, entre os textos para análise as narrações escolares em 3ª pessoa. Por esse motivo, optamos, já que nosso objetivo no trabalho não é conceituar os textos, por usar a expressão *configuração textual*, que pode ser entendida dependendo da situação, como gênero textual (se, na situação, estiver se referindo ao relato, por exemplo) ou sequência textual (se estiver se referindo ao diálogo).

Como já dissemos anteriormente, as condições de produção dos textos, nas aulas de português (origem da maior parte dos textos), foram normalmente balizadas por uma sequência didática que trabalhava com determinado gênero textual/discursivo. Alguns textos, no entanto, resultam de trabalhos da disciplina de Arte e, como podemos deduzir, já que não tivemos acesso ao processo de produção, os procedimentos adotados foram diferentes.

A proposta que deu origem à produção do primeiro texto — *Narração escolar em 3ª pessoa* (1T) — partiu da leitura da fábula “*Assembleia dos ratos*” de Monteiro Lobato¹¹ e consistia em criar uma estratégia para que o plano da personagem de colocar o guizo no gato Faro-Fino desse certo. A fábula narra a história de um grupo de ratos que vivia ameaçado por um gato. Procurando uma solução para o problema, fizeram uma assembleia, na qual um dos ratos deu a sugestão de amarrarem um guizo no gato. A ideia foi aplaudida por todos; mas, depois de um tempo, alguém perguntou quem iria amarrar o guizo no gato. Ninguém se habilitou e a assembleia teve fim.

Os textos apresentados na sequência são exemplos da produção textual analisada neste trabalho. A transcrição de cada um deles acompanha um relato de como se deu o processo de produção.

¹¹ A fábula *Assembleia dos ratos* faz parte do livro *Fábulas e histórias diversas*, publicado pela editora Brasiliense. A edição utilizada é de 1957.

Texto 1: Narração escolar em 3ª pessoa — 1T

(No original, sem título)

Depois de **saírem** da reunião, chateados, por não conseguirem colocar o guizo no gato, **fizeram** uma caverna pra **poderem se esconder**. Um **deles**, um rato chamado Mars, teve um ideia brilhante. **Ele** resolveu fazer uma armadilha para faro-Fino. Uns ratos ficariam de isca e os outros pulariam em suas costas, colocando assim o guizo.

Certa noite chegou e **eles** colocaram o plano em ação. Porém o plano **deles** não funcionou 100%. Mars estava em uma posição de risco. O gato finalmente chegou e **foi** pra cima das iscas. **Elas** correram e o outro grupo subiu em cima de Faro-Fino, porém Mars foi comido pelo gato que foi mais esperto que **ele**.

Quando Faro-Fino saiu de onde estava para comer Mars, o guizo acabou pegando em uma parte letal de Faro-Fino, que morreu na hora, junto a Mars. E Mars morreu como um herói, salvando assim seu grupo de ratos. (1T90D)

Para esta segunda proposta — *Narração escolar em 1ª. pessoa (2T)* —, foi apresentado aos alunos um parágrafo que orientava o texto para uma narrativa de suspense e ao qual eles deveriam dar continuidade, acrescentando, durante a produção, elementos que fossem reforçando esse caráter.

Texto 2: Narração escolar em 1ª pessoa — 2T

(No original, sem título)

Queríamos porque queríamos descer ao porão. Sabíamos que não havia luz elétrica por lá, muito menos janela ou qualquer coisa assim por onde entrasse luz e ar. Pensamos ainda em levar uma lanterna, mas não tínhamos tempo. Comprar velas e fósforo então, nem pensar, íamos no escuro mesmo...

... **Descemos** as escadas, com todo cuidado do mundo, para não acordar ninguém em casa, mas o esforço foi em vão, **nós** tropeçamos e **caímos** escada abaixo. Logo após **nos levantamos** e **nos recuperamos** do tombo. **Ouvimos** um barulho que **acreditamos** ter vindo de lá, **estávamos** com um pouco de medo, mas mesmo com medo **tínhamos** que explorar o porão.

Fomos tocando as paredes para saber onde **iríamos**, porque estava muito. De repente, Leo encostou em uma teia de aranha e **gritou**:

— Meu Deus, estão **me** atacando, estão **me** atacando!!!!

Coloquei a mão onde **ele** havia colocado e disse:

— Caramba, Leo! Isso é só uma teia!!!

Depois que Leo **se** tranquilizou, **continuamos** o porão que sempre **nos** intrigava, e, de repente, alguém gritou ao longe:

— Leo, Pedro, saiam já dessa caixa de papelão e venham jantar!!!!

Era nossa mãe, que acabou com nosso porão de fantasia, o local que **criamos** em nossa imaginação para **nos divertirmos** sem os adultos e o chato do meu irmão mais velho, o Vander, que sempre acabava com nossas brincadeiras. (52C)

A partir da leitura do conto “Cantiga de esponsais” de Machado de Assis¹² e das discussões sobre o modo como o personagem principal, o músico e maestro Mestre Romão, reagia diante da incapacidade de compor que o afetara a vida inteira, foi pedido aos alunos que escrevessem dois parágrafos dando sua opinião sobre a maneira como Romão via e vivia sua vida. Nesse sentido, configura-se o 3T, correspondente a uma *Opinião sobre uma personagem machadiana*.

¹² ASSIS, Machado. *Histórias sem data*. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

Texto 3: Opinião sobre uma personagem machadiana — 3T

(No original, sem título)

Eu não concordo com a maneira como mestre Romão levava sua vida, pois mestre Romão tinha tudo para ser feliz e **eu** não acho certo ficar triste a vida inteira por causa de uma única coisa.

Mestre Romão tinha muitos amigos em volta **dele**. Todos gostavam **dele**, **era** sempre **aplaudido** quando **fazia** a missa. Na minha opinião, mestre Romão deveria esquecer sua incapacidade de compor músicas, pois nem tudo na vida é como **a gente** quer. Sendo assim, **temos** que aceitar e continuar nossa vida, esquecer as mágoas, quando **podemos**, coisa que mestre Romão não fez. (29C)

A proposta para o a produção do diálogo (4T — *Diálogo*) surgiu da percepção de que os alunos não o compreendiam como uma organização textual capaz de dar origem a um texto (da mesma forma como reagem diante de um poema: para eles, poema não é texto). Por esse motivo, após trabalharmos com os discursos citados ou as várias formas de como podemos dar voz aos personagens, foi proposta a produção de um texto em forma de diálogo, conscientizando-os de que é possível, sim, haver uma organização textual alicerçada no diálogo.

Texto 4: Diálogo — 4T

(No original, sem título)

Um menino perguntou a sua amiga:

— Que tipo de música **você** gosta?

Ela lhe respondeu:

— Rock, mas só **ouço** nacional, os internacionais não **conheço**. E **você** ?

— **Gosto** de rock também, mas **prefiro** internacional, tipo: Guns'n roses, Motor head, Linkin park, Disturbed, ACDC, Iron maiden, Sisten of down, Bom Jovi, Nirvana, ah, e muitas outras. Quais bandas **você** gosta?

— **Gosto** muito de Legião Urbana, Capital Inicial, Cazuza, Cássia Eller, Raul Seixas, Pitty, Los hermanos, Engenheiros do Hawaii, aborto elétrico, são várias.

— Uau, **acho** que Legião Urbana já **ouvi** , uma música que tem 9 minutos e conta uma história!

— Faroeste caboclo, o nome!

— Ah! É isso, **você** tem **ela** em seu celular?

— **Tenho** , quer que eu te passe?

— Sim!

Depois de **conversarem** bastante, **tiveram** que ir embora para suas casas e **se despediram**:

— Tchau, amanhã **conversamos** mais!

— Tchau, beijos. (27D)

Este relatório (5T — *Relatório de atividades da disciplina de Arte*) é a última etapa de uma atividade da disciplina de Arte desenvolvida no colégio. É, como podemos deduzir pelo texto, o relato do processo de feitura de um jardim poético, trabalho que contemplava o gênero textual/discursivo *hai-kai*¹³, a pintura e a ecologia. Para criar o jardim poético, os alunos fizeram mudas de flores diversas, junto às quais, colocaram placas onde reproduziram os seus *hai-kais*. Depois de prontos, flores e poemas foram levados para enfeitar os jardins da escola.

¹³ Poema de origem japonesa que se estrutura em 17 sílabas métricas, divididas em 3 versos (5, 7 e 5 sílabas). Em sua forma clássica, aborda temas relacionados à natureza.

Texto 5: Relatório de atividades da disciplina de Artes — 5T

(No original, sem título)

O projeto que **realizamos** junto com os professores começou com a pintura, a montagem da placa. **Tivemos** que criar um hai-kai e escrevê-lo na placa após a pintura.

Aí, depois que todos **fizemos** as placas, os professores **nos** deram garrafas cortadas ao meio, para **nós** enfeitar e fazer como **quisermos** e depois **colocamos** a terra, **molhamos**, **amassamos** e **plantamos** sementes diferenciadas nas garrafas.

O tema do projeto foi Intervenção Urbana, para mudar a paisagem da escola. Na minha opinião, **podemos** mudar a paisagem e por aí **conseguimos** ver esse espaço que **escolhemos** de outra forma.

Escolhemos um espaço que muitas pessoas não reparam, pois é um lugar com várias árvores, matos etc. **Vamos colocar** nossas garrafas junto com nossas placas para modificar aquele espaço.

Aprendi mais com essa atividade da intervenção urbana, pois **me** faz ver as coisas de outras maneiras e de um outro modo. (42E)

Os textos dramáticos (6T) ou textos teatrais escritos, analisados neste trabalho, dos quais o texto 6 é um exemplo, foram produzidos como atividade final de uma sequência didática sobre o gênero dramático.

Texto 6: Texto dramático — 6T

Disputando um amor

Personagens: Matheus, Diego, Enzo, Júlia e Samanta.

Samanta: Oi, amiga, quanto tempo. E as novas?

Júlia: Olá, bom, **acho** que **eu** estou super apaixonada por um cara que não quer nada **comigo**. O que **eu** faço?

Samanta: Eita. **Posso saber** o nome **dele**. Talvez **eu** possa te ajudar...

Júlia: Enzo!

Samanta: Pura, **vou saindo** aqui, até mais ...

Júlia: Poxa, o que houve, por que **você** vai sair assim do nada?

Samanta: **Estou** cansada, pensativa e **preciso** pensar na minha vida. Até.

Samanta: Olá, Enzo. **Precisamos conversar**. Tem como?

Enzo: Oi, sim, **podemos**. O que **você** quer **comigo**?

Samanta: Bom, **eu** e a Júlia estamos apaixonadas por **você**, e o pior é que **ela** não sabe que **eu** gosto de **você**. E agora, o que **eu** faço?

Enzo: **Eu** não vou fazer nada, nem curto **vocês** duas, na boa!

Samanta:

Enzo: E aí, molecada.

Matheus: E aí, gente.

Diego: E aí.

Enzo: É o seguinte: a Samanta e a Júlia estão apaixonadas por **mim**. E, na real, nem curto **elas**.

Matheus: Bom, **eu** e o Diego disputamos essa Júlia há tempo já, e **vamos ter** que resolver isso!

Diego: **Concordo**, coloca **elas** aqui no grupo e **vamos ver** o que dá!

Matheus: ok!

Júlia: Pra que isso?

Samanta: Não **entendi**!

Enzo: Bom, **vocês** duas gostam de **mim** e **eu** não vou perder a amizade de meus amigos, porque, na verdade, não **sinto** nada por **vocês**.

Júlia: Como assim, Samanta, **você** também gosta **dele**?

Samanta: Sim, **eu** gosto, mas **ele** não quer nada com **a gente**. E a pior coisa é duas amigas gostarem do mesmo cara!

Samanta: Mas o Diego e o Matheus gostam de **você**, e **eu**, como fico? Ninguém gosta de **mim**

Diego: Na real, nem **sinto** mais nada por essa menina aí. Nem **sabe** valorizar!

Matheus: **Concordo!!!**

Enzo: Bom, **vocês se** decidem, **eu** já estou enrolado, e nem sequer **sinto** algo por **vocês** duas!

Júlia: Ok, desisto de **você**.

Samanta: **Eu**, também, cansei!

Matheus: E quanto a **nós** dois, Júlia?

Diego: **Pode ficar** com **ela**. Não **quero!! Tô** a fim de outra!

Matheus: Nossa, assim tão rápido?

Diego: Sim!

Samanta: Bom, **vou falar** a real, não **vou desistir** do Enzo assim tão fácil, pois quando **a gente** ama, **a gente** sofre!

Júlia: Então **vai querer** disputar, querida?

Samanta: Se for possível, sim.

Enzo: Desistam, **eu** não gosto de **vocês**, não **gosto**, que saco!!

Samanta: Bom, melhor **esquecermos ele** e não **perdermos** a nossa amizade.

Júlia: Verdade. A amizade significa muito!

Enzo: Obrigado, meninas, na real, perdão, mas **eu** não posso ficar com uma e deixar a outra.

Diego: Verdade.

Matheus: **Concordo**. Melhor ficar numa boa.

Júlia: Até!

Samanta: Tchau, gente.

Enzo: Até. (44C)

O resumo se caracteriza como um gênero do expor. Os resumos analisados, neste trabalho, dos quais o texto 7 é um exemplo, foram produzidos nas aulas de Arte como um registro material das aulas expositivas, filmes e pesquisas sobre a artista Louise Bourgeois.

Texto 7: Resumo de uma aula — 7T

Louise Bourgeois

Uma artista plástica nascida em 25 de dezembro de 1911. Sua vida era bem difícil, principalmente sua relação com seu pai, que era bem cínico e autoritário, e com sua mãe que era bem frágil.

Ela expressava os seus sentimentos e tudo o que passava, na arte. Seu pai era um homem bruto. E o fato de não ser desejada pelo pai **dela** que consiste em que **ela** amava **ele**, mas também **sentia** ódio, pela relação que **ele** tinha com sua mãe.

Mas seu pai não **a** amava assim, pois **ele** queria um filho homem, mas nasceu Louise e isso foi uma decepção para seu pai.

Ele traía a mãe de Louise. Louise tinha um duplo sentido para quase tudo. No mesmo momento que **ela** sentia ódio de seu pai, **ela o** amava. **Ela** sempre queria defender sua mãe das agressões. Seu pai era inacessível, **ela** não falava com **ele** quase nunca, quanto mais **dar** um abraço. Então suas obras eram extraídas de alguns embates de sua vida, de seus sentimentos, de agressões, raiva, a falta de comunicação. **Ela** tinha muito medo ... Uma obra de triunfante afirmação da libido, que é uma busca pelo prazer sexual, mas não é só isso, era o desejo de conquistar algo, o desejo de sentir algo, alguém.

Suas obras eram antiplatônicas, **ela** não **se** satisfazia com o mundo das ideias, **ela** tinha que extrair para fora o que estava dentro de sua mente. **Digamos** que **ela** desejava um corpo assim, suas esculturas eram enormes. Geralmente, com o que **ela** não conseguia lidar, **ela** expressava pela arte.

Eu achei bem legal a história de Louise, uma pessoa que, mesmo sem ter personalidade forte, conseguiu aguentar tudo que passou em sua vida. E seu trabalho era um ótimo trabalho, impressionante. (33D)

Com base em uma amostra de cada texto coletado, podemos sintetizá-los da seguinte forma. Neste trabalho, quando aspectos relacionados à organização do texto influenciam na descrição e explicação dos usos dos pronomes de 1ª pessoa, optamos por tratá-los como aspectos relacionados à configuração textual, incluindo questões de gênero textual/discursivo e tipologia textual.

Quadro 7 — Relação entre a configuração textual e o código

Configuração textual	Código
Narração escolar em 3ª pessoa	1T
Narração escolar em 1ª pessoa	2T
Opinião sobre uma personagem machadiana	3T
Diálogo	4T
Relatório de atividade da disciplina de Arte	5T
Texto dramático	6T
Resumo de uma aula	7T

Fonte: o próprio autor

Considerando que nosso objetivo geral é identificar e sistematizar as ocorrências dos pronomes pessoais nas produções escritas dos alunos do 9ª ano do ensino fundamental, no processo de coleta dos dados, serão levados em conta:

- a) Todos os pronomes pessoais de 1ª pessoa contemplados nos quadros das gramáticas descritivo-normativas (ver o Quadros 1 e 5) em qualquer uma das funções sintáticas (sujeito, complemento verbal, complemento nominal etc.).
- b) Os termos que, mesmo sem constar no quadro das gramáticas prescritivo-normativas, exercem o papel de pronomes pessoais, preenchendo também diversas funções sintáticas (a gente, por exemplo) (ver Quadros 2 e 4).

Também serão computados como parte dos dados os pronomes elípticos marcados pela desinência verbal. Nesse caso, os trechos selecionados levarão em conta a presença do verbo como indicativo da presença de um pronome. O interesse por essa variante está ligado ao fato de querermos saber se a opção pela forma explícita do pronome ou pela sua forma marcada apenas pela desinência verbal está associada a algum critério subjetivo do usuário da língua ou não passa de acaso.

Para a análise, os pronomes de 1ª pessoa (ou outras palavras e expressões que estejam nessa função) levantados no *corpus* são divididos em grupos de acordo com o número (singular/plural) e a função que desempenham (sujeito/complemento). Assim, temos quatro subseções destinadas à análise: a primeira trata da análise dos pronomes de 1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito; a segunda, da 1ª pessoa do singular em função sintática de complemento. A terceira e a quarta tratam, respectivamente, dos pronomes de 1ª pessoa do plural em função sintática de sujeito e em função sintática de complemento.

CAPÍTULO 4: UMA ANÁLISE DOS PRONOMES PESSOAIS DE PRIMEIRA PESSOA

Neste capítulo, nós nos ocuparemos da organização descritiva e explicativa dos pronomes de 1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito, encontrados nos textos dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. Quanto à seleção dos dados, consideramos todas as formas que estivessem se referindo à 1ª pessoa do singular, independentemente de pertencerem ao caso reto ou oblíquo. O critério principal para a escolha se baseou na função sintática: todos os pronomes que estivessem em função *sujeito* e se referissem à 1ª pessoa do singular no discurso — ainda que representassem formas tradicionalmente associadas a outras pessoas (2ª e 3ª) — seriam selecionados para análise. Esperamos, com isso, organizar um quadro que contemple os usos dos quais os alunos se apropriaram nos nove anos do ensino fundamental.

4.1 PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Para as formas de 1ª pessoa do plural no *corpus* pesquisado, identificamos todos os pronomes descritos nos quadros das gramáticas prescritivo-normativas (*nós, preposição+nós, nos, conosco*) mais estes: *a gente* (em funções sintáticas de sujeito e complemento), *preposição+a gente e se*. Sobre o pronome *nós*, após o levantamento dos dados, podemos dizer que desempenha, nos textos escritos dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, as seguintes funções sintáticas¹⁴: sujeito, objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, complemento nominal, adjunto adverbial.

A definição de sujeito como o ser sobre o qual se diz alguma coisa é a mais comum nas gramáticas prescritivo-normativas. Cegalla (1976, p. 214) define como “... o ser de quem se diz alguma coisa”; Sacconi (1982, p. 258) como “... o ser ao qual se atribui a ideia contida no predicado”; Cunha e Cintra (2013, p. 136) dizem que “... é o ser sobre o qual se faz uma declaração.”

(F1) — Mas agora preciso ir, outro dia *nós* conversamos. Beijos. (1T4C)

(F2) — Que filme *nós* vamos assistir? (1T28D)

¹⁴ Na análise das funções sintáticas dos pronomes, tomamos por base os conceitos e a nomenclatura apresentados nas gramáticas, denominadas, neste trabalho, prescritivo-normativas, entre as quais estão: Almeida (1994), Cegalla (1976), Cunha e Cintra (2013) e Sacconi (1982).

Objeto direto é o termo que completa o sentido de um verbo, normalmente, não regido de preposição. Nesse sentido, são denominados verbos transitivos diretos.

(F3) — Lembro. Um dia que ele perdeu o celular e acusou *a nós* dois de ter pegado o celular dele. (1T14C)

(F4) — Luíza, acho que tem gente espiando *nós* aqui no jardim. (1T73D)

Em (F3), o pronome *nós*, em função sintática de objeto direto, está regido por preposição. Esse exemplo ilustra os usos da norma-padrão, indicado nas gramáticas prescritivo-normativas. Cegalla (1976, p. 233), por exemplo, registra que é de rigor o uso da preposição nos casos em que objeto direto é um pronome pessoal tônico. Em (F4), o uso de *nós* em função de objeto direto, sem a preposição, apesar de pertencer às normas de usos informais da fala, tem ocorrido na escrita, ainda que em um número bem menor que *nos*, seu concorrente nessa função.

Objeto indireto é o termo que completa o sentido de verbo regido por preposição, denominados verbos transitivos indiretos.

(F5) — É, aquele professor não gostava de *nós* mesmo! – falou Carlos... (1T14C)

Em (F5), *nós* completa o sentido do verbo *gostar*. Como o verbo é regido pela preposição *de*, o uso de *nós* se enquadra à norma-padrão.

Agente da passiva é, segundo Cunha e Cintra (2013, p. 161), “... o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito.” O agente da passiva é normalmente regido pela preposição *por* e, com menor frequência, pela preposição *de*.

(F6) As atividades realizadas *por nós* foram: fazer um jardim poético com a reciclagem de garrafas e madeiras. (5T38E)

(F7) Será feito um jardim poético com plantas e hai-kais feitos *por nós*. (5T40E)

Os fragmentos (F6) e (F7) foram os únicos encontrados no *corpus* em que o pronome *nós* exerce a função sintática de agente da passiva. Em (F7), o verbo auxiliar foi omitido, e o sentido passivo é estabelecido apenas pelo particípio passado: *realizadas*. Em (F7), temos, na verdade, 2 orações com agente passivo: na primeira, que corresponde a: “Será feito um jardim poético”, há a omissão do agente; na segunda, “com plantas e hai-kais feitos por nós”, há a omissão do verbo auxiliar.

Complemento nominal é, segundo Cegalla (1976, p. 236) “... o termo complementar reclamado pela significação incompleta de certos substantivos, adjetivos e advérbios. Vem sempre regido de preposição.”

(F8) O medo tomava conta *de nós*. (2T61E)

Em (F8), *nós*, regido pela preposição *de*, completa o sentido da palavra *conta*. Se retirássemos *de nós* da sentença, ficaria fácil perceber a necessidade de um complemento. O medo tomava *conta do quê?* Essa função sintática do pronome *nós* corresponde a uma das funções indicadas nas gramáticas prescritivo-normativas próprias desse pronome.

Adjunto adverbial “... é, como o nome indica, o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio.” (CUNHA E CINTRA, 2013, p. 165)

(F9) ... estávamos correndo para a saída com certeza que tinha algo atrás *de nós*. (2T53D)

Nesse caso, para ser mais preciso, o pronome *nós* faz parte da locução adverbial de lugar *atrás de nós*.

Na análise dos textos, o pronome *nos* foi empregado nas seguintes funções sintáticas: objeto indireto, objeto direto e sujeito acusativo. Essas funções sintáticas correspondem às indicadas nas gramáticas prescritivo-normativas como próprias do pronome *nos*. Preferimos, nos casos em que *nos* está em função de complemento (direto ou indireto) e é reflexivo ou recíproco, tratá-lo à parte para explorar melhor essas características.

Em função sintática de objeto indireto (F10) e (F11) e objeto direto (F12) e (F13), como mostram os exemplos, o pronome *nos* foi empregado de maneira correspondente aos usos mais cultos do português brasileiro.

(F10) Fomos até nossos pais e pedimos para eles *nos* mostrar o que havia no porão. (2T42D)

(F11) — Tem alguém *nos* olhando. (2T56D)

(F12) Depois que Leo se tranquilizou, continuamos explorando o porão que sempre *nos* intrigava.

(F13) Eles *nos* levaram no porão. (2T42D)

Em relação à colocação pronominal, o emprego proclítico do pronome *nos* corresponde também aos usos do português brasileiro: próclise ao verbo principal da oração.

Quando o referente do pronome *nos*, na função de objeto direto ou indireto, é o mesmo do sujeito (F14) e (F15), significa que *nos* é reflexivo, ou seja, a ação (indicada pelo verbo) que recai sobre ele reflete no sujeito da oração, pois sujeito e complemento, nesse caso, são representados pelo mesmo referente. Em outros termos, a ação que o sujeito pratica recai sobre ele mesmo.

(F14) Descemos as escadas, com todo cuidado do mundo, para não acordar ninguém em casa, mas o esforço foi em vão. Nós tropeçamos e caímos escada abaixo. Logo após levantarmos e *nos* recuperarmos do tombo, ouvimos um barulho ... (2T52D)

(F15) — Vamos vender aqui e *nos* mudarmos para algum lugar que temos um pouco de paz. (T73D)

Em (F14), trata-se do sujeito se recuperando. Se não houvesse flexibilidade, ele estaria recuperando algo. O mesmo acontece em (F15): o sujeito vai mudar a si mesmo para outro lugar.

Há, também, os casos em que o referente do pronome *nos*, em função de objeto direto ou indireto, é o mesmo do sujeito, mas a ação (indicada pelo verbo) é recíproca. Isso quer dizer que há uma ação mútua entre os envolvidos na situação, como em (F16) e (F17).

(F16) E é sempre assim: sempre *nos* estranhando e *nos* amando, e a cada dia que se passa mais eu a amo. (2T30E)

(F17) — Traga seus filhos aqui para tomar um banho de piscina — sugeriu a moça, sorrindo — Assim *nos* conhecemos melhor. (1T58D).

No exemplo (F16), “nos estranhando” quer dizer que um namorado estranha o outro; “nos amando”, que um ama o outro. Ou seja, há entre os dois, referenciados no pronome *nos* (complemento) e também no pronome *nós* implícito (sujeito), reciprocidade das ações.

Com alguns verbos específicos, chamados causativos (*fazer, mandar, deixar* etc.) e sensitivos (*sentir, ouvir, ver* etc.), o pronome *nos* (e outros) pode acumular as funções sintáticas de sujeito e complemento acusativo (objeto direto), de onde deriva a classificação que recebe: sujeito acusativo.

(F18) Nós pedíamos por favor para ele *nos* deixar ir embora. Mas ele só dizia: “Vocês vão morrer (2T72D)

No fragmento (F18), o pronome *nos*, por estar ligado a um verbo causativo (*deixar*), de quem é o complemento, assume a função de sujeito acusativo, pois é lançado para a oração seguinte onde exerce a função de sujeito do infinitivo *ir*.

Entre os dados de 1ª pessoa do plural selecionados, encontramos uma única ocorrência do pronome *conosco* (F19), num trecho em que exerce a função de adjunto adverbial. Pesquisando nas gramáticas prescritivo-normativas, já relacionadas neste estudo, os exemplos apresentados por elas, quando tratam da função sintática de *conosco*, são também desse pronome em função de adjunto adverbial.

(F19) Você não pode entrar, e esse lugar é só nosso, há muito tempo nós moramos aqui e você não pode entrar em um lugar onde você não pertence, se você quiser, você será sempre bem vindo aqui *conosco* (grafado *com nosco*, pela aluno). (1T77D)

Como dissemos, o pronome *conosco* teve apenas uma ocorrência nos 270 textos examinados. O contato raríssimo dos alunos com essa forma pode ter influenciado no modo como essa ocorrência apareceu grafada (*com nosco*). De fato, o uso muito restrito dessa forma, seja no dia a dia dos falantes, seja nos textos que circulam na sala de aula, pode

influenciar na percepção ortográfica desse termo. A falta de reforço (em relação a *conosco*), quando se trabalha com os pronomes, certamente também é responsável. Pesquisando em alguns livros didáticos e manuais de gramáticas¹⁵, verificamos a ausência quase total, na parte dos exercícios, de atividades que envolvessem o uso de *conosco*.

A escola está falhando, se, como apontam, entre outros, Antunes (2014) e Bagno (2011), o seu papel é dar ao aluno acesso às diversas possibilidades de construção da língua, para que ele possa, de acordo com a necessidade ou ocasião, fazer a opção mais conveniente. É preciso que a escola apresente, em condição de uso, tanto as formas inovadoras (*com a gente* no lugar de *conosco*) — o que ela muitas vezes deixa de fazer — como as formas que a tradição padronizou. Estas são usadas em contextos mais monitorados, principalmente, escritos aos quais o aluno terá acesso durante a escolaridade e depois. Assim, dará ao aluno, ainda que seja só na escrita, a possibilidade de escolha entre as duas formas de representação desse pronome e o discernimento para fazer essa escolha. Tal postura da escola, certamente, valorizará o caráter heterogêneo da língua.

O pronome *se* tem sido usado para referência às três pessoas, principalmente nas funções reflexiva e recíproca. Na 1ª pessoa do singular, como vimos, alterna com pronome *me*; no plural, alterna com *nos*, inclusive no mesmo contexto (F84), reforçando, dessa maneira, a equivalência com essa forma.

(F20) — Vamos nos conhecer melhor, para depois *se* ver pessoalmente, pode ser? (4T6C)

Em (F20), admite-se ainda outra interpretação, que, caso aceita, se configuraria como um exemplo raríssimo de elipse de *a gente*. Assim, teríamos como sujeito da segunda oração não um *nós* elíptico, como na primeira, mas um *a gente* elíptico, concordando com o verbo *ver* e deixando o período da seguinte forma:

(F20a) — Vamos nos conhecer melhor, para depois (*a gente*) *se* ver pessoalmente, pode ser? (4T6C)

Para a norma-padrão, uma possibilidade de “correção” para (F20) poderia se configurar em um exemplo como em (F20b):

(F20b) — Vamos nos conhecer melhor, para depois nos ver pessoalmente, pode ser?

¹⁵ Analisando os manuais de gramática de Nicola e Infante (1994) e Faraco e Moura (1999), não encontramos, entre os exercícios sobre os usos dos pronomes pessoais, nenhum que se referisse a *conosco*. O mesmo se deu no livro didático de Cereja e Magalhães (2006). No volume para o 6º ano, em que os pronomes pessoais são apresentados de forma sistematizada, não há também nenhum exercício sobre os usos do pronome *conosco*.

A ocorrência de *se*, em referência à 1ª pessoa do plural, parece mais propensa aos contextos de sequência dialogal. Das 11 vezes em que *se* foi usado como um pronome de 1ª pessoa, em 6, ele ocorreu nesse contexto.

Nos textos analisados, encontramos 11 ocorrências de *se* equivalendo a *nos*. Das 11 ocorrências, em 10, ele exercia a função de pronome recíproco, como em (F21 ao F30) e em apenas 1 a de reflexivo (F94).

(F21) Devemos *se* unir e ajudar a natureza. (3T37C)

(F22) De repente, eu e meu amigo *se* separamos. (2T49D)

(F23) — F, eu vou sair agora, depois nós *se* fala, ok? (4T69D)

(F24) E então descemos lentamente apoiando-*se* um no outro. (2T57E)

(F25) — (...) Agora tenho que ir embora. Depois nós *se* fala. (1T19E)

(F26) — Tchau, K. Foi muito bom te ver. Tchau, M. Nós *se* falamos amanhã na escola. (1T30D)

(F27) — Tá bom. Onde nós *se* encontra pra ir? (4T13C)

(F28) — Aí, depois nós *se* encontra mais tarde. (1T14C)

(F29) — Então nós *se* encontramos às 7 horas. (1T23D)

(F30) Para resolvermos esse problema devemos *se* conscientizar de que todos somos iguais. (3T36C)

Originado do substantivo *gente* (raça, povo, tribo), a forma *a gente*, a partir de meados do século XIX, assumiu o traço semântico de pessoa, como afirma Lopes (2001). Desde então, gradativamente, vem se firmando como uma forma pronominal, passando a dividir com o pronome *nós* as funções antes desempenhadas por este apenas. Segundo Omena (1986), o uso de *a gente* supera o pronome *nós* em algumas funções desempenhadas na língua falada.

Nos textos escritos analisados, encontramos a expressão pronominal *a gente* desempenhando as seguintes funções sintáticas: sujeito, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adverbial, objeto direto e adjunto adnominal.

Na função sintática de sujeito, *a gente* ocorre, na maioria, das vezes com o verbo da 3ª pessoa do singular, como em (F31), (F32) e (F33). Em apenas 2 casos (F34) e (F35), houve, concordância com a 1ª do plural. Não procede, portanto, a insistência nesse modelo de concordância como estereótipo da fala, ou escrita, das classes menos privilegiadas, das quais, aliás, fazem parte um número razoável dos alunos da escola pesquisada.

(F31) — E que filme *a gente* assiste? (4T2C)

(F32) — Que tal *a gente* ir juntos a uma festa? (4T6C)

(F33) — Ok, então vamos nos preparar bem para *a gente* sair com a vitória. (4T41C)

(F34) *A gente* começou pintando de branco a placa, mas, antes disso, *a gente* teve que trazer de casa 3 hai-kais que *a gente* fizemos em casa. (5T33E)

(F35) Depois, quando *a gente* ouvimos esse maior barulho assustador ... (2T48D)

Na função de objeto indireto, encontramos exemplos como os indicados em (F36) e (F37):

(F36) — Caroline, você viu aquelas meninas olhando *pra gente*? (1T12C)

(F37) Marinheiro: Não se preocupe, senhor advogado, a cláusula do contrato que foi combinada com *a gente* será cumprida, nós não viremos aqui buscar eles após o terceiro dia. (6T51C)

Nessa função, foram encontradas apenas 3 ocorrências de *a gente* contra 9 das formas do pronome *nós* (*nos* e *preposição+nós*). Ou seja, em 75% das vezes, o objeto indireto correspondente à 1ª pessoa do plural foi preenchido por *nós*.

Também foi baixa a frequência da expressão *a gente* na função de complemento nominal. Foram encontrados, nos 270 textos analisados, apenas as duas ocorrências indicadas pelos fragmentos (F38) e (F39).

(F38) — Lógico que eu vi. Elas estavam com inveja *da gente*. (1T12C)

(F39) Descemos. Esse lugar parecia muito velho e as coisas faziam barulho, como a porta, o chão, os móveis velhos, e aquilo dava muito medo *na gente*. (2T72D)

A função de complemento nominal não parece ser produtiva para a 1ª pessoa do plural, pois, além dessas duas ocorrências de *a gente*, só houve mais 4 com o pronome *nós*.

Menos produtiva ainda para a 1ª pessoa do plural é a função de adjunto adverbial. Foram 4 ocorrências. Além das 2 com *a gente*, em (F40) e (F41), houve 1 com *conosco*, 1 com *preposição+nós*.

(F40) — Amiga, vamos falar pra elas irem *com a gente* na expô? (4T9C)

(F41) E os professores são bem legais, o André, a Giovana, a aula de artes ficou bem mais legal, divertida e obrigado por vocês vim e fazer *com a gente*. (5T35E)

Em função de objeto direto, houve apenas uma ocorrência com *a gente* (F42), contra 28 com o pronome *nós* (*nos*, *nós* e *preposição+nós*), indicando a preferência dos alunos pelas formas de *nós* (F43 e F44) em detrimento da expressão *a gente*.

(F42) Eles vão embora e vêm buscar *a gente* daqui há três dias. (6T51C)

(F43) Logo após levantarmos e *nos* recuperarmos do tombo, ouvimos um barulho. (2T52D)

(F44) Chegamos à conclusão que devemos *nos* por no lugar da pessoa. (3T39C)

A função de adjunto adnominal é aquela em que os pronomes pessoais menos ocorrem. Somados todos os pronomes pessoais, mais o único exemplo com *a gente* (F45), temos apenas 4 casos.

(F45) Às vezes ficamos com a cabeça confusa, e aquela confusão mexe totalmente com o sentimento *da gente*. (3T3D)

No (F45), a expressão *da gente* equivale a *nosso*.

Nos 270 textos pesquisados, apareceram 48 ocorrências da forma *a gente* (com e sem preposições). A maioria delas (39) corresponde à função sintática de sujeito. As outras 9 se dividem pelas funções acima relacionadas. Na função de sujeito, em apenas duas

circunstâncias, a concordância verbal não foi feita com a 3ª pessoa do singular, mas com a forma verbal correspondente à 1ª pessoa do plural.

(F34) A *gente* começou pintando de branco a placa, mas antes disso, *a gente* teve de trazer de casa três hai-kais que *a gente fizemos* em casa. (5T33E)

(F35) Depois, quando *a gente ouvimos* esse maior barulho assustador (2T48D)

Em apenas um caso, a concordância entre sujeito (*a gente*) e o seu predicativo não foi gramatical, mas siléptica, como em (F46)¹⁶.

(F46) Finalmente chegamos no chão, descemos bem devagar, quando eu vi que não dava pra enxergar nada e que a única luz era da porta que víamos, e *a gente* é muito **medrosos** com essas coisas de espíritos ... (2T68E)

Esses dados mostram, pelo menos na escrita, o grau de consciência que o usuário tem em relação ao modo como maneja a expressão *a gente*. Ele é capaz, após os 9 anos de escolaridade, de distinguir o que é semântico do que é gramatical. Assim, ao reconhecer nessa expressão um equivalente para *nós*, o aluno sabe que o traço semântico de plural não precisa ser marcado também gramaticalmente pelo verbo.

Outro dado relevante deve ser mencionado: contrariando o senso comum, que insiste em gracejos sobre a concordância principalmente das classes menos escolarizadas, nas quais tem origem a grande maioria dos alunos das escolas públicas, foi muito baixo o índice de concordância entre sujeito de 1ª pessoa do plural (*nós*) e verbo na 3ª pessoa do singular. De um total de 90 ocorrências com sujeito *nós* explícito, apenas 16 apresentavam o tipo de concordância estigmatizada, totalizando pouco mais de 17% das ocorrências. Entretanto, se considerarmos que essas 16 ocorrências fazem parte de apenas 9 dos 270 textos analisados, veremos que correspondem a 3,33% do *corpus*. Um número realmente baixo, mostrando que os problemas relacionados à concordância, no caso dos alunos aqui envolvidos, são pontuais.

4.1.1 Função de Sujeito: *Nós* e *A Gente*

Nesta seção, tratamos das formas concorrentes na representação da 1ª pessoa do plural na função sintática de sujeito, apresentando o número de ocorrências de cada uma delas e os condicionamentos linguísticos (ou semânticos) aos quais estão associados.

¹⁶ Segundo Sacconi (1982, p. 318), concordância siléptica é aquela que se faz com a ideia subentendida, e não com aquilo que está escrito. A silepse pode ser de gênero, de número e de pessoa. Em (F110), temos silepse de gênero e de número, pois a concordância não levou em consideração os traços de gênero e de número da expressão *a gente* (feminino e singular), mas o fato de ela representar *eu+outros*, que, na história, são personagens masculinos.

As possibilidades de preenchimento da 1ª pessoa do plural encontradas no *corpus* analisado são quatro: 1. *nós* explícito; 2. *nós* implícito, marcado pela desinência *-mos*; 3. *a gente* explícito e 4. *a gente* implícito.

(F47) Como *nós* tínhamos acabado de mudar, levei meu amigo para conhecermos a casa juntos ... Então *nós* vimos a placa de cuidado. Descemos para o porão, escutamos gemidos e gritos, e como não conseguimos ver a porta de saída, resolvemos continuar ... tremendo de medo, mas continuamos. (2T54D)

(F48) *Nós* realizamos as atividades de decorar uma placa com um hai-kai que *a gente* criou e, com algum desenho, *decoramos* do nosso modo. Depois *decoramos* uma garrafa pet, já cortada. Em seguida *colocamos* terra, água e *plantamos* umas sementes e depois *colocamos* a placa. (5T40E)

(F49) — Chegou o grande dia, o dia do torneio, não vamos nos apavorar, se não *a gente* pode ser desclassificado na primeira competição. (1T41C)

(F50) O segundo rato disse:

— A minha ideia é assim: primeiro vamos fazer uma armadilha para o gato e “ponhar” o guizo no gato e, depois que “ponharmos” o guizo no gato, voltamos para nossa toca. Daí esperamos até o dia seguinte, daí, no dia seguinte *a gente* observa, *vê* se o guizo está funcionando e depois que vemos que está funcionando *a gente* vai lá e *pega* o queijo e é esse o plano. (1T17E)

Em (F47), (F48), (F49) e (F50), notamos que a similaridade semântica entre as formas *nós* e *a gente* é percebida pelo usuário, pois, em um mesmo contexto e referindo-se a um mesmo elemento do contexto, alternam-se as formas de referência para o mesmo elemento, usando ora *nós*, ora *a gente*. Em (F48), por exemplo, o referente é retomado por *nós*, por *a gente* e pela desinência *-mos*, sem o comprometimento do sentido. A ocorrência de *a gente* implícito está, como podemos observar no exemplo (F50), condicionada à distância entre o verbo e o seu referente explícito na frase. Em (F50), a proximidade com o referente explícito (*a gente*) e seu verbo (*observa*) permite que um verbo não marcado por desinência de pessoa (*vê*) possa ter o seu referente identificado. Em (F48), ainda que o distanciamento não seja grande em relação ao referente explícito (*a gente*), o verbo seguinte (*decoramos*) vem marcado pela desinência de 1ª pessoa do plural *-mos*, para facilitar a identificação do referente. Também podemos observar, em (F47), o caráter dêitico¹⁷ do pronome *nós*, constituído obviamente por aspectos inerentes ao discurso. Nesse exemplo, a primeira referência a *nós* remete ao narrador e à sua família; na segunda, remete ao narrador e a seu amigo. Essa característica do pronome *nós* se estende ao seu concorrente *a gente*, mostrando, ou reforçando, que este tem se inscrito, com todos os traços que a função requer, no quadro dos pronomes do português brasileiro.

A forma implícita de *a gente* (marcada apenas pelo verbo conjugado na 3ª pessoa) é rara. No *corpus* pesquisado, encontramos apenas 4 ocorrências, duas delas indicadas em (F50). A justificativa para um índice tão baixo se encontra no fato de *a gente* levar o verbo

¹⁷ “Entende-se por dêixis uma categoria que depende crucialmente da situação discursiva, e não das propriedades intencionais necessárias à configuração das categorias de referência e predicação para ficarmos nessas duas”. (CASTILHO, 2012, p. 123)

para a 3ª pessoa do singular, forma não marcada do verbo (ou marcada por desinência Ø). Esse fato só permite que a forma implícita de *a gente* ocorra em circunstância bem específica, exatamente como no exemplo (F50). Ou seja, é preciso que o referente esteja bem próximo e o verbo faça parte de uma enumeração. Caso essa condição não seja satisfeita, pode haver comprometimento de sentido.

Quadro 8 — Variantes para a 1ª pessoa do plural em função sintática de sujeito

Variantes para a 1ª pessoa do plural em função sintática de sujeito	Nós	A gente	A gente implícito	Nós implícito	Total
Número de ocorrências	90	35	04	529	658
%	13,68%	5,32%	0,61%	80,39%	100%

Fonte: o próprio autor

Entre as quatro formas de representação do sujeito na 1ª pessoa do plural, a mais frequente nos textos analisados é a marcada apenas pela desinência verbal de 1ª pessoa do plural (*-mos*), com pouco mais de 80% das ocorrências. Entre as formas explícitas de representação, o pronome *nós* supera a expressão *a gente*, contabilizando mais que o dobro desta. Esse fato vem de encontro a alguns estudos, segundo os quais o pronome *nós* estaria perdendo espaço para a expressão *a gente*.

Tal resultado vai, portanto, na contramão dos estudos sobre a concorrência dessas duas formas na língua falada. De acordo com o resultado desses estudos, que cobrem um período de quase três décadas e correspondem a sete localidades do Brasil, a expressão *a gente* supera o pronome *nós* na preferência dos falantes (a média dos resultados dá 75,87% para *a gente* contra 24,13% para *nós*). Os estudos e as localidades a que nos referimos anteriormente, bem como os resultados a que chegamos em relação à forma de representação da 1ª pessoa do plural são os seguintes: Rio de Janeiro (OMENA, 1996; 2003); João Pessoa (FERNANDES, 1996); Florianópolis (SEARA, 2000); Jaguarão e Pelotas (BORGES, 2004); Vitória (MENDONÇA, 2012) e Porto Alegre (ZILLES, 2007).

O fato de tratar-se de dois registros distintos — escrita e fala — certamente justificaria a divergência entre os resultados. Mesmo assim, outros fatores precisam ser questionados:

I. Haveria diferença tão gritante entre fala e escrita no uso de *nós* e *a gente* num contexto que envolve alunos cuja distinção entre esses dois registros (fala e escrita) é apenas relativa? Mesmo se desconsiderarmos as ocorrências de *nós* implícito e computarmos apenas *nós* e *a gente* explícitos, teremos 72% para *nós* e 28% para *a gente*. Se incluirmos as ocorrências de *nós* e *a gente* implícitos, teremos 94,07% para *nós* e 5,93% para *a gente* em função de sujeito.

II. Teriam esses trabalhos considerados, no cômputo dos dados, a forma de 1ª pessoa do plural implícita, ou seja, marcada apenas pela desinência *-mos*? Para Silva (2001), por exemplo, essa variante não foi considerada.

Contabilizadas as ocorrências, buscamos entender a que fatores estaria condicionada a escolha entre as formas de representação da 1ª pessoa do plural em função sintática de sujeito, explícito ou implícito. Dentre os fatores que poderiam intervir, condicionando ou não, a opção do usuário por uma das formas de representação de 1ª pessoa (*nós*, *a gente*, implícito ou explícito) estão: o gênero discursivo, o tempo verbal, as funções sintáticas e as condições para a produção escrita dos textos (intencionalidade do aluno como produtor e objetivos propostos pelo professor, por exemplo).

No quadro 9 abaixo, em que são relacionadas as ocorrências das formas usadas para representar a 1ª pessoa do plural, em função sintática de sujeito, aos gêneros escolares produzidos pelos alunos, não constam todos os 7 gêneros indicados para a análise. Isso acontece, nesse e em outros quadros, por dois motivos: 1) reunimos os dados apurados nos textos denominados dramáticos (6T) e diálogos (4T), bem como todas as ocorrências de discurso direto das narrativas (1T e 2T), num mesmo grupo, chamado discurso direto ou diálogo; 2) alguns gêneros não estão presentes nos quadros, porque há a ausência neles dos tipos de pronomes que estão sendo analisados. Assim sendo, o resumo não apareceu neste quadro.

Quadro 9 — Ocorrências de *nós* e *a gente* (em função de sujeito) de acordo com os textos escritos e produzidos em contexto escolar

Exemplares de textos pertencentes a gêneros escolares	Nós	%	A gente explícito	%	Nós explícito	%	A gente implícito	%
Relato	32	35,56	11	31,43	120	22,68	-	
Discurso direto	39	43,33	18	51,43	143	27,03	02	50
Opinião	02	2,22	-		51	9,64	-	
Narração	17	18,89	06	17,14	215	40,65	02	50
Total	90	100	35	100	529	100	04	100

Fonte: o próprio autor

Quando comparamos apenas as formas explícitas (*nós*; *a gente*) em relação às configurações textuais, notamos que são mais frequentes no discurso direto (sequências dialogais). Encontramos, por exemplo, 18 ocorrências de *a gente* (do total de 35) em sentenças em discurso direto, o que corresponde a 51,43%. Trinta e nove (39) ocorrências de *nós* (de um total de 90) também foram identificadas e correspondem a 43,33%. Juntos, em sequências dialogais, ambos correspondem a 45,6% (ou seja, 57 de um total de 125).

Os motivos do usuário para explicitar essas duas formas (*nós* e a *gente*) em posição de sujeito em discurso direto são, no entanto, diferentes. O pronome *nós* explícito aparece, de um lado, como um reforço que chama a atenção, um marcador mais especificamente do locutor e do grupo do qual faz parte; e, de outro, nos casos em que o verbo aparece na não pessoa, na sua forma não marcada (*nós canta*, por exemplo), para evitar a ambiguidade que o contexto não possa resolver. Já *a gente*, pelo fato de, em raras circunstâncias, ser usado implicitamente, justamente por levar o verbo para uma forma não marcada, ou seja, com desinência vazia, não tem esse caráter enfático. É, portanto, uma forma mais neutra de substituição à 1ª pessoa do plural nos diálogos.

A respeito do traço (+ ou – determinado) de *a gente*, o que observamos, nos dados coletados, se configura da seguinte maneira: das 39 ocorrências, 9 se caracterizam como indefinidas e 30 como específicas. Isso quer dizer que, em 76,92% das ocorrências de *a gente*, é possível identificarmos o(s) referente(s). Dessas 30 ocorrências, 18 (60%) acontecem em discurso direto; e, nesse caso, *a gente* se refere a: eu+você(s) (17 vezes) e eu+você+eles (1 vez).

As 12 ocorrências restantes representam os referentes eu+eles e estão em trechos de texto de opinião (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*), com 3 ocorrências, e relatório (5T — *Relatório de atividades da disciplina de Arte*), com 9. Das 9 ocorrências indefinidas de *a gente*, 2 se encontram em discurso direto, 4 em trechos de opinião e 3 em relatórios. Todas essas ocorrências se dão com verbos no presente do indicativo, como em (F51) e (F52):

(F51) Na minha opinião, mestre Romão deveria esquecer sua incapacidade de compor músicas, pois nem tudo na vida é como *a gente* quer. (3T29C)

(F52) Mas às vezes as pessoas são tristes por pouca coisa. Às vezes, *a gente* é egoísta. Ele tinha tanta coisa que podia fazê-lo feliz e ele era triste. Eu não concordo com isso. Acho que *a gente* tem que ser feliz com o que *tem*. (3T25C)

O fato de todas as ocorrências estarem no presente do indicativo pode significar uma padronização para o uso de *a gente* indeterminado, tendo em vista que, nesses exemplos, o presente não expressa necessariamente uma noção de tempo tradicionalmente esperada para o presente do indicativo. Nesses casos, a noção de tempo parece ocupar um lugar secundário na forma verbal. Não importa, portanto, localizar a ação (ou outro sentido qualquer que o verbo anuncie) num tempo específico, mas expressar uma opinião ou um fato que pode ser extensivo a qualquer pessoa, independentemente do momento, dando, dessa forma, ao tempo presente um caráter mais universal ou até mesmo atemporal. Essa característica do verbo, quando associada à expressão *a gente*, parece contribuir para a sua indeterminação.

Quando contrastamos o número de ocorrências de *a gente* indefinido (9) com *a gente* definido (30), observamos que, ao contrário do que apontam alguns estudos (OLIVEIRA, 2008; LUCCHESI, 2009), essa expressão pronominal tem sido usada principalmente nas circunstâncias em que o referente está definido no discurso.

Esse resultado poderia ser indício de que *a gente* estaria gradativamente avançando ainda mais em seu processo de gramaticalização, passando a representar, em mais contextos, a noção de *eu+você(s)* ou *eu+ele(s)*, afastando-se do traço mais genérico que o liga(va) ao substantivo *gente*, do qual deriva. Estaria, assim, contrariando o caráter genérico constatado em alguns estudos, entre os quais Lopes (2001), que afirma: “A gente pronominal designa, mais comumente, um todo abstrato, indeterminado e genérico, representando o conjunto base “ser pessoa”, perdendo, gradativamente, o sentido de “+ de um”.”(p. 139) Essa mesma autora, no entanto, em outro trabalho (2007, p. 74), no qual compara a expressão pronominal *a gente* em duas amostras NURC-RJ (anos 70 *versus* 90), já observa um crescimento, entre os falantes cultos, de 24% (amostra dos anos 70) para 59% (amostra de 90) em relação ao uso determinado de *a gente*.

Ao compararmos *nós* explícito e *nós* implícito em diálogos, vemos uma larga vantagem para *nós* implícito. Num universo de 619 ocorrências para as duas variantes, temos, em discurso direto, 143 ocorrências de *nós* implícito e 39 de explícito. Quando consideramos apenas o número dessas duas variantes (182) em discurso direto, a variante implícita predomina (78,57% contra 21,43% da forma explícita). Se somarmos as formas explícitas de *nós* e *a gente*, temos 28,22% de preenchimento da função sintática de sujeito contra 71,78% das formas implícitas de *nós* e *a gente*.

Se a existência do diálogo está condicionada à presença dos interlocutores, podemos dizer que o apagamento do sujeito ou sua marcação apenas pela desinência verbal *-mos* (já que temos apenas 4 casos de *a gente* implícito), também pode estar condicionada ao fator presença. Se há o fator presença, o próprio locutor já funcionaria como referência material, tornando o referente linguístico um artifício necessário somente quando fosse imprescindível reforçar, dar ênfase à presença do locutor.

Outro dado relevante encontramos quando comparamos as formas explícitas e implícitas em trechos narrativos. Somadas, as 4 variantes chegam, nesse tipo de texto, a 240 ocorrências que se dividem assim: 17 ocorrências de *nós* explícito, equivalendo a 7,08%; 6 casos de *a gente* explícito, que equivalem a 2,5%. A forma *nós* implícito ocorreu 215 vezes (89,59%), havendo apenas 02 ocorrências de *a gente* implícito, o que dá 0,83%. Esses números demonstram o quanto é predominante a variante *nós* implícito nos trechos narrativos

dos textos. Essa predominância quase absoluta da variante marcada apenas pela desinência – *mos* talvez se explique pelo fato de, nas sequências narrativas, o contexto ancorar elementos que apontem, de forma clara, os referentes. Outro fato que justificaria a ausência de *nós* explícito seria o dinamismo dos textos constituídos predominantemente por sequências narrativas, que perderia sua força expressiva diante de repetições desnecessárias.

Quadro 10 — Ocorrências de *nós* e *a gente* de acordo com o tempo verbal

Tempo verbal	Nós explícito	%	A gente explícito	%	Nós implícito	%	A gente implícito	%
Pretérito perfeito do indicativo	47	52,23	10	28,57	275	51,98	-	-
Futuro do subjuntivo	11	12,22	05	14,29	28	5,29	-	-
Presente do indicativo	11	12,22	17	48,57	63	11,91	04	100
Pretérito imperfeito do indicativo	01	1,11	-	-	22	4,16	-	-
Presente do subjuntivo	-	-	-	-	01	0,19	-	-
Futuro do presente do indicativo	-	-	-	-	04	0,76	-	-
Pretérito imperfeito do subjuntivo	01	1,11	-	-	02	0,38	-	-
Futuro do pretérito do indicativo	-	-	-	-	09	1,7	-	-
Tempo composto verbo+ndo	06	6,67	01	2,86	18	3,4	-	-
Tempo composto verbo+r	09	10	02	5,71	98	18,53	-	-
Tempo composto verbo+do	04	4,44	-	-	09	1,7	-	-
	90	100	35	100	529	100	04	100

Fonte: o próprio autor

Buscando compreender como se opera a opção dos usuários pelas variantes, investigamos também a relação entre tempo verbal e a forma de 1ª pessoa do plural escolhida (*nós/a gente* explícito e *nós/a gente* implícito) em função sintática de sujeito. Como podemos observar no quadro 10, o tempo predominante é o pretérito perfeito do indicativo, com 332 ocorrências, que equivalem a 50,46% do total de verbos associados às variantes em análise. Essas 332 ocorrências se dividem entre *nós* (47) e *a gente* (10) explícitos e a *nós* implícito (275), o que corresponde a 14,16% para *nós* explícito, 3,01% para *a gente* e 82,83% para *nós* implícito. O pretérito perfeito do indicativo, portanto, favorece a forma implícita de *nós*. Em trechos narrativos, o *nós* implícito responde por 142 ocorrências com verbo no pretérito perfeito do indicativo. Em relatos (5T — *Relatório de atividades da disciplina de Arte*), responde por 105 ocorrências. Isso corresponde a 74,40% das vezes em que esse tempo verbal esteve relacionado à 1ª pessoa do plural em função sintática de sujeito.

Entretanto, para atingir esse índice, funcionam a favor desse tempo verbal (e de outros também) outras variáveis que não podem ser ignoradas. A primeira é o contexto que,

de maneira direta ou indireta, esclarece o referente, eliminando a necessidade de indicá-lo constantemente:

(F53) Quando estava descendo *tive* uma brilhante ideia e *disse* para meu irmão:

— Vamos acender todas as luzes da casa e deixar a porta aberta, pelo menos teremos um pouco de claridade. (1T42D)

(F54) *Queríamos* a mudança para quem passasse em um dos lugares que *escolhemos* da nossa escola para o jardim poético. *Queremos* a mudança dos olhos, que são as cores das flores, *queremos* conforto pro coração, que são nossos hai-kais. Foram realizadas várias atividades para nascer o jardim poético, *criamos* vasos, *decoramos* com retalho e bastante cola. *Criamos* e *pintamos* placas que hoje podemos visualizar. (5T43E)

Em (F53), como o referente é indicado de maneira explícita (o narrador mais seu irmão), todas as demais indicações (41) que se seguem no texto para a 1ª pessoa do plural são marcadas apenas pela desinência verbal. Dessas 41 indicações, 21 correspondem ao pretérito perfeito do indicativo e todas estão em trechos narrativos do texto.

Em (F54), algumas pistas do texto nos levam a deduzir, até de maneira fácil, quem seja o referente. “Nossa escola” e “atividades”, quando associadas ao que está sendo relatado, indicam quem está ligado às ações desenvolvidas no trabalho escolar (um sujeito — quem relata — mais seus companheiros de sala). As 13 referências à 1ª pessoa do plural encontradas no texto de onde foi coletado esse exemplo são marcadas apenas pela desinência verbal (-*mos*). Dessas 13, 12 estão no pretérito perfeito do indicativo e 1 no pretérito imperfeito do indicativo.

Uma segunda variável que favorece a variante implícita de *nós* ocorre quando há uma sequência que enumera as ações ligadas ao sujeito. A proximidade entre os verbos e a própria dinâmica narrativa tornam desnecessária a repetição de um elemento — muitas vezes explícito no princípio da sequência por um nome ou pronome — cujo referente seja facilmente recuperado pela desinência verbal ou contextualmente, graças à proximidade. Em (F55), podemos observar como isso se dá:

(F55) *Nós* fizemos as atividades em sala de aula: *pintamos* as placas de madeira, *fizemos* os potes com garrafas pets e *enfeitamos* eles com retalhos. Depois *tivemos* que trazer três hai-kais para escrever na placa de madeira. (5T50E)

Por estarem associadas a trechos narrativos, essas sequências de ações, dado a natureza do relato (no sentido de configuração textual), organizam-se no pretérito perfeito do indicativo. Por isso, esse tempo verbal corresponde a 51,98% das ocorrências verbais com *nós* implícito.

Além dessas variáveis, ainda há de considerar o aspecto relativo às condições de produção. É sempre possível entendermos a produção textual escolar como uma resposta à proposta. Nesse sentido, o produtor do texto (aluno) manteria, no processo de produção, um

certo dialogismo com seu interlocutor (professor), supondo sempre a presença dele no processo; e, por isso, omitiria algumas informações, pressupondo que esse interlocutor já as detivesse. Esse procedimento não é incomum no meio escolar, como apontam vários dos textos analisados. O trecho abaixo (F56), por exemplo, ilustra como isso se dá, mostrando que o locutor tem consciência de que o interlocutor está “presente” e reconhece perfeitamente as indicações contextuais, desobrigando-o de emití-las:

(F56) *Usamos* hai-kai, *pintamos* placas de madeira, *usamos* garrafas descartáveis, *enfeitamos*, *colocamos* terra, *plantamos* umas três espécies de flor. *Saimos* da sala pra escolher um espaço pra colocar nossas plantas na garrafa. (5T45E)

Nesse início de texto, a ausência de elementos indicando quem é esse locutor (alunos de que turma) mostra que ele está consciente de que escreve para alguém cujo domínio do contexto é total, de forma que ele não precisa especificar quem fala e de onde fala, característica própria dos diálogos, embora, nesse exemplo, se trate de um relato.

Analisando os tempos compostos ligados à 1ª pessoa do plural, vemos que a maioria deles se realiza com base na estrutura *verbo+infinitivo*. Essa forma verbal responde por 109 ocorrências contra 25 de *verbo+gerúndio* e apenas 13 de *verbo+particípio*. Essas 147 ocorrências de tempo composto estão associadas às variantes *nós* e *a gente* implícito e explícito na seguinte proporção: *nós* explícito (19), *a gente* explícito (03) e *nós* implícito (125), o que equivale a 12,93%, 2,04% e 85,03%, respectivamente. Ou seja, a maioria absoluta dos tempos compostos ocorre com a variante *nós* implícito.

(F57) Ele tinha apenas um motivo que o deixava triste. Ele devia esquecer esse problema e ser feliz. Não *devemos deixar* que uma coisinha de nada atrapalhe a nossa vida. (3T16C)

(F58) Na outra semana ganhamos terra e sementes para colocarmos nos potinhos. Depois disso colocamos as plaquinhas e *fomos procurar* um local para colocar eles. (5T35E)

(F59) Sem pensar, *fomos descendo* as escadas e já ouvimos um barulho estranho, mas sem medo *continuamos a descer* naquela escuridão. (2T54E)

(F60) Pensávamos que eles moravam naquele porão, mas na real estavam perdidos, porque o porão era um labirinto com somente uma saída. Porém, antes de *termos entrado* no labirinto, *tínhamos amarrado* uma corda do lado de fora, *fomos seguindo* a corda e assim *conseguimos sair* daquele lugar. (2T59E)

Quando cruzamos o tempo composto mais predominante (*verbo+infinitivo*) com o configurações textuais e as variantes, chegamos aos seguintes dados: 89,90%, ou 98 ocorrências, desse tempo composto ocorrem com a variante *nós* implícito. Dessas 98 ocorrências, 65 acontecem em discurso direto (4T — *Diálogo*; 6T — *Texto dramático*; nos discursos diretos de 1T — *Narração escolar em 3ª pessoa*; 2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*) e correspondem à forma verbal *vamos+infinitivo* (indicando futuro). Essa quantidade de *vamos+infinitivo* equivale a 66,33% das ocorrências de *verbo+infinitivo* com *nós* implícito.

Considerando que a locução *vamos+infinitivo* ocorre apenas 6 vezes com *nós* explícito em trechos de discurso direto e 2 em trechos de relato (ou seja, somente 8 vezes quando o *nós* é explícito), podemos deduzir/concluir que a locução verbal *vamos+infinitivo* favorece o apagamento do pronome *nós* em função de sujeito.

(F61) — Gente, aqui é muito assustador. *Vamos voltar ...* — Ester disse.

— Para de ser medrosa, não *vamos voltar!* *Vamos ver* o que tem aqui primeiro. (2T36D)

(F62) — Droga, ela chegou! O que *vamos fazer?* — falou um deles

— *Vamos sair* daqui, e falar que estávamos brincando no fundo da casa. — respondeu o outro.

(F63) Escolhemos um espaço que muitas pessoas não reparam, pois é um lugar com muitas árvores, matos etc. *Vamos colocar* nossas garrafas junto com nossas placas para modificar aquele espaço. (5T42E)

(F64) — *Vamos sair* daqui !!!

— Sim, claro, *vamos*. (2T57E)

Opondo os números, temos 65 ocorrências com *nós* implícito e apenas 8 com *nós* explícito, quando ligados a *vamos+infinitivo*. Duas hipóteses poderiam explicar o fenômeno da supressão do pronome *nós* (ou a preferência do usuário pelo *nós* implícito) em sentenças em discurso direto, já que, principalmente nessa configuração textual, esse fenômeno acontece. Em texto que não esteja em discurso direto, encontramos 5 ocorrências da locução *vamos+infinitivo*: 2 com *nós* explícito em relato (5T), e 3 com *nós* implícito: em narração (1T e 2T), 1 ocorrência e, em relato (5T), 2. A consciência de que está presente (“fisicamente”) um interlocutor dispensaria o enunciador de apontar de maneira redundante para si mesmo através de um dêitico (*nós* explícito), quando a desinência verbal *-mos* já faz esse papel (apontar, indicar).

Uma segunda hipótese seria: o favorecimento da variante *nós* implícito estaria ligado à característica que a própria forma verbal vem assumindo. *Vamos* tem sido usado como verbo auxiliar na formação de futuro do presente do indicativo na forma composta para a 1ª pessoa do plural, forma que tem substituído com larga vantagem o futuro do presente do indicativo na forma simples, quase em extinção. Num universo de 658 verbos associados à 1ª pessoa do plural, foram encontrados somente 04 ocorrências do futuro do presente simples do indicativo. A constância parece ter cristalizado *vamos* como elemento verbal que assumiu, para além do que implica a desinência *-mos*, intrinsecamente a marca semântica de 1ª pessoa do plural, de modo que o usuário raramente vê a necessidade de usar, diante desse verbo, o pronome *nós*. O percentual de apagamento, nesses casos, é de quase 90% (89,47%), ou seja, aproximadamente, de cada 10 vezes que *vamos* é usado, em apenas 1, ele vem antecedido por *nós*.

4.1.2 Função de Complemento: *Nós* e *A Gente*

Em função sintática de complemento, referindo-se à 1ª pessoa do plural, encontramos, no *corpus*, as variantes *nós*, *nos*, *preposição+nós*, *se*, *a gente*, *preposição+a gente*, como podemos observar no quadro a seguir, com o respectivo número de ocorrências:

Quadro 11 — Ocorrências da 1ª pessoa do plural em relação às funções sintáticas que exercem

Função sintática	Pronome							
	Nos		Nós	Preposição+nós	Se	Conosco	A gente	Preposição+a gente
Objeto direto	23	79,31	04	01	08		01	
Objeto indireto	06	20,69		03	03			03
Complemento nominal				04				02
Adjunto adverbial				01		01		02
Adjunto adnominal				01				01
Agente da passiva				02				
Total	29		04	12	11	01	01	08

Fonte: o próprio autor

Se agruparmos as ocorrências das variantes relacionadas ao pronome *nós*, teremos 46 (69,70%) de um total de 66 ocorrências. Esses dados confirmam a mesma tendência observada quando comparamos as ocorrências de *nós* e *a gente* em função sintática de sujeito. Isto é, temos uma vantagem expressiva de *nós* (*nos*, *nós*, *preposição+nós*, *conosco*) sobre *a gente* (*a gente*, *preposição+a gente*), que responde por apenas 9 ocorrências, equivalentes a 13,64% do total.

Como podemos observar, no quadro 11, o pronome *nos* responde por quase a metade das ocorrências. São 29 de um total de 66, correspondendo a 43,94%. Das 29 ocorrências, 23 estão em função sintática de objeto direto e 6 em função sintática de objeto indireto. Todas elas ocupam posição proclítica¹⁸ ao verbo, corroborando a tendência do português brasileiro no que diz respeito à colocação pronominal.

A vantagem expressiva de *nos* sobre *a gente*, em função sintática de complemento, poderia ser explicada do seguinte modo: a maioria dos *nos* (em 29 ocorrências de *nos*, 18 são reflexivas ou recíprocas) presente no *corpus* é reflexivo/recíproco, situação em que *a gente* parece não equivaler a *nós* da mesma forma que equivale quando ambos ocupam posição de sujeito.

(F65) — Traga seus filhos aqui para tomar um banho de piscina — sugeriu a moça sorrindo — assim *nos* conhecemos melhor. (1T58D)

¹⁸ “Em português, segundo apontam as gramáticas prescritivo-normativas, existem três posições que o pronome oblíquo pode ocupar em relação ao verbo: posição proclítica (antes do verbo), enclítica (depois do verbo) e mesoclítica (no meio do verbo). No entanto, no português brasileiro, o pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração”. (PERINI, 2010, p. 119).

(F65a) — Traga seus filhos aqui para tomar um banho de piscina — sugeriu a moça sorrindo — assim conhecemos *a gente* melhor.

(F65b) — Traga seus filhos aqui para tomar um banho de piscina — sugeriu a moça sorrindo — assim conhecemos *a gente mesmo* melhor.

(F65c) — Traga seus filhos aqui para tomar um banho de piscina — sugeriu a moça sorrindo — assim conhecemos *uma a outra* melhor.

(F66) — Agora vamos *nos* preparar para o torneio! (4T41C)

(F66a) — Agora vamos preparar *a gente* para o torneio!

(F66b) — Agora vamos preparar *a gente mesmo* para o torneio!

Em casos como (F65a) e (F66a), podemos dizer que a reflexibilidade perde a sua força expressiva, se substituirmos *nos* por *a gente*. Nesses dois casos, podemos relacionar *a gente* à retomada das características nominais que possuía antes de sua pronominalização¹⁹, podendo ser entendido como sinônimo de *pessoa*, de forma que sua presença, nesses contextos, estaria estabelecendo certo grau de indeterminação e, até mesmo, ambiguidade. Ainda que usássemos o pronome *mesmo* para estabelecer a função reflexiva (F65b), o sentido ainda não seria equivalente ao que se tem quando usamos o *nos*. Para substituir tal forma, mantendo a equivalência, seria mais adequado usar a expressão *uma a outra* (F65c).

Mesmo no caso do exemplo (F66b), o acréscimo de *mesmo*, em vez de estabelecer reflexibilidade, traz ambiguidade para o fragmento, também podendo ser interpretado com o sentido próximo de “nós mesmos vamos preparar”. Por isso, podemos dizer que o uso de *a gente* como complemento reflexivo encontra restrições por parte dos usuários na escrita, seja porque descaracteriza a reflexibilidade, seja porque cria ambiguidade nos contextos em que é usado.

Como apontam os dados, o concorrente mais frequente de *nos* para indicar ação reflexiva é o pronome *se*, que, como mostraremos mais adiante, tem assumido o papel de reflexivo também para a 1ª e 2ª pessoas, embora isso tenha comprometido o seu traço de pessoa. Quando *nos* não é reflexivo/recíproco, há equivalência entre seu uso e o de *a gente* (são 9 ocorrências de *a gente* contra 11 de *nos* não reflexivo/recíproco). Nesse caso, essas duas formas de representar a 1ª pessoa do plural em função sintática de complemento exercem os mesmos papéis, podendo, inclusive, ser trocadas nos contextos em que atuam como objeto direto e indireto, como vemos nestes fragmentos:

(F67) Eles *nos* levaram no porão, e, quando a porta se abriu, vimos vários troféus, medalhas... (2T42D)

(F67a) Eles levaram *a gente* no porão, e, quando a porta se abriu, vimos vários troféus, medalhas...

(F68) — Não! Eles vão embora e vêm buscar *a gente* daqui a três dias. (6T51C)

(F68a) — Não! Eles vão embora e vêm *nos* buscar daqui a três dias.

¹⁹ Sobre o processo de pronominalização da expressão *a gente*, conferir Lopes (2001).

As alterações não causaram mudanças semânticas significativas nos fragmentos (o sentido de eu+ele(s) foi mantido), mostrando que, nesses casos, as duas variantes são formas intercambiáveis. A substituição de uma pela outra depende dos aspectos relacionados às condições de produção e à organização textual, ressalvados os graus de formalidade/informalidade envolvidos no contexto de produção.

Informalidade e formalidade, como vemos em Castilho (2010, p. 211), estariam ligadas à variação de registro, e a opção por um desses estilos (formal ou informal) determinariam a escolha dos recursos linguísticos mais adequados a cada uma dessas situações. Dessa forma, dada a natureza desses dois elementos (*a gente* e *nos*), haveria maior possibilidade de encontrarmos *a gente* em usos menos formais e *nos* naqueles em que houvesse mais formalidade. Entretanto, como vimos, as funções sintáticas ocupadas por *nos* e *a gente* coincidem apenas em dois casos: objeto direto e objeto indireto, como nos mostra o quadro 11. Isso quer dizer que não encontramos *nos* no *corpus* analisado, em função sintática de complemento nominal e adjunto adnominal, funções que ele estaria apto a exercer, conforme indicam as gramáticas prescritivo-normativas, nem em função sintática de adjunto adverbial²⁰, obviamente, por não ser compatível com sua natureza.

A ausência do pronome *nos* nas funções sintáticas de adjunto adnominal e de complemento nominal pode ser justificada por se tratar de funções nas quais esse pronome encontra restrições para ocorrer. São condições que só se impõem em casos muito específicos da língua: para adjunto adnominal, por exemplo, seriam os casos em que o pronome *nos* substituiria um pronome possessivo (como em: “Beijou-nos a mão com grande afeto.”), circunstância de uso condicionada mais ao apelo estilístico que às condições de uso. Podemos notar que as funções referidas são preenchidas pelas formas acompanhadas por preposição. Como confirma o quadro 11, são 6 ocorrências de *preposição+nós* (4 em função sintática de complemento nominal (F68 e F69), 1 de adjunto adverbial (F70) e 1 de adjunto adnominal (F71)), 5 de *preposição+a gente* (2 em função de complemento nominal, 2 em de adjunto adverbial e 1 de adjunto adnominal) e 1 de *conosco* em função sintática de adjunto adverbial. Nessas funções sintáticas, portanto, *preposição+a gente* concorre com *preposição+nós* e *conosco*, enquanto nas funções sintáticas de objeto direto e indireto, todas as formas indicadas como representantes da 1ª pessoa do plural concorrem.

²⁰ A respeito do uso de *nos* em função sintática de adjunto adverbial, encontramos, em Sacconi (1982, p. 270), o exemplo: “Puseram-*nos* (em nós) olho gordo”. Esse autor, no entanto, apesar de reconhecer que alguns gramáticos classificam, nessa situação, o *nos* como adjunto adverbial, prefere atribuir-lhe, nessa sentença, a função de *objeto indireto por extensão*.

(F68) Isso foi uma lição *para nós*. (2T54E)

(F69) Matheus: E quanto *a nós* dois, Júlia? (6T44C)

(F70) Depois disso, começamos a escutar barulhos e ficamos com medo. Encontramos nosso videogame e estávamos correndo para a saída com a certeza que tinha algo atrás *de nós*. (2T53D)

(F71) Na hora, ele vai se assustar e, quando ele se assustar, 3 de nós corremos e apertamos o guizo, enquanto isso, os outros ratos puxam a corda para ele não se voltar. (1T89D)

A forma tônica *nós* sem preposição aparece 4 vezes, todas em função sintática de objeto direto e todas pospostas ao verbo. Em relação à colocação, *nós* oblíquo contraria a regra de posicionamento dos pronomes oblíquos no português brasileiro. Segundo Perini (2010, p. 119), em português brasileiro, “O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração”. Essa contradição reside em sua natureza ambígua: sendo tônico, não partilha, como os pronomes oblíquos tônicos “tradicionais”, do regime da preposição; mas, como estes, coloca-se após o verbo. Esta é, aliás, a regra para o posicionamento dos pronomes retos que passaram a exercer também, sem o auxílio da preposição, a função de complemento (*eu, ele, nós*). A regra em questão se estabeleceu para distinguir, a partir da posição ocupada pelo pronome na sentença, a sua função. Isso quer dizer que, quando estão em função sintática de complemento, os pronomes tônicos não antecidos por preposição sempre estarão após o verbo.

(F72) — Luíza, acho que tem gente espiando *nós* aqui no jardim. (1T73D)

(F73) — Ele revistou *nós* umas quatro vezes e ainda falou que nós que tinha pegado o celular dele — falou o Eduardo. (1T14C)

(F74) — O Mateus leva *nós* voando. (4T66D)

(F75) — Sábado só vai dar *nós*. (4T26E)

Em relação *a gente*, podemos observar que, apesar de seu baixo índice de ocorrência, ele se distribui por quase todas as funções pelas quais também se distribuem as formas de *nós* (*nos, preposição+nós* etc.) que exercem função sintática de complemento. Apesar de ser uma construção possível, não encontramos, como podemos ver, entre as funções elencadas no quadro 11, *a gente* desempenhando a função sintática de agente da passiva. Nessa função, encontramos apenas dois exemplos, ambos com o pronome *nós* (F6) e (F7).

(F6) O espaço escolhido para mudar foi um espaço meio que um jardim ao lado da biblioteca. Lá será feito um jardim poético com plantas e haikais feitos *por nós*. (5T40E)

(F7) As atividades realizadas por *nós* foram: fazer um jardim poético com a reciclagem de garrafas e madeira. (5T38E)

É interessante ressaltar que, no texto do qual foi retirado o fragmento (F7), as demais referências à 1ª pessoa do plural foram feitas com *a gente*. Foram 4 ocorrências de *a gente* em função sintática de sujeito. Isso talvez indique que a opção pelo pronome *nós* na função sintática de agente da passiva se deva ao seu caráter mais específico e marcante. Quando

comparamos (F7) com (F7a), vemos que o pronome *nós* marca mais especificamente a autoria da ação que *a gente*.

(F7a) As atividades realizadas *pela gente* foram: fazer um jardim poético com a reciclagem de garrafas e madeira. (5T38E)

Nas demais funções, as duas formas de expressão para a 1ª pessoa do plural (*nós*, *a gente*) se equivalem em valor sintático, mas não em frequência de uso, pois, quando as comparamos numericamente, identificamos um total de 46 ocorrências de *nós* contra apenas 9 de *a gente*. Com isso, observamos, na escrita, ampla preferência dos usuários pelas formas relativas a *nós*.

Observando os dados apresentados no quadro 11, podemos constatar que, de um modo geral, os pronomes se enquadram aos usos mais aceitos — e até prescritos — pelas gramáticas prescrito-normativas. Das 66 ocorrências, 42 (63,66%) coincidem com o que prescrevem as gramáticas prescritivo-normativas, entre as quais estão os usos do pronome oblíquo *nos*, com 29 ocorrências, 23 das quais em função sintática de objeto direto (F78 e F79) e 6 delas como objeto indireto (F76, F77 e F80).

(F76) Ai, depois que todos fizemos as placas, os professores *nos* deram garrafas cortadas ao meio para nós enfeitar e fazer como quisermos. (5T42E)

(F77) — Verdade, K. , há muito tempo que não nos falamos. (1T30D)

(F78) Jubelino: Ok. Então vamos nos preparar bem para a gente sair com a vitória. (6T41C)

(F79) Um homem com uma faca posicionava-se em nossa frente. Nós pedíamos, por favor, para ele *nos* deixar ir embora, mas ele só dizia: “Vocês vão morrer”. (2T72D)

(F80) Fomos até nossos pais e contamos tudo o que havíamos descoberto e pedimos para eles *nos* mostrar o que havia no porão. (2T42D)

Nos (F79) e (F80), *nos* se enquadra nas funções sintáticas prescritas pelas gramáticas prescritivo-normativas. Em (F79), é sujeito acusativo, ou seja, *nos* é ao mesmo tempo complemento (objeto direto) do verbo *deixar* e sujeito do verbo *ir* (fenômeno que ocorre com verbos causativos e sensitivos). Nos usos cotidianos da língua, o pronome reto *nós* ocuparia o lugar de *nos*, colocando-se antes de *ir*. Em (F80), o pronome *nos* é objeto indireto e se coloca, como está posto nas gramáticas prescritivo-normativas, ao lado do pronome reto.

As 12 ocorrências do pronome oblíquo tônico *nós* antecedido por preposição também têm seus usos de acordo com as prescrições. O mesmo se pode dizer da única ocorrência de *conosco*, na qual está exercendo função de adjunto adverbial, exatamente como prescrevem as gramáticas prescritivo-normativas.

(F19) Você não pode entrar, esse lugar é só nosso, há muito tempo nós moramos aqui e você não pode entrar em um lugar onde você não pertence, se você quiser, você será sempre bem vindo aqui *conosco* (grafado com *nosco*, pelo aluno). (1T77D)

Completando o quadro 11, temos *a gente, preposição+a gente e se. A gente*, apesar de não constar no quadro de pronomes pessoais das gramáticas prescritivo-normativas (Quadro 2), não tem seu uso avaliado negativamente em âmbito social. Esse fato talvez possa ser explicado por sua presença, há tempos, na língua falada e escrita²¹, com as características próprias de pronome pessoal de 1ª pessoa do plural. Essa é uma evidência que as gramáticas prescritivo-normativas ignoraram e continuam ignorando, pois tratam e classificam *a gente* como pronome de tratamento (ALMEIDA, 1994, p. 172). Em outras vezes, não se preocupam em classificá-la, apesar de usá-la em exemplos nos quais funciona exatamente como um pronome (CEGALLA, 1976; SACCONI, 1982)²²

No que concerne ao *se*, principalmente diante de seu uso como reflexivo de 1ª pessoa, seja na fala, seja na escrita, observamos uma avaliação bastante negativa. Mesmo assim, seu uso associado a essa pessoa é uma realidade e persiste, inclusive, entre pessoas com formação superior. A explicação para a expansão de *se*, reflexivo ou recíproco, para a 1ª pessoa (e também para 2ª) se baseia, segundo Castilho (2010), no princípio da perda do traço de pessoa por parte desse pronome. Nele, restaria apenas o traço reflexivo, fato que lhe permitiria estar associado, além da 3ª pessoa, às 1ª e 2ª pessoas para indicar uma ação reflexiva ou recíproca sem se vincular à pessoa, apenas para indicar que a ação recai sobre ela. A nosso ver, tal fenômeno caminha para a cristalização ou consolidação no uso cotidiano, pois, como podemos observar no quadro 11, de um total de 29 ocorrências de pronomes reflexivos/recíprocos ligados à 1ª pessoa do plural, 11 delas correspondem ao uso de *se*. Sua ocorrência se dá, inclusive, no mesmo contexto em que aparece seu concorrente *nos*, como no exemplo (F20), situação em que o contraste poderia inibi-lo.

(F20) — Vamos nos conhecer melhor pra depois *se* ver pessoalmente. Pode ser? (4T6C)

A ocorrência de *se* parece ser mais frequente com os verbos que expressam ação recíproca, como *falar* e *encontrar*. Das 11 vezes em que apareceu no *corpus*, em 10 esteve ligado a verbos com essa característica (3 vezes com *falar* e 3 com *encontrar*).

(F23) — Fran, eu vou sair agora, depois nós *se* fala, ok? (4T69D)

(F25) — Bom eu não posso ficar aqui conversando com você. Agora tenho que ir embora, depois nós *se* fala. Tchau. (1T19E)

²¹ Segundo Lopes (2001), o processo de pronominalização do substantivo *gente* teve seu início em meados do século XIX.

²² Sacconi (1982, p. 95), para prescrever que os verbos pronominais não devem ser usados com o pronome *se*, indicador de sujeito indeterminado, diz: “A frase: ‘Não se pode arrepende-se do que já está feito’ deve ser construída desta maneira: ‘*A gente* não pode arrepende-se do que já está feito’.”

Cegalla (1976, p. 404) usa o exemplo de Guimarães Rosa para explicar silepse de gênero: “Quando *a gente* é novo gosta de fazer bonito”.

- (F26) — Tchau K. Foi muito bom te ver. Tchau M. Nós *se* falamos amanhã na escola. (1T30D)
 (F27) — Tá bom, onde nós *se* encontra pra ir no terminal do Vivi. (4T13C)
 (F28) — Aí, depois nós *se* encontra mais tarde. Falou, até mais – falou o Eduardo. (1T14C)
 (F29) — Então nós *se* encontramos às 7 horas, tá bom? (1T23D)

Das 11 ocorrências de *se* como pronome reflexivo ou recíproco de 1ª pessoa do plural, 7 (63,64%) estavam em sequências dialogais (F23 a F29). Como essas sequências normalmente reproduziam a fala em situação de informalidade, é provável que essa condição possa ter favorecido, nos diálogos, a ocorrência de *se*. A ausência de concordância verbal nos fragmentos (F23), (F25), (F27) e (F28) talvez reforce essa hipótese. No entanto, quando confrontamos as ocorrências de *se* com as de *nos* (apenas os reflexivos/recíprocos) nas sequências dialogais (7 ocorrências de *se* e 15 de *nos*), vemos que estas superam aquelas nas mesmas condições de produção, ou seja, em uma situação em que predomina a informalidade entre as personagens envolvidas nos diálogos. Como não podemos mensurar a intencionalidade dos alunos quando usam o pronome *se*, na escrita, em uma circunstância de informalidade, podemos supor que a frequência maior do pronome *nos* seja reflexo do ensino formal dos pronomes e que a ocorrência de *se* esteja ligada aos alunos que não se apropriaram plenamente dos usos dos pronomes ensinados na escola.

4.2 PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR

Os pronomes de 1ª pessoa do singular, representados nas gramáticas prescritivo-normativas pelos itens *eu* (sujeito), *me*, *mim* e *comigo* (complemento), assumem uma configuração um pouco distinta, quando abordados pelas gramáticas descritivo-normativas (ver quadros 1 e 2). Estas, por considerarem os usos, incorporam aos itens citados outros pronomes e também descrevem outras funções sintáticas que por aquelas não são descritas.

Os pronomes de 1ª pessoa, graças ao seu caráter dêitico, fazem referência a um dos interlocutores, mas podem, também, no discurso relatado, recuperar pelos meios fóricos alguém referido na situação de comunicação (NEVES, 2011, p. 450).

A partir do levantamento de dados efetuado nos textos produzidos pelos alunos, encontramos as seguintes ocorrências para a representação da 1ª pessoa:

Quadro 12 — Pronomes pessoais de 1ª pessoa do singular e plural

Número	Sujeito	Complemento
Singular	eu, mim, me	Me, se, mim, comigo, preposição + mim, eu
Plural	nós, a gente	Nos, se, preposição + nós, conosco, a gente, preposição + a gente

Fonte: próprio autor.

Em relação à 1ª pessoa, tanto do singular quanto do plural, vemos que, de um modo geral, os pronomes usados pelos alunos correspondem aos usos considerados mais formais do português brasileiro. Presentes no quadro, estão as formas *eu*, *mim*, *me* e *comigo* para o singular, as mesmas que figuram nos quadros das gramáticas prescritivo-normativas e manuais de gramática (ALMEIDA, 1994; CEGALLA, 1976; CUNHA, CINTRA, 2013; FARACO, MOURA, 1999; NICOLA, INFANTE, 1994). As diferenças, portanto, entre os quadros dessas gramáticas e manuais e o quadro que apresentamos não estão nas formas (com exceção de *se*, que se apresenta como mais uma forma de 1ª pessoa, alternando com *me*), mas se referem às funções que esses elementos desempenham. Com exceção do pronome *comigo*, todos os demais pronomes relacionados à 1ª pessoa do singular adquiriram uma nova função, ainda que a exerçam em circunstâncias bem específicas, o que lhes restringe bastante o número de ocorrências.

Nos textos analisados, encontramos uma configuração que corrobora com o que foi dito anteriormente a respeito dos pronomes de 1ª pessoa do singular. O pronome *eu* tanto foi usado na função sintática de sujeito quanto na função sintática de complemento. Também é o pronome mais empregado no singular, como observamos nos textos analisados. Além da função de sujeito, na qual é, no singular, o mais empregado, o pronome *eu* exerce também a função de complemento, como em (F81):

(F81) — Não vejo a hora dele* pedir **eu** em casamento. (1T23E)

Embora seja mais comum encontrarmos o pronome *eu* em função sintática de complemento, em sentenças com verbos causativos e sensitivos, como em (F82) e (F83), não é o que ocorre nesse exemplo. Diferentemente das sentenças com esses tipos de verbo, nas quais o pronome *eu* acumula simultaneamente a função sintática de sujeito e a de complemento, em (F1), o *eu* figura apenas como complemento (objeto direto) de *pedir*, que não é verbo causativo ou sensitivo.

(F82) Pede para meus pais deixarem *eu* sair com você. (1T23D)

(F83) Deixa *eu* falar. (1T26D)

O pronome *mim*, cuja função sintática se restringe, segundo as gramáticas prescritivo-normativas, a complemento verbal e nominal, aparece em função sintática de sujeito de verbos no infinitivo nos casos em que é acompanhado pela preposição *para*.

(F84) — Meu pai e minha mãe me disseram *pra mim* nunca mais ir jogar bola (1T23D)

(F85) — Mãe, me a ajuda a escolher uma roupa decente *para mim* ir no shopping. (1T29D)

O funcionamento do pronome *mim* como sujeito de verbo no infinitivo pode ser explicado em decorrência da internalização de estratégias que resultem no ganho funcional para os usuários. Uma dessas estratégias, como explica Bagno (2012), seria a “... do cruzamento: duas construções se fundem numa só que sintetiza a sintaxe-semântica-pragmática” (p. 729).

Cunha e Cintra (2013, p. 312) também se referem à estratégia do cruzamento para explicar esse uso do pronome *mim*, que, segundo os autores, é uma construção que ocorre apenas no português brasileiro. Esse cruzamento deriva de “... duas construções perfeitamente corretas” (p. 312) (afirmação que inclui certo juízo de valor sobre a construção derivada). Esse processo se daria, tomando o fragmento (F84) como exemplo, da seguinte maneira:

(F84a) 1ª Meu pai e minha mãe disseram pra *mim*. / 2ª Meu pai e minha mãe disseram pra eu nunca mais ir jogar bola.

(F84b) Meu pai e minha mãe (me) disseram para *mim* nunca mais jogar bola.

Os fragmentos (F84) e (F85) parecem não se enquadrar nessa explicação. Nos dois casos, o *mim* parece exercer apenas a função sintática de sujeito do verbo no infinitivo. A função de complemento, que também caberia a ele, no cruzamento, seria exercida pelo pronome *me*. Se observarmos o fragmento (F84) usado como exemplo, veremos que o pronome *me* não está incluso no processo de cruzamento. Por isso, pensamos que o seu uso em (F84) e (F85) assume a função sintática de complemento dos verbos *dizer* (F84) e *ajudar* (F85), deixando para o pronome *mim* a função exclusiva de sujeito dos verbos *ir* (F84) e (F85). Nesses dois exemplos, dado o modo como foram construídos, podemos dizer que os alunos que os produziram não usaram a estratégia do cruzamento, mas já atribuíram ao pronome *mim* a função exclusiva de sujeito.

Mim foi encontrado ainda exercendo as seguintes funções sintáticas: adjunto adverbial, objeto indireto e complemento nominal²³. Como adjunto adverbial, seu emprego (F86) o faz equivaler à expressão “na minha opinião”. Sacconi (1982, p. 270) dá a construções desse tipo o nome de objeto indireto por extensão, justificando que são complementos de verbo não transitivo indireto.

(F86) Pra *mim*, ele deveria viver feliz (3T17C)

O maior número de ocorrências do pronome *mim* aparece em função sintática de objeto indireto, como em (F87) e (F88). Nessa função, *mim* foi regido pela preposição *a* uma

²³ Na análise das funções sintáticas dos pronomes, tomamos por base os conceitos e a nomenclatura apresentados nas gramáticas, denominadas, neste trabalho, prescritivo-normativas, entre as quais estão Almeida (1994), Cegalla (1976), Cunha e Cintra (2013) e Sacconi (1982).

única vez, no exemplo (F89), em que aparece como objeto indireto pleonástico ou de reforço. Excluindo os casos em que a regência dos verbos exigia uma preposição diferente de *a* e *para* (gostar *de*, pensar *em*, cuidar *de* etc.), em todas as demais ocorrências *mim* foi regido por *para* (*para* ou *pra*). É um dado que aponta a preferência do usuário pela preposição *para* em detrimento da preposição *a* nas construções com os verbos transitivos indiretos que podem ser regidos por uma ou outra.

(F87) Samanta: Mas o Diego e o Mateus gostam de você, e eu como fico, ninguém gosta de mim. (6T44C)

(F88) Carol: Eu estou, afinal sei que Samuel deixou tudo [...] para mim. (6T51C)

(F89) Isso *me* fez refletir sobre o tratamento diferenciado entre mulheres e homens, *me* perguntar a *mim* mesmo a seguinte questão ... (7T34D)

Em (F89), *a mim* se caracteriza como objeto indireto pleonástico ou de reforço, porque a função sintática de objeto indireto já foi preenchida, na sentença, pelo pronome *me*. Com o pronome *mim*, a função é repetida como recurso enfático.

Na função sintática de complemento nominal, ou seja, nos casos em que completa o sentido de um nome, o pronome *mim* é pouco produtivo. Foram observadas apenas 3 ocorrências (90), (F91) e (F92) desse pronome nessa função.

(F90) João morreu, ele era muito importante para mim. (2T72D)

(F91) Enzo: A Samanta e a Júlia estão apaixonadas por mim. (6T44C)

(F92) — Eu apenas quero que façam bom uso de mim. (2T86C)

Das funções sintáticas ocupadas pelo pronome *mim*, a de objeto indireto, como já mencionamos, é a mais frequente. São 21 ocorrências num universo de 28, correspondendo a 70%. A função sintática de complemento nominal e a de adjunto adverbial respondem por 10%. As funções de sujeito e adjunto adnominal ficam também com 10%.

Na função de sujeito (F84) e (F85), o uso de *mim* recebe avaliação negativa, inclusive daqueles que, em determinadas circunstâncias, se apropriam dessa construção. As demais funções descritas, ocupadas pelo pronome *mim*, estão em consonância com os usos apontados pelas gramáticas prescritivo-normativas e, por estarem em consonância com a norma-padrão, ainda que soassem estranhas — como o *mim* em função sintática de sujeito soa para alguns — seriam perfeitamente aceitas, pois estariam apoiadas numa condição ideal de língua a partir do ponto de vista prescritivo.

O pronome *me* foi encontrado desempenhando as funções sintáticas de sujeito acusativo, objeto indireto, objeto direto e adjunto adnominal. A função de sujeito acusativo ocorre apenas com os alguns verbos específicos, chamados causativos (*fazer*, *mandar*, *deixar* etc.) e sensitivos (*sentir*, *ouvir*, *ver* etc.). Esses verbos, quando seguidos de um infinitivo ou

gerúndio, apresentam, como seu complemento, um termo (nome ou pronome) que funciona como sujeito desse infinitivo ou gerúndio que o segue. Como o mesmo termo acumula as funções sintáticas de objeto direto (caso acusativo, em latim) do verbo causativo/sensitivo e de sujeito do infinitivo/gerúndio, recebe o nome de sujeito acusativo. Do ponto de vista prescritivo-normativo, quando o sujeito acusativo é um pronome pessoal, deverá aparecer na sua forma oblíqua. Isto é o que prescreve, entre outros, Almeida (1994, p. 412). Em nota, ele reforça o tom da prescrição: “São portanto erradas as construções: ‘Fiz ele entrar’ — ‘Vi elas entrar’ — ‘Deixei ele passear’ — ‘Viu eu entrar’ — ‘Deixe eu entrar’ — em vez de: ‘Fi-lo entrar’ — ‘Vi-as sair’ — ‘Deixei-o passear’ — ‘Viu-me entrar’ — ‘Deixe-me entrar’”. (p. 412)

Nos fragmentos (F89), (F93) e (F94), as condições para a existência do sujeito acusativo estão completas. Temos os verbos causativos *fazer* em (F89) e (F93) e *deixar* em (F94), seguidos de um infinitivo (*refletir*, *ver* e *ajudar*, respectivamente). Dessa forma, o pronome *me* acumula a função de complemento acusativo (objeto direto) dos verbos causativos e de sujeito dos verbos infinitivos.

(F89) Isso *me* fez refletir sobre o tratamento diferenciado entre mulheres e homens, *me* perguntar a *mim* mesmo a seguinte questão ... (7T34D)

(F93) Aprendi mais com essa atividade, pois *me* faz ver as coisas diferentes. (5T42E)

(F94) — Por favor, deixe-me ajudá-la. Estou vendo que a senhora precisa muito (1T58D)

Nesses fragmentos, *me* pode alternar com pronome *eu*, que também funcionaria como sujeito do infinitivo e complemento de verbos causativos ou sensitivos. Não é, como dissemos, um uso abonado pelas gramáticas prescritivo-normativas, mas é um uso bem comum, inclusive na modalidade escrita da língua.

Em (F95) e (F96), o pronome *me* funciona como objeto indireto dos verbos *dizer* e *emprestar*. No *corpus* analisado, foram encontradas 21 ocorrências de *me* nessa função.

(F95) — Que legal! Claro, eu vou sim, com muito prazer. *Me* diga, como vai ser? (1T4C)

(F96) — Você *me* empresta o cartaz do tour 2012? (4T9C)

Em função sintática de objeto indireto, *me* pode alternar com a construção *para mim*, como podemos observar em:

(F97) Carol: Eu estou, afinal sei que Samuel deixou tudo para *mim*. (6T51C)

(F97a) Carol: Eu estou, afinal sei que Samuel *me* deixou tudo.

Considerando que (F97) pertence a um contexto em que várias personagens disputavam uma herança milionária, a opção pelo pronome *mim* parece se justificar por ser este pronome mais enfático (mais sonoro, tônico), enquanto *me* é mais neutro.

Em momento oportuno, investigaremos se a opção por uma ou outra é casual ou é derivada de elementos linguísticos ou extralinguísticos que a condicionam. A função de objeto direto em (F98) e (F99) concentra o maior número de ocorrências do pronome *me*. São 50. Isso equivale a quase 70% (69,44%) das ocorrências desse pronome encontradas no *corpus*.

- (F98) Você ... *me* ama? (1T7C)
 (F99) De repente uma coisa *me* segurou. (2T49D)

Quando o pronome *me*, na função sintática de objeto direto, tem o mesmo referente que o sujeito, como em (F100), (F101) e (F102), adquire característica reflexiva, pois a ação que recai sobre ele reflete no sujeito da oração.

- (F100) Eles não conseguiam *me* ver, automaticamente, tentei *me* suicidar com a faca, mas não morria, a faca escapava das minhas mãos. (2T54D)
 (F101) — Nada, só quero *me* refrescar na piscina. (1T55D)
 (F102) Confesso que sempre tive uma quedinha por Fê (como eu o chamava, carinhosamente) e *me* impressionei quando ele *me* puxou pela cintura, beijou minha testa... (2T72D)

Nesses fragmentos, o agente (sujeito) e o paciente (objeto) têm o mesmo referente. Essa condição atribui reflexibilidade ao pronome *me*. Em (F101), por exemplo, a ação expressa no verbo *refrescar* será praticada e sofrida pelo sujeito da oração, porque esse sujeito e o objeto direto têm o mesmo referente. O pronome *se* tem sido usado, principalmente na função reflexiva, como equivalente a *me* (e *nos*, como veremos logo mais), acumulando, dessa forma, a função de reflexivo de 1ª pessoa. Esse processo é mais frequente na fala, mas ocorre também na escrita, como podemos ver em:

- (F103) Você pode ir às 10h para *me* ajudar a *se* arrumar. (1T24D)

A percepção de *se*, nos casos em que ele é reflexivo, como um pronome de 1ª pessoa vem se cristalizando na língua. No exemplo citado, ele se alterna com *me*, referindo-se, sem nenhuma confusão aparente, ao enunciador da sentença, como faz o *me*.

Comigo (*com* + *migo*) aparece nos textos analisados nas funções sintáticas de objeto indireto (F104) e (F105), complemento nominal (F108) e adjunto adverbial (F106) e (F107). Esta última função é a mais produtiva, com 8 ocorrências. Em seguida, vem a função de objeto indireto, com 7, e complemento nominal, com 3. A frequência do pronome *comigo* é baixa (18), porque ele ocorre em ambiente restrito: só se associa a verbos e nomes regidos pela preposição *com* (*namorar*²⁴ *com alguém*, *ir com alguém*, *tomar cuidado com alguém*).

²⁴ O verbo *namorar* é indicado, nas gramáticas e dicionários, como verbo transitivo direto (ver SACCONI, 1982 e BUENO, 1985). A análise de seus usos, no entanto, indica que ele pode ocorrer tanto como verbo transitivo

- (F104) — Aceita namorar *comigo*? (1T7C)
 (F105) — Ah. É que eu estava dando uma volta por aqui. Mas o que você queria falar *comigo*? (1T30D)
 (F106) — Eu vou, sim, mas eu vou matar aula de inglês. Você vai *comigo*? (4T66D)
 (F107) — Pare de ser medrosa, se continuar com isso, terá que ficar *comigo*. (2T72D)
 (F108) Tomem muito cuidado *comigo*, pois um dia eu irei acabar. (2T84C)

Como já afirmamos anteriormente, o pronome *comigo* é, entre os pronomes de 1ª pessoa do singular, o único que não adquiriu novas funções.

4.2.1 Função Sintática de Sujeito

Nos textos analisados, encontramos 659 ocorrências de 1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito, representadas pelos pronomes *eu* (explícito e implícito), *me* e *mim*. O pronome *eu* é a forma predominante nessa função, com 652 (98,94%) ocorrências, distribuídas entre as formas explícita, com 320 (48,56%), e a implícita, com 332 (50,58%). O pronome *me* ocorreu 5 vezes, respondendo por 0,76% das ocorrências da 1ª pessoa em função sintática de sujeito. Já o pronome *mim*, em função sintática de sujeito, apareceu apenas 2 vezes, o que corresponde a 0,30% do total das ocorrências.

O quadro 13 traz essas variantes em função sintática de sujeito, mostrando o número de ocorrências de acordo com as categorias de texto coletadas nas turmas do 9º ano. Os dados apresentados, no quadro 13, podem ser analisados tanto na horizontal quanto na vertical. Se quisermos, por exemplo, averiguar o número de ocorrências de todos os pronomes (*eu explícito*, *eu implícito*, *me* e *mim*) em relação à categoria *discurso direto*, temos que fazer a leitura no sentido horizontal. Assim, veremos que há, nessa categoria de texto, 211 ocorrências de *eu explícito*, 235 de *eu implícito*, 2 casos de *me* e 2 de *mim*, que perfazem um total de 450 ocorrências de pronomes de 1ª pessoa em função sintática de sujeito. Se, por outro lado, quisermos saber o número de ocorrências de cada um dos pronomes em relação às categorias de texto, a leitura deve ser feita verticalmente.

Na divisão dos pronomes de acordo com as categorias de textos nas quais ocorreram, agrupamos, sob a denominação de discurso direto, todas as sequências dialogais. Dessa forma, onde se lê discurso direto, deve-se considerar, como indicam os códigos entre parênteses, que os dados ali indicados se referem às sequências dialogais presentes nos textos narrativos em 1ª e 3ª pessoas (1T — *Narração escolar em 3ª. pessoa* e 2T — *Narração*

direto como transitivo indireto. Essa é, aliás, a regência indicada por Bagno (2013), na *Gramática de bolso do português brasileiro*.

escolar em 1ª pessoa), diálogos (4T — *Diálogo*) e textos dramáticos (6T — *Texto dramático*).

Quadro 13 — Ocorrências de 1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito de acordo com as categorias de textos coletadas

Categorias de texto	Eu explícito	%	Eu implícito	%	Me	%	Mim	%	Total em relação à categoria de texto
Discurso direto (1T, 2T, 4T e 6T)	211	65,94	235	70,78	02	40	02	100	450
Opinião (3T)	48	15	20	6,03					68
Resumo (7T)	04	1,25	03	0,90	02	40			09
Relato (5T)	31	9,69	15	4,52	01	20			47
Narração (1T e 2T)	26	8,12	59	17,77					85
Total em relação ao tipo de pronome	320	100	332	100	05	100	02	100	659

Fonte: o próprio autor.

Na análise quantitativa desses dados, há um equilíbrio entre o número de ocorrências das formas explícitas e implícitas do pronome *eu* (48,56% para a forma explícita de representação da 1ª pessoa do singular contra 50,38% para a forma implícita). Quando comparamos esses números com os das formas de representação da 1ª pessoa do plural (13,68% para *nós* explícito e 80,39 para *nós* implícito), observamos uma diferença: o usuário da língua apaga mais vezes o *nós* em função sintática de sujeito que o *eu*. Esse fato, ou essa diferença, nos leva a indagar que fatores estariam favorecendo, em uma escala muito maior do que as que verificamos com o pronome *eu*, o apagamento do pronome *nós* em função sintática de sujeito. Cruzando as informações do quadro 13 (1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito) e do quadro 8 (1ª pessoa do plural em função de sujeito) e retomando as condições de produção dos textos analisados, uma hipótese pode ser levantada para explicar esse fenômeno. Assim, se tomarmos como exemplo as narrativas em 1ª pessoa usadas na análise desse trabalho, veremos que as condições estabelecidas pelo professor para a sua produção podem explicar a diferença entre os pronomes *eu* e *nós* em relação ao número de apagamento e preenchimento de cada um deles.

Dos 46 textos em 1ª pessoa presentes no *corpus* (2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*), 33 atenderam à condição de produção que prescrevia (por apresentar um início de texto com essa configuração) que os fatos fossem narrados em 1ª pessoa do plural, pois o narrador devia estar acompanhado de seus amigos no transcorrer da história. Dessa forma, nos trechos narrativos, é encontrada a maior parte das ocorrências dos pronomes *nós*, que

aparecerão, em sua maioria, na forma implícita, visto que a natureza²⁵ desse texto parece propiciar o apagamento do sujeito. De um total de 529 ocorrências de *nós* implícito (ver quadro 8), 215 (40,64%) aparecem nos textos narrativos. Em relação ao pronome *eu*, de um total de 332, apenas 59 (17,77%) ocorrem em textos narrativos. Assim, a diferença entre o número de *eu* e *nós* explícito poderia ser explicada da seguinte forma: a categoria de texto em que mais ocorre o pronome de 1ª pessoa do plural é também, em decorrência de sua natureza, aquela em que maior tendência há para o apagamento do sujeito.

Em relação ao pronome *eu* em função sintática de sujeito, precisaríamos entender os mecanismos que estariam operando para favorecer o preenchimento ou o apagamento do sujeito. Observando os dados do quadro 13, notamos que, nas sequências dialogais (discurso direto) e na narração, o número de *eu* implícito supera as ocorrências de *eu* explícito (235 *versus* 211 e 59 *versus* 26, respectivamente); enquanto, em 3 outras categorias de texto (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*; 6T — *Relatório das atividades da disciplina de Arte*; 7T — *Resumo de uma aula*), ocorre exatamente o inverso: *eu* explícito supera (pelo menos, 3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*; 6T — *Relatório das atividades da disciplina de Arte*) com expressiva vantagem *eu* implícito (48 *versus* 20 e 31 *versus* 15, respectivamente).

Esses dados nos permitem constatar que o preenchimento ou não da função sintática de sujeito, quando a esta corresponde o pronome *eu*, pode ser influenciado, de maneira preponderante, pela categoria de texto. Tomando os dados por esse prisma, podemos comparar, por exemplo, as categorias de texto opinião (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*) e narração (1T — *Narração escolar em 3ª pessoa* e 2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*) nos quais o preenchimento da função sujeito acontece de modo numericamente inverso. No primeiro (3T), temos preenchimento de 70,59% contra 29,41% de sujeito vazio; no segundo (1T e 2T), temos, inversamente, vantagem expressiva para o sujeito vazio, com números perto dos 70% (69,41%), contra 30,59% para o preenchimento do sujeito.

Diante desses números, podemos dizer que há uma tendência de que, em relação à 1ª pessoa do singular (*eu*), o preenchimento ou o esvaziamento do sujeito esteja condicionado à categoria de texto em jogo no uso escrito do português pelos alunos do 9º ano. Isso não exclui a possibilidade de também haver outros fatores condicionantes de natureza gramatical (associadas, por exemplo, ao tipo de verbo e ao tempo verbal). Retomando os números da

²⁵ A hipótese para haver um número maior de sujeito pronominal nulo na narração estaria no fato de o contexto ancorar elementos que apontassem, de forma clara, os referentes. Outro fato que justificaria a ausência de *nós* explícito tem a ver com o dinamismo da narrativa, que perderia seu vigor diante de repetições desnecessárias.

categoria vinculada ao texto de opinião sobre uma personagem machadiana (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*) e contrastando com os números averiguados nas categorias envolvendo os textos narrativos de 1ª pessoa (2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*), podemos dizer que a presença de *eu* explícito em função sintática de sujeito é determinada pela situação discursiva. Observamos uma necessidade do enunciador de marcar posição quando expõe seu ponto de vista, levando os usuários a explicitarem o pronome *eu* em mais de 70% das vezes em que ele foi usado nos textos de opinião sobre uma personagem machadiana (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*) na função sintática de sujeito.

Interessa-nos, nesse ponto, resgatar as condições de produção da categoria texto de opinião (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*), bem como suas características, pois representam pontos relevantes no condicionamento dos resultados. A proposta da qual resultou o texto se baseou na leitura do conto “Cantiga de esponsais” de Machado de Assis. Nela os alunos deveriam expor o ponto de vista em relação ao modo como se comportava o personagem principal (Romão) diante da vida. Mestre Romão era um músico talentoso, conhecido e querido por todos, mas que vivia triste por não conseguir compor. De um modo geral, os textos produzidos pelos alunos traziam trechos apontando como era a vida de Romão e como eles achavam que ele deveria ter agido diante da falta de inspiração para compor. Como a proposta os posicionou diante de uma situação para a qual deveriam dar uma resposta pessoal, viram a necessidade de marcarem sua posição, seu ponto de vista, daí a presença de *eu* explícito mais vezes.

Em relação à narração em 1ª pessoa (2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*), os usuários não veem — como mostram os números — a necessidade de explicitar o sujeito pronominal, daí o índice de apenas 30,59% para o seu preenchimento. Ao contrário dos textos de opinião (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*), nos quais a presença do pronome dá a força que somente a desinência não é capaz de mostrar em relação à marcação de posição, na narração, o preenchimento massivo da posição sujeito por um pronome não seria conveniente. Pelo contrário, as repetições tornariam a trama narrativa menos dinâmica. Na narração, as atenções se voltam para os fatos narrados, e não para o interlocutor. O foco deixa de ser o interlocutor e passa à enumeração/organização dos fatos/acontecimentos. A indicação que os verbos fazem das pessoas do discurso passa a um plano secundário. As ações indicadas pelos fatos são mais importantes, à medida que a referência à pessoa, àquele a quem os fatos dizem respeito não tem, nas categorias narrativas ilustradas nos textos 1 e 2 (textos

narrativos em 3^a. e 1^a. pessoas respectivamente), a mesma relevância, o que favorece o apagamento do sujeito pronominal.

No exemplo (F109), podemos ver como se processa, na perspectiva da narrativa, a relação entre a marcação/explicitação de pessoa e as ações encadeadas pelos verbos.

(F109) *Eu comecei a enlouquecer e saí correndo da casa e encontrei* minha mãe e meu amigo infectados por zumbis, e quando *olho* para trás, *vejo* meu pai com uma faca tentando matar minha mãe e meu amigo. Rapidamente, *tirei* a faca da mão dele, mas eles não conseguiam me ver. Automaticamente, *tentei* me suicidar com a faca, mas não *morria*, a faca escapava de minhas mãos. (2T54D)²⁶

Nessa sequência narrativa, o preenchimento do sujeito ocorre só uma vez, no início da sequência, diante da perífrase verbal “comecei a enlouquecer”. Os 7 verbos seguintes apresentam sujeito vazio. Isso ocorre, porque as atenções estão voltadas para a ação. O interlocutor, marcado pela desinência de 1^a pessoa do singular, é apenas uma referência em torno do qual os acontecimentos se organizam. Ajudam, nesse caso, na identificação desse referente, ou seja, agem como recurso para evitar possíveis ambiguidades, o contexto e a presença de outros pronomes de 1^a pessoa (*me, minha, meu*), além das desinências de 1^a pessoa. Sem compreender o papel desses elementos na construção, o trecho, que serve de exemplo, poderia ser produzido pelo aluno como em (F109a):

(F109a) *Eu comecei a enlouquecer e eu saí* correndo da casa e *eu encontrei* minha mãe e meu amigo infectados por zumbis, e quando *eu olho* para trás, *eu vejo* meu pai com uma faca tentando matar minha mãe e meu amigo. Rapidamente, *eu tirei* a faca da mão dele, mas eles não conseguiam me ver. Automaticamente, *eu tentei* me suicidar com a faca, mas *eu não morria*, a faca escapava de minhas mãos. (2T54D)

Em (F109a), a repetição do pronome parece dividir o foco entre as ações expressas pelos verbos e a referência indicada pelo pronome, ao mesmo tempo em que suaviza o dinamismo da narração. Por outro lado, poderíamos, apropriando-nos da explicação para o apagamento do sujeito pronominal de 1^a. pessoa do singular na narração, questionar os números relacionados ao relato (categoria 5T - *Relatório de atividades da disciplina de Artes*). Embora o relato²⁷ possua características muito próximas da narração, os dados nele encontrados no que concerne ao sujeito pronominal de 1^a pessoa do singular explícito e implícito são praticamente inversos aos averiguados na narração. Isto é, enquanto, nos textos

²⁶ O fragmento (F109) faz parte de uma narrativa em que o personagem principal vê seus pais e amigos transformados em zumbis e precisa procurar um meio para reverter essa situação. Vai até uma biblioteca em busca de um livro que lhe mostre a cura para esse mal. Quando chega à biblioteca, ela está destruída, mas ele continua sua busca e encontra um folheto no qual estão as indicações para cura. Ao voltar, sua casa tinha desaparecido, o que o deixou muito perturbado. Então ele acorda e vê que tudo não passou de um sonho.

²⁷ Embora o relato tenha características da narrativa (ambos contam algo que aconteceu com alguém em determinado lugar e tempo), eles não se enquadram na mesma tipologia. Enquanto o relato se caracteriza por representar pelo discurso as experiências vividas por alguém, situadas no tempo (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004), estando, portanto, a serviço da documentação das ações humanas reais, a narração faz parte da cultura literária ficcional, ou seja, seu compromisso é com a criação.

narrativos em 1ª pessoa, há 30,59% de preenchimento do sujeito, o relato apresenta um preenchimento de 67,39%.

Existe, entretanto, uma razão que pode explicar por que os dados se configuraram dessa forma. Os relatos selecionados para o *corpus* trazem a experiência dos alunos sobre a realização de um projeto de Arte. Essa experiência, como se tratava de um trabalho em grupo, era, em grande parte, relatada usando a 1ª pessoa do plural²⁸, cujos números (*nós* explícito e *a gente*, 26,38%; *nós* implícito, 73,62%) correspondem, em relação ao apagamento do sujeito pronominal, a percentuais muito próximos dos números apresentados pelas categorias vinculadas à narração (1T e 2T — *Narração escolar em 3ª e 1ª pessoas*, respectivamente). Assim descrito, a partir desses dados, podemos confirmar uma tendência na qual o apagamento do sujeito ou o seu preenchimento está maiormente condicionado aos aspectos vinculados às condições de produção dos textos escritos pelos alunos do 9º ano.

A explicação para que a 1ª pessoa do singular preencha mais vezes a função sintática de sujeito nos relatos (5T — *Relatório de atividades da disciplina de Arte*) se baseia na possibilidade de sobreposição dos gêneros. Nos relatos analisados, a 1ª pessoa do singular foi usada, quase sempre, para expressar a opinião dos alunos sobre o projeto ou para que indicassem (valorando) os resultados que o projeto trouxe individualmente para ele. Os exemplos (F110) e (F111), tirados dos relatos, ilustram o que está dito:

(F110) ... em placas, *colocamos* hai-kais e *pintamos* as placas cada um do seu próprio jeito e, com retalhos, *colorimos* e *enfeitamos* os vasos. *Colocamos* terra e sementes dentro. *Eu*, particularmente, coloquei sementes de camomila, pois meu hai-kai tinha a ver com os sonhos, e *eu* relatei uma coisa com a outra, pois minha mãe sempre me dava o chá dessa planta para dormir. (5T49E)

(F111) Depois de tudo isso, *nós* escolhemos um lugar no colégio, que foi perto da quadra de baixo, para colocar os vasos com as placas seguros para ninguém quebrar. E todo mundo achou legal o lugar escolhido. Na minha opinião as ações que *nós* fizemos podem deixar o colégio melhor, mais bonito, criativo, diferenciado e com mais cores colorindo o colégio. As atividades que *eu* mais aprendi, *eu* acho que foi o hai-kai, porque *eu* acho interessante. (5T47E)

Para reforçar o argumento de que o preenchimento da função sintática de sujeito está condicionado aos textos de opinião (opinião sobre uma personagem machadiana), portanto, aos trechos em que o usuário da língua pretende marcar sua posição, seu ponto de vista em relação à determinada circunstância, selecionamos os verbos usados nessas situações para compararmos a frequência com que o sujeito pronominal aparece.

²⁸ No levantamento de dados sobre a 1ª pessoa (singular e plural) nos relatos, foram encontradas 152 ocorrências de *nós*, sendo 120 implícitas e 32 explícitas, e 11 ocorrências de *a gente*; da 1ª pessoa do singular (*eu*), foram encontradas 46 ocorrências, sendo 31 explícitas e 16 implícitas. Ou seja, temos 163 ocorrências da 1ª pessoa do plural, equivalendo a 77,99%, e 46 ocorrências da 1ª pessoa do singular, que equivale a 22,01%. A experiência com o projeto foi, portanto, relatada pelos alunos na 1ª pessoa do plural. A 1ª pessoa do singular foi usada normalmente na parte final do texto, quando eles deveriam descrever o que foi relevante para a aprendizagem de cada um deles e opinar sobre a relevância do projeto.

Por se tratar de textos produzidos por alunos cujo contato com os textos de opinião é ainda incipiente²⁹, os verbos se restringem àqueles usados nas opiniões manifestadas oralmente. Os verbos *achar* (F112 e F114) e *concordar* (F113) são os que predominam, com 34 e 24 ocorrências, respectivamente. Também aparecem os verbos *considerar* (F115) e *pensar* (F114), com 1 e 2 ocorrências, respectivamente. Na comparação entre sujeito vazio e sujeito preenchido pelo pronome de 1ª pessoa do singular, quando associados, por exemplo, ao verbo *achar* (*eu acho*), temos, entre as 34 ocorrências, preenchimento de 70,59% da função sintática sujeito contra 23,41% para o sujeito vazio. Com o verbo *concordar* (*eu concordo*), a vantagem para o preenchimento do sujeito é ainda maior, correspondendo a 87,50%. Ou seja, das 24 vezes em que esse verbo foi usado nos textos de opinião (3T — *Opinião sobre uma personagem machadiana*), em apenas 03 (12,50%), ele não estava acompanhado pelo pronome *eu*.

(F112) A vida dele era obscura, morava numa casa velha, escura e com ar de tristeza. Na minha opinião, não é motivo para deixar de viver. *Eu acho* que não devemos deixar de aproveitar a vida por problemas pequenos (3T26C)

(F113) Bom, eu não *concordo*, pois você não deve sempre ficar com medo. Você tem que enfrentá-lo. Romão, ele fugiu do medo que tinha. Você não pode deixar o medo te possuir, se não você vai ficar com medo para sempre. (3T20C)

(F114) Por que eu *penso* nesse tipo de opinião? *Eu penso* nessa opinião, porque eu *achava* o mestre Romão com uma tristeza que não terminava ... (3T89E)

(F115) ... a mulher dele tinha morrido [...] e ele não conseguia terminar de compor uma música. Muitas vezes ele tentou terminar de compor a música, mas faltava-lhe inspiração. *Eu considero* que, por esses motivos acima, ele não era uma pessoa feliz. (3T71D)

A configuração textual, como vimos, pode explicar a explicitação, ou não, do pronome de 1ª pessoa do singular em função sintática de sujeito (ainda que tenhamos que recorrer ao critério da sobreposição dos gêneros ou à intergenericidade)³⁰. Seguindo a tendência de que a configuração textual condicionaria o preenchimento ou o esvaziamento do sujeito, a explicação para esse equilíbrio nas sequências dialogais (211 ocorrências de sujeito preenchido, equivalente a 47,31%, contra 235 ocorrências de sujeito vazio, equivalente a 52,69%) poderia ser justificada pela própria natureza do discurso direto. Caracterizado como um gênero prototípico (CASTILHO, 2010, p. 239) — isto é, um gênero que pode conter outros gêneros, pois, durante um diálogo, por exemplo, existe a possibilidade de o locutor

²⁹ Normalmente, no 9º ano do ensino fundamental, iniciam-se os trabalhos com as categorias de texto de opinião. As razões para isso se baseiam no livro didático, pois é quase sempre no volume do 9º ano que se apresentam os exemplos dessa categoria ou na crença instituída de que, só a partir dessa fase, os alunos teriam maturidade para lidar com textos dessa natureza.

³⁰ É a intergenericidade ou intertextualidade intergenérica, denominada também por Marcuschi (2002) de configuração híbrida, ou seja, trata-se de um gênero que exerce a função de outro, o que revela "... a possibilidade de operação e maleabilidade que dá aos gêneros enorme capacidade de adaptação e ausência de rigidez". (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 31)

expressar uma opinião, narrar acontecimentos, descrever um determinado lugar ou pessoa, relatar uma experiência etc. —, o diálogo teria em sua constituição uma diversidade de gêneros, da qual dependeria o preenchimento, ou não, do sujeito pronominal de 1ª pessoa. A frequência, maior ou menor, desse preenchimento estaria, portanto, subordinada às escolhas discursivas do locutor.

As 446 ocorrências de sujeito pronominal (211 de sujeito preenchido e 235 de sujeito vazio) correspondem às sequências dialogais encontradas nos textos 1T, 2T, 4T e 6T. O modo como essas sequências dialogais se estruturam varia de acordo com a configuração textual na qual elas se encontram. Em 1T e 2T (*Narrações escolares em 1ª e 3ª pessoas*, respectivamente), elas são, normalmente, introduzidas por verbo de elocução, seguido de dois-pontos e travessão. Em 4T (*Diálogo*), são introduzidas apenas pelo travessão. Em 6T (*Texto dramático*), pelo nome do personagem ao qual corresponde a fala, seguido de dois-pontos. Ocorre que, associados à tendência norteadada pela configuração do texto, pode haver condicionamentos de natureza gramatical, como já apontaram alguns estudos sobre o sujeito (CASTILHO, 2012)³¹.

As duas outras formas pronominais de 1ª pessoa que ocupam função sintática de sujeito (*me* e *mim*) tiveram, como já apontamos, baixa frequência nos textos analisados. *Me* — ao contrário do que expressa o senso comum, quando diz que os pronomes oblíquos não podem funcionar como sujeito — tem seu uso, nessa função, respaldado pelas gramáticas prescritivo-normativas, quando associado a verbos causativos ou sensitivos. Justamente nessas circunstâncias se inserem os exemplos encontrados no *corpus* examinado, entre os quais estão (F116) e (F117):

(F116) A forma como ela se expressa na arte, suas obras ... Achei fantásticas (sim!, fui pesquisar na internet) realmente interessantes. Isso *me* fez refletir sobre o tratamento diferenciado entre mulheres e homens. *Me* fez perguntar a mim mesma a seguinte questão: se estamos em pleno século XXI, por que algumas pessoas ainda não veem que homens e mulheres podem ter direitos iguais como ser humano? (7T34D)

(F117) — Por favor, deixe-*me* ajudá-la. Estou vendo que a senhora precisa muito.
— Tudo bem, mas eu só preciso de um pouco de água para dar de beber aos meus filhos e também para fazer comida. (1T58D)

Em (F116), o verbo causativo *fazer* está presente nas 2 ocorrências do pronome *me*. Em ambas, *me* é objeto direto do verbo *fazer* e sujeito do infinitivo que o segue (*refletir* e *perguntar*). Em (F117), *me* é objeto direto do verbo causativo *deixar* e sujeito do infinitivo

³¹ Para explicar sujeito e categoria vazia, Castilho (2010) recorre, entre outros, ao estudo de Duarte (1993), que constata, pesquisando peças teatrais de escritores brasileiros dos séculos XIX e XX, o crescimento gradativo do preenchimento da função sujeito. Para essa pesquisadora, o preenchimento, cada vez mais frequente do sujeito, estaria condicionado ao empobrecimento da morfologia verbal.

ajudar. Nessas circunstâncias, *me* tem sido frequentemente substituído pelo pronome *eu*, construção que não é aceita pelas gramáticas prescritivo-normativas. É bem provável que essa alternância entre o uso do pronome oblíquo e o reto esteja relacionada ao papel duplo que o pronome exerce nesse contexto. Esse papel duplo corresponde às duas funções sintáticas que esse pronome exerce, quando está associado aos verbos causativos ou sensitivos: complemento do verbo causativo ou sensitivo³² e sujeito da oração seguinte. A opção pelo pronome oblíquo ou reto dependeria da percepção e da intenção que o usuário tem: se percebe que o papel do pronome é mais passivo (ou seja, subordina-se mais ao verbo causativo/sensitivo que ao infinitivo), como em (F116) e (F117), observamos o uso do oblíquo. Se, ao contrário, percebe uma ligação maior do pronome com o verbo do qual ele é sujeito, sentindo aí maior agentividade, como em (F118) e (F119), a preferência do aluno como usuário foi pelo pronome reto.

- (F118) — O que fez ontem?
 — Fui no shopping com os parça. E você?
 — Fiquei de bobeira em casa.
 — Deixa *eu* falar. Você viu o que a F. fez?
 — O quê? Ela ficou com o F.? (4T26E)
 (F119) — Amiga, você faz um favor?
 — Sim, amiga. Faço.
 — Pede para meus pais deixarem *eu* sair com você. (1T23D)

Em (F118) e (F119), usa-se o pronome reto, que se liga mais ao segundo verbo (*falar*, em F118; *sair*, em F119), pois importa ao usuário destacar a ação que será executada por esse elemento pronominal. Em (F116) e (F117), ao contrário, o que importa destacar é a modificação sofrida pelo elemento.

A explicação dada por Bagno (2011, p. 596-597) para esse fenômeno é diferente: a substituição do pronome oblíquo pelo reto pode ser explicada pela tendência do português brasileiro de preencher a posição de sujeito e esvaziar a posição de objeto direto.

É decerto essa tendência cada vez mais acentuada ao apagamento do objeto direto e à explicitação do sujeito que explica a ocorrência quase exclusiva, na língua falada no Brasil, de construções com os índices de pessoa e não-pessoa no caso reto (nominativo) no lugar do caso oblíquo (acusativo) preconizado pela TGP [Tradição Gramatical do Português], sempre muito apegada à gramática latina. (BAGNO, 2011, p. 597)

Com relação ao pronome *mim*, em função sintática de sujeito, encontramos apenas 2 ocorrências. O índice tão baixo na escrita talvez se deva ao combate incessante dirigido a essa

³² Tanto em relação à nomenclatura quanto à análise dos verbos causativos e sensitivos, há certo consenso entre as gramáticas prescritivo-normativas e descritivo-normativas. A divergência entre elas está no fato de estas também aceitarem que o pronome reto se alterne com o oblíquo, enquanto aquelas só admitem nesse contexto o pronome oblíquo.

construção pelas gramáticas prescritivo-normativas, pelos professores e também às condições necessárias para que ele exerça essa função. *Mim* só ocorre como sujeito de verbos no infinitivo nos casos em que estiver acompanhado da preposição *para*, como em (F84) e (F85):

(F84) — Meu pai e minha mãe me disseram *pra mim* nunca mais ir jogar bola (1T-23D)

(F85) — Mãe, me a ajuda a escolher uma roupa decente *para mim* ir no shopping. (1T-29D)

A explicação para o uso de *mim* funcionando como sujeito de verbo no infinitivo estaria na capacidade que os falantes têm de, ao processarem a língua, estabelecerem estratégias que resultem em ganho funcional para os usuários. Uma dessas estratégias, como explica Bagno (2012), seria a “... do cruzamento: duas construções se fundem numa só que sintetiza a sintaxe-semântica-pragmática” (p. 729):

a. O ilustrador trouxe um desenho *para mim*.

a.b. O ilustrador trouxe um desenho *para mim examinar*.

b. O ilustrador trouxe um desenho *para eu examinar*.

A construção resultante do cruzamento permite dizer duas coisas de uma vez só, representando portanto um ganho funcional, uma comunicação mais eficiente: o ilustrador não só trouxe o desenho para mim, como também trouxe ele para eu examinar. (BAGNO, 2012, p. 730)

Os dois exemplos (F84) e (F85) parecem não se enquadrar nessa explicação. Nos dois casos, o *mim* parece exercer apenas a função sintática de sujeito do verbo no infinitivo, já que quem recebe a ação, ou seja, funciona como complemento do verbo *dizer* (em F84) e *ajudar* (em F85) é o pronome *me*. Nos fragmentos em questão, dado o modo como foram construídos, podemos dizer que os alunos não usaram a estratégia do cruzamento, mas já atribuíram ao pronome *mim* a função sintática exclusiva de sujeito.

Os pronomes de 1ª pessoa, em função sintática de sujeito, aqui analisados, refletem os usos apresentados pelas gramáticas descritivo-normativas como próprios do português brasileiro, inclusive aqueles usos relativos à sua norma culta urbana. Também coincidem, em muitos casos, com os usos indicados pelas gramáticas prescritivo-normativas. As formas socialmente estigmatizadas, como o uso do pronome *mim* em função de sujeito, ocorreram poucas vezes. Esses dados talvez indiquem, pelo menos em relação aos pronomes de 1ª pessoa, que a interferência das condições de produção, associada ao ensino sistemático dessa categoria de palavras, favorece a apropriação (consciente) dos usos menos estigmatizados socialmente. Isso mostra que a capacidade de adequação do usuário às condições de uso da língua está se efetivando no processo de escrita escolar.

4.2.2 Função Sintática de Complemento

Investigando nos textos de que forma se realiza a 1ª pessoa do singular em função de complemento, encontramos 5 possibilidades que se concretizam nas seguintes formas pronominais: *me*, *mim*, *comigo*, *se*, *eu*. Dessas 5 formas, nas quais a função sintática de complemento se realizam, as 3 primeiras, referendadas pelos usos mais cultos e pelas gramáticas prescritivo-normativas, são as que predominam, contando com 122 (98,39%) ocorrências de um total de 124. As 2 (1,61%) ocorrências restantes se dividem: 1 para *se* e 1 para *eu*. No quadro 14, a seguir, podemos observar a distribuição dos pronomes de 1ª pessoa do singular de acordo com as funções sintáticas que exercem nos textos analisados:

Quadro 14 — Ocorrências dos pronomes de acordo com as funções sintáticas que exercem

Função sintática	Pronome										Total em relação à função sintática
	me	%	mim	%	comigo	%	se	%	eu	%	
Objeto indireto	21	27,27	21	80,77	07	36,84					49
Objeto direto	55	71,43					01	100	01	100	57
Complemento nominal			03	11,54	04	21,05					07
Adjunto adverbial			01	3,85	08	42,11					09
Adjunto adnominal	01	1,30	01	3,85							02
Total em relação ao tipo de pronome	77	100	26	100	19	100	01	100	01	100	124

Fonte: próprio autor

Entre as formas indicadas pelas gramáticas prescritivo-normativas como próprias para exercer a função sintática de complemento, o pronome *me* é o que mais ocorre. São 77 ocorrências, número equivalente a 63,11% da soma dessas 3 formas (*me*, *mim*, *comigo*). *Mim* ocupa o segundo lugar, com 26 ocorrências (21,31%), e *comigo* o terceiro, com 19 (15,57%).

As funções sintáticas nas quais *me* foi usado são, em ordem decrescente, objeto direto (F120) e (F121), com 55³³ ocorrências (71,43%), objeto indireto (F122) e (F123), com 21 (27,27%) e adjunto adnominal (F124), com 1 (1,30%). Os fragmentos abaixo ilustram esses usos:

(F120) — Obrigado, pessoal, por *me* apoiarem. (1T13E)

(F121) De repente, eu e meu amigo se separamos e eu chamei ele muitas vezes, mas ele não respondia. Voltei para cima e meu amigo *me* assustou. (1T49D)

(F122) Acordei assustado, sem entender o que havia acontecido. Logo veio minha mãe e *me* explicou que não era porão e sim um quarto abandonado. (1T55E)

(F123) — Claro, sim. Passe-*me* o endereço que vou lhe entregar. (1T20D)

³³ Entre as 55 ocorrências do pronome *me* em função sintática de objeto direto, foram computadas 5 ocorrências em que esse pronome, por estar num contexto no qual há verbo causativo, exerce, além da função de objeto direto do verbo causativo, a função de sujeito do infinitivo que introduz a sentença seguinte.

(F124) Em todas atividades, *me* chamou atenção cada uma com [seus] aprendizados diferentes. (7T43E)

A respeito da colocação, o pronome *me*, das 77 vezes em que ocorre, é usado em 71 (92,21%) na posição proclítica, confirmando a tendência do português brasileiro de antepor o pronome ao verbo principal da oração. A colocação pronominal proclítica nos dados levantados corresponde aos usos mais cultos e atendem, em sua maioria, aos usos apontados nas gramáticas prescritivo-normativas. Em 6 ocorrências (F125), (F126), (F127), (F128), (F129) e (F130), o pronome é enclítico:

(F125) — Por favor, deixe-*me* ajudá-la. (1T58D)

(F126) — Explique-*me* o seu problema. (1T58D)

(F127) Felipe disse-*me*: Farei de tudo pra sairmos daqui vivos. (2T72D)

(F128) Foi quando ele me pegou no colo e levou-*me* para fora. (2T72D)

(F129) — Claro, sim. Passe-*me* o endereço que vou lhe entregar. (1T20D)

(F130) — É, eu sei. Desculpe-*me*. (2T30E)

Nesses 6 exemplos, a influência da prescrição fica evidente. Em (F126), (F129) e (F130), observamos a predominância da norma-padrão, segunda a qual não se inicia sentença com os pronomes oblíquos. Em (F125), (F127) e (F128), fica ainda mais patente a interferência da prescrição sobre os usos. São 3 circunstâncias de uso em que a ênclise só ocorre graças a uma consciência normativa (no sentido de normatividade), associada a uma consciência dos contextos de produção, derivada do apelo das regras, durante as aulas de português e, principalmente, da leitura.

É interessante observarmos que os 6 exemplos de ênclise são provenientes de apenas 3 autores (os fragmentos (1T58D) e o (1T20D) pertencem à mesma aluna), 2 dos quais, podemos afirmar, são leitores de obras nas quais prevalecem os usos prescritivos. O número restrito de alunos pode demonstrar que, no embate entre uso e prescrição, prevalece o uso. No entanto mostra que a aquisição dos usos prescritivos depende não apenas do acesso à escola (já que todos os alunos envolvidos, neste trabalho, frequentaram um período escolar equivalente), mas também do acesso efetivo e frequente do aluno aos textos que utilizam, em maior ou menor escala, esses usos. É bem provável que o uso da ênclise nesses exemplos esteja condicionado ao contato frequente que esses dois alunos têm com esse tipo de leitura.

O baixo índice de ocorrências de *me* em função sintática de adjunto adnominal, como em (F131), se deve ao fato de ser esse uso restrito aos casos em que o pronome *me* seria equivalente a um possessivo.

(F131) Em todas atividades, *me* chamou atenção cada uma com [seus] aprendizados diferentes. (7T43E)

(F131a) Em todas atividades, chamou *minha* atenção cada uma com [seus] aprendizados diferentes.

Ainda que o trecho apresente certo problema de construção, fica evidente, quando observamos em (F131a) que a função sintática de *me*, em (F131), corresponde a de adjunto adnominal, pois equivale ao pronome possessivo *minha*.

Entre os dados levantados, não encontramos nenhuma ocorrência do pronome *me* em função sintática de complemento nominal, embora essa seja uma função compatível com esse pronome — apesar de restrita (exemplo: A lei não *me* era favorável). Na função de complemento nominal, a forma de 1ª pessoa preferida pelos usuários parece ser as que se fazem acompanhar de preposição: *mim* e *comigo*, como em (F132) e (F133). Mesmo assim, as ocorrências de 1ª pessoa nessa função são bem raras. Foram encontradas apenas 3 do pronome *mim* e 2 de *comigo*.

(F132) João morreu, ele era muito importante para *mim*. (2T72D)

(F133) ... eu irei acabar e junto *comigo* as coisas que necessitam também ... (2T84C)

É pouco provável que, em um fragmento como (F132), um aluno do 9º ano do ensino fundamental empregasse o *me* no lugar de *mim*, deixando o fragmento da forma como está apontado em (F132a).

(F132a) João morreu, ele *me* era muito importante. (2T72D)

Tal fragmento tem uma estrutura que poderia soar agramatical para a maioria dos usuários da língua. Seu uso seria mais provável em contextos literários.

Como complemento verbal, em função sintática de objeto indireto, *me* e *mim* são formas equivalentes, ou seja, podem permutar no mesmo contexto, quando o verbo ao qual se ligam é regido pela preposição *a*, *para* ou *por* (em alguns casos), como mostram os fragmentos (F133), (F134), (F135) e (F136)

(F133) — Que legal! Claro, eu vou sim, com muito prazer. *Me* diga como vai ser? (1T4C)

(F133a) — Que legal! Claro, eu vou sim, com muito prazer. Diga *a/para mim* como vai ser?

(F134) (Maria sai correndo atrás de seu pai)

Maria: Papai, *me* responde uma pergunta? (6T42C)

(F134a) (Maria sai correndo atrás de seu pai)

Maria: Papai, responde uma pergunta *a/para mim*?

(F135) Douglas: A profissão que era mais valorizada por ele era a minha! Eu era o secretário favorito dele. Ele *me* deu tudo. (6T51C)

(F135a) Douglas: A profissão que era a mais valorizada por ele era a minha! Eu era o secretário favorito dele. Ele deu tudo *a/para mim*.

(F136) — Tá bom, amiga. Agora vou ir me arrumar, e *me* espera lá na praça, hein? (4T9C)

(F136a) — Tá bom, amiga. Agora vou ir me arrumar, e espera *por mim* lá na praça, hein?

Embora, nesse contexto, *me* e *mim* possam permutar, como mostram os fragmentos, houve, de um total de 23 ocorrências com verbos regidos pela preposição *para* ou *a*, apenas 2

casos em que o pronome *mim* ocorreu, em função sintática de objeto indireto, como exemplificam os fragmentos (F137) e (F138).

(F137) Carol: Eu estou, afinal sei que Samuel deixou tudo, exclusivamente e unicamente, para *mim*! (6T51C)

(F138) Júlio: Nada disso! Meu primo deixou toda a herança para *mim*! (6T51C)

Das 21 ocorrências do pronome *mim*, em função sintática de objeto indireto, em 19 ele esteve ligado a verbos regidos pelas preposições *de* (*gostar de, cuidar de, precisar de, necessitar de, abusar de*), *em* (*pensar em, confiar em*) e *por* (*estar apaixonado por*). Esses dados podem indicar que está havendo especificação em relação ao contexto em que *me* e *mim* são usados: 1) nos contextos com verbos regidos pelas preposições *a/para*, circunstância em que ambos poderiam figurar, há predomínio quase absoluto de *me*; 2) o pronome *mim*, nesse mesmo contexto, ficaria restrito aos casos de ênfase, em que é necessário ao usuário marcar sua posição com mais veemência. Isso ocorre exatamente nos fragmentos (F137) e (F138), tirados de um texto em cujo enredo os personagens discutem a divisão de uma herança. Ficam também para o pronome *mim* os contextos com verbos regidos por outras preposições (*de* e *em*, por exemplo), contextos estes nos quais *me* é inadequado para a função de objeto indireto (F139) e (F140).

(F139) — Então a vovó ainda gosta de *mim*? (4T68D)

(F139a) *— Então a vovó ainda *me* gosta?

(F140) Júlio: O Samuel gostava mesmo era de mim! (Aponta para todos os herdeiros) Sempre pensava em *mim* antes de todos vocês! (6T51C)

(F140a) *Júlio: O Samuel gostava mesmo era de mim! (Aponta para todos os herdeiros) Sempre *me* pensava antes de todos vocês!

Nos fragmentos (F139) e (F140), *me* e *mim* não são cambiáveis. A troca de um pelo outro, nesses contextos, torna o fragmento agramatical.

O pronome *comigo*, empregado 19 vezes nos textos, aparece em 3 funções sintáticas: objeto indireto (F141) e (F142), adjunto adverbial (F143) e (F144) e complemento nominal (F145).

(F141) — Ô, você quer namorar *comigo*? (1T69C)

(F142) — Julieta, quer se casar *comigo*? (6T43C)

(F143) — Quer sair *comigo* no sábado? — perguntou João. (1T26D)

(F144) Meus amigos fizeram uma brincadeira *comigo*. (2T55E)

(F145) Júlia: Olá, bom, acho que estou apaixonada por um cara que não quer nada *comigo*. (6T69C)

Das 19 ocorrências do pronome *comigo*, 14 estão em sequências dialogais (4 T — *Diálogo*) e 5 em trechos narrativos em 1ª pessoa (2T — *Narração escolar em 1ª pessoa*), sequências textuais nas quais predominam os marcadores próprios do enunciador, ou seja, os pronomes de 1ª pessoa.

Embora na fala o pronome *se* tenha expandido o seu domínio para as 1ª e 2ª pessoas, além da 3ª da qual tradicionalmente faz parte, nos textos escritos analisados por nós, esse pronome, referindo-se à 1ª pessoa do singular, apareceu somente 1 vez (F103) no *corpus*.

(F103) — 10:30, mas você pode ir às 10h para me ajudar a *se* arrumar. (1T24D)

O pronome *se* ocorre como referente da 1ª pessoa nos contextos em que há reflexibilidade, exatamente como em (F103). Nesse fragmento, o referente do sujeito é o mesmo do objeto direto do verbo *arrumar*: *se*. Isso significa que a ação expressa pelo verbo *arrumar* será praticada e sofrida pelo mesmo elemento do discurso. Nesses contextos, a indicação das gramáticas prescritivo-normativas determina que o sujeito e o complemento, por terem o mesmo referente, correspondam à mesma pessoa gramatical. Sacconi (1982, p. 154), por exemplo, diz que: “Verbos reflexivos são os que se conjugam com pronomes átonos do caso oblíquo (com função de objeto), na pessoa idêntica à do sujeito.” De acordo com essa norma, o fragmento deveria ser construído como em (F23a):

(F103a) — 10:30, mas você pode ir às 10h para me ajudar a *me* arrumar.” (1T24D)

No mesmo fragmento e situações próximas, esperaríamos que o usuário da língua, assim como fez com o verbo *ajudar*, usasse, também, como em (F103a), o pronome *me* para completar o sentido de *arrumar*, já que esses dois complementos têm o mesmo referente (a pessoa que pede para ser ajudada). É possível que isso não tenha acontecido, porque o traço de reflexibilidade foi mais forte que o traço de pessoa.

Em relação ao pronome *eu*, encontramos uma única ocorrência em que esse pronome exerce função sintática de complemento.

(F81) — Não vejo a hora dele* pedir **eu** em casamento. (1T23E)

Nesse fragmento, o pronome *eu* exerce a função sintática de objeto direto do verbo *pedir*, função que, nesse caso, deveria ser preenchida, segundo a prescrição, pelo pronome oblíquo *me*, como em (F81a):

(F81a) — Não vejo a hora dele* me pedir em casamento. (1T23E)

Podemos considerar que o fato de ter havido essa única ocorrência de *eu* em função sintática de complemento se deva à escola, pois, quando comparamos com os números de *me* nessa mesma função, encontramos 55 ocorrências desse pronome em função de objeto direto. Se comparássemos os dados da fala, provavelmente os números não seriam tão distantes (1 de *eu* para 55 de *me*). O papel normativo que a escola exerce, associado às condições de

produção — que também são colocadas pela escola — devem ter influenciado para que houvesse uma única ocorrência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal proposto para este trabalho referia-se a uma pesquisa que buscava compreender a configuração dos pronomes de 1ª pessoa (singular e plural) nas produções escritas dos alunos do 9º ano do ensino fundamental. O objetivo específico referia-se à comparação, a partir da qual poderíamos traçar as divergências entre os usos dos pronomes levantados nos textos dos alunos e os usos apontados nos quadros das gramáticas prescritivo-normativas e descritos nos quadros das gramáticas descritivo-normativas.

O resultado da análise dos textos nos permitiu construir um quadro que contemplasse os pronomes de 1ª pessoa usados pelos alunos, em suas formas e funções. Para 1ª pessoa do singular, em função sintática de sujeito, foram arroladas as formas *eu*, *me* e *mim*. Em função sintática de complemento, as formas referentes à 1ª pessoa do singular encontradas foram: *me*, *se*, *comigo*, *eu*, preposição+*mim*. No plural, as formas em função sintática de sujeito encontradas foram: *nós*, *nos* e *a gente*; em função de complemento, *nos*, *nós*, preposição+*nós*, *se*, *conosco*, *a gente*, preposição+*a gente*.

Quadro 12 — Pronomes pessoais de 1ª pessoa do singular e plural

Número	Sujeito	Complemento
Singular	eu, mim, me	me, se, comigo, preposição+mim, eu
Plural	nós, a gente, nos	nos, nós, preposição+nós, se, conosco, a gente, preposição+a gente

Fonte: próprio autor

No que se refere à comparação entre o quadro proposto por nós e o quadro 2 apresentado nas gramáticas prescritivo-normativas, constatamos, em relação à 1ª pessoa do singular, que, com exceção do pronome *comigo*, todas as demais formas assumiram uma nova função sintática nas produções dos alunos. A observação, no quadro, mostra-nos que houve migração nos dois sentidos: o pronome sujeito (*eu*) passou a pronome complemento e os pronomes complementos (*me* e *mim*) passaram a pronomes sujeitos. Dessa forma, *eu* acumula, além da função sintática de sujeito, a de objeto direto; *me* e *mim*, além das funções sintáticas de objeto direto e indireto, assumem também a função de sujeito. Dessas novas funções assumidas por esses pronomes, ressalvada a função de sujeito acusativo do pronome *me*, nenhuma outra é referida pelas gramáticas prescritivo-normativas.

Em relação às formas, nosso quadro 12 se diferencia do das gramáticas prescritivo-normativas (Quadro 2) por contar com o *se* entre os pronomes de 1ª pessoa do singular. Nestas gramáticas, esse pronome figura como um elemento exclusivo de referência à 3ª pessoa.

No que concerne à 1ª pessoa do plural, as divergências entre o quadro proposto a partir dos usos dos alunos, no registro escrito, e o quadro das gramáticas prescritivo-normativas são ainda maiores. Nestas, o quadro 2 não contempla a expressão *a gente*, apesar de ela estar plenamente pronominalizada e seu uso ser frequente, principalmente, na fala e em textos escritos com menor grau de formalidade. Os quadros 12 e 2 também divergem quanto aos usos do pronome *se*, que se inclui, nos textos analisados, entre os pronomes oblíquos de 1ª pessoa do plural, concorrendo com *nos* em contextos nos quais ele/este tem o mesmo referente que o sujeito, ou seja, é um pronome reflexivo. Nesse contexto, o pronome *se* corresponde a quase 37,93% das ocorrências. Trata-se de um número bem significativo, se considerarmos que estamos tratando de textos escritos e que o uso de *se* em referência à 1ª pessoa do plural ou singular tem uma avaliação social bastante negativa.

Em relação às funções sintáticas, com exceção de *conosco*, todas as demais formas da 1ª pessoa do plural, sejam elas do caso reto, sejam do oblíquo, representaram, nos textos analisados, outras funções, além daquelas apontadas pelas gramáticas prescritivo-normativas. O pronome *nós* acumula as funções sintáticas de sujeito (função prescrita) e de objeto direto. Nessa última função, *nós* não se faz acompanhar por preposição e aparece sempre posposto ao verbo. Sob essas condições, *nós* não tem seu uso referendado pelas gramáticas prescritivo-normativa. Isso só acontece nos casos em que é regido por preposição, circunstância na qual mais acumulou funções nos textos analisados. Foram 12 ocorrências divididas entre as funções de objeto direto e indireto, complemento nominal, adjunto adverbial, adjunto adnominal e agente da passiva. *Nos* exerce a função de complemento (objeto direto e indireto) e sujeito de verbo causativo, ambas prescritas, embora esta última, normalmente, seja explicada em nota, e o pronome *nos* nunca figure no quadro de pronomes das gramáticas prescritivo-normativa em função de sujeito.

Embora com um número de ocorrência bem menor que o das formas relacionadas a *nós*, a expressão *a gente*, como referente de 1ª pessoa do plural, foi encontrada exercendo todas as funções sintáticas associadas a seu concorrente, exceto a de agente da passiva. Assim, tivemos ocorrências de *a gente* em função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adverbial e adjunto adnominal.

A comparação dos resultados obtidos na análise com aqueles apontados pelos quadros das gramáticas descritivo-normativas como próprios do português brasileiro mostrou que ambos são praticamente iguais, seja em relação às formas, seja em relação às funções sintáticas que desempenham. As divergências entre o quadro 12 apurado pela nossa pesquisa e os quadros das gramáticas descritivo-normativas (CASTILHO, 2010; BAGNO, 2012),

tomados como referência para as comparações, são pontuais. Em relação ao quadro proposto por Castilho (2010) (quadro 1), o nosso quadro 12 diverge por conter *se* e *nós* (sem preposição) em função sintática de complemento, relacionados à 1ª pessoa do plural e do singular (*se*), e à 1ª pessoa do plural (*nós*), formas que o quadro desse autor não apresenta. Diverge, também, por não apresentar o pronome *eu* em função sintática de complemento, acompanhado de preposição e *a gente* em função de sujeito, referindo-se à 1ª pessoa do singular, ambos presentes no quadro de Castilho (2010). Em relação ao quadro proposto por Bagno (2012) (quadro 5), as divergências se referem a duas formas: o pronome *eu* acompanhado de preposição em função de complemento e o pronome *se* (reflexivo) em referência à 1ª pessoa do singular em função de complemento. A primeira delas só aparece no quadro de Bagno (2012); a segunda só aparece em nosso quadro, no qual se refere tanto à 1ª pessoa do singular quanto à 1ª pessoa do plural.

Sobre as formas de representação da 1ª pessoa do plural, na escrita, os resultados apontam uma grande vantagem do pronome *nós* sobre a forma inovadora *a gente*. Em função sintática de sujeito, das 658 ocorrências de 1ª pessoa do plural, 619 correspondem ao uso de *nós* (94,07%) e apenas 39 ao uso de *a gente* (5,93%). Em função de complemento, são 46 ocorrências para as formas relativas ao pronome *nós* (83,64%) e 9 para *a gente* (16,36%). Somadas, as ocorrências do pronome *nós* correspondem a 665 (93,27%) e as de *a gente* a 48 (6,73%). São números muito diferentes dos apresentados nos trabalhos que investigaram a ocorrência dessas duas variantes em relação à fala. A média dos resultados apontados por esses estudos dá 75,87% para *a gente* contra 24,13% para *nós*.

No que concerne ao preenchimento do sujeito, quando este é um pronome de 1ª pessoa, os dados apurados remetem a resultados diferentes para o singular e o plural. Das 619 ocorrências do pronome *nós* em função sintática de sujeito, 90 (14,54%) são explícitas; e 519 (85,46%), implícitas (marcadas apenas pela desinência verbal *-mos*). Quanto à expressão *a gente*, das 39 ocorrências, 35 (89,74%) são explícitas; e 4 (10,26%), implícitas. Entre as condições que favoreceriam o apagamento do sujeito pronominal, está a configuração textual. Em textos narrativos e relatos, por apresentarem sequências de ações relacionadas ao mesmo referente, haveria maior frequência de apagamento do sujeito, pois as desinências verbais remeteriam a esse referente, apoiadas, obviamente, no contexto em que estão ancoradas. Nas sequências dialogais, o apagamento do sujeito seria decorrente da natureza dessa sequência textual, cuja existência estaria condicionada à presença dos interlocutores. Se o interlocutor está “presente”, o referente linguístico, o pronome, só seria necessário nos casos em que fosse imprescindível dar ênfase à presença do locutor.

Para a 1ª pessoa do singular (*eu*) em função sintática de sujeito, das 652 ocorrências, a forma explícita corresponde a 49,08% ou 320; a forma implícita, a 50,92% ou 332 ocorrências. As condições que poderiam favorecer o apagamento do sujeito, quando este é um pronome de 1ª pessoa do plural, também estão relacionadas à configuração textual. Textos de opinião, ou sequências textuais com essas características, teriam altos níveis de preenchimento, porque seriam textos nos quais o enunciador tenderia a marcar de modo mais contundente sua posição.

Nas sequências dialogais, as condições não operam da mesma forma para a 1ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural. Prevalece ainda o sujeito vazio, mas sua vantagem se reduz (52,69% para sujeito vazio contra 47,31% para sujeito pleno). A condição “presença” dos interlocutores, que favoreceria o sujeito vazio, concorre, nesse contexto, com outro condicionamento, ligado à característica da sequência dialogal de se realizar nos mais diversos gêneros textuais/discursivos e também em sequências textuais, entre os quais estão aqueles em que o locutor vê a necessidade de reforçar sua posição, marcando sua presença não apenas na desinência verbal, mas também a explicitando no pronome.

Os resultados deste trabalho mostram que, em relação aos pronomes de 1ª pessoa, os usos averiguados nos textos escritos dos alunos concluintes do ensino fundamental correspondem, em sua maior parte, aos usos mais cultos da língua. Em alguns casos até se enquadram ao que indicam as gramáticas prescritivo-normativas. Também mostram que, com esses usos e a despeito de haver todo um aparato prescritivista na escola, convivem outros, entre os quais os aceitos em condições de informalidade e aqueles para os quais avaliação social é bastante negativa, embora já façam parte do cotidiano de muitos brasileiros.

Cabe à escola, nesse caso, sem estabelecer juízo de valor, apresentar aos alunos os diferentes modos de realização dos pronomes de 1ª pessoa averiguados em suas produções e compará-los aos usos indicados pelas gramáticas prescritivo-normativas ou mesmo àqueles propostos pelos livros didáticos e ainda aos consumados nos textos mais cultos (imprensa, literatura etc.). Essa comparação mostrará a língua como um sistema múltiplo, que abriga um conjunto de variantes, todas linguisticamente válidas, todas obedecendo a uma norma (no sentido de normalidade), e permitirá que se discutam as questões sobre variação e preconceito linguístico a partir dos próprios usos dos alunos.

Abordar o ensino da língua a partir dessa perspectiva só é possível se os elementos da língua forem considerados em seus usos, despidos de qualquer insinuação valorativa.

A primeira ressalva, entretanto — que é ligada, também, à consideração da funcionalidade da língua —, é que, se as normas emergem naturalmente dos usos linguísticos, exatamente por isso a elas não pode vincular-se nenhuma noção de

autoridade (*auctoritas*): é do próprio uso (*usus*) que emergem os padrões de adequação que compete observar e seguir, se o que se busca é o bom desempenho em termos socioculturais. São padrões que “gramáticos” poderão registrar, examinando-lhes a natureza e as condições de uso, mas que nenhum gramático poderá instituir como modelo, ditando-os com sua autoridade. Nem linguisticamente nem socioculturalmente fica aberto terreno para que indivíduos (por mais especialistas que sejam) pontifiquem sobre qual seja a norma legítima. (NEVES, 2013, p. 50)

Se as normas emergem dos usos, um projeto de ensino de língua materna não pode prescindir da análise desses usos no processo de ensino e aprendizagem e se preocupar, exclusivamente, em apresentar ao aluno um conjunto de regras baseado em uma variedade tida como exemplar, embora não corresponda, pelo menos em parte, nem mesmo aos usos mais cultos da língua no estágio atual. No processo de ensino, a escola deveria se pautar pelos usos, considerando inclusive os empregos apontados pelas gramáticas prescritivo-normativas, quando estes estivessem nos textos trazidos para a aula. Uma educação linguística pautada pelos usos daria ao aluno instrumentos para reconhecer as circunstâncias adequadas para cada um dos usos. Mudaria, portanto, a concepção que divide esses mesmos usos em grupos de *certo e errado*, para concebê-los a partir da perspectiva da adequação e expandiria, no sujeito, a noção de língua, que passaria a ser observada e sentida em sua plenitude, pois estaria livre das “amarras” que a restringem a um espaço de prescrição e preconceito.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- ASSIS, Machado. **Histórias sem data**. São Paulo: Mérito, 1959.
- BAGNO, Marcos. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- _____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 277-283.
- BORGES, P. R. A. **A gramaticalização de a gente em português brasileiro**: análise histórico-social linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaraguão e Pelotas. 2004. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização linguística**. São Paulo: Scipione, 1989.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____.; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. O português brasileiro: In: ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo, 1997. p. 237-269.
- CEGALLA, Domingos P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DOLZ, Joaquim; Schneuwly, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Varição e sintaxe**: clítico, acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. 1986. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 1986.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). **Português brasileiro**. Uma viagem diacrônica. Campinas: Edunicamp, 1993. p. 107-128

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco M. de. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1999.

FARACO, Carlos. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FERNANDES, Eliene Alves. **Nós e a gente**: variação na cidade de João Pessoa. Dissertação de Mestrado. UFPB, 1996.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

LOBATO, Monteiro. **Fábulas e histórias diversas**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

LOPES, Célia Regina dos Santos. O percurso de a gente em tempo real de longa duração. In: MATOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2001. v. 2, p.127-148.

LOPES, Celia Regina dos S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. (Orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-114.

LUCCHESI, Dante. A representação da primeira pessoa do plural. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.) 2ª Parte: A gramática do português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 457-469. Disponível em: <<http://books.sciell.org>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio de. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto: 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática dos usos do português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. Scipione, 1994.

- NUNES, Jairo M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 201-220.
- OLIVEIRA, Sandra Carneiro de. **Nós e A gente em Caimbongo**: aspectos sócio-históricos e linguístico de uma comunidade afro-brasileira. 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Bahia, 2008.
- OMENA, Nelize. P. A referência à primeira pessoa do Plural: variação ou mudança? In: PAIVA, M. C; DUARTE, Maria. E. L. (Orgs.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Contracapa, 2003.
- OMENA, Nelize. P. de; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, M. C. (Orgs). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: brasileiro, 1996. p. 75-83.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. **A posição dos clíticos em português**: um estudo diacrônico. 1992. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1992.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- SACCONI, Luís Antônio. **Nossa Gramática: teoria e prática**. São Paulo: Atual, 1982.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: Ruffino, Giovanni (Org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza). Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5: 509-523, 1998.
- SEARA, I. S. A variação do sujeito *nós* e *a gente* na fala florianopolitana. **Organon**, Porto Alegre, 2000, p. 179-194.
- SILVA, Antonio Luís da. Projeto NURC: Histórico. **Linha d'Água**, n. 10, p. 83-90, jul. 1996.
- SILVA, Lia Barile Carvalho da. **Nós/A gente**: variação ou mudança? Dissertação do Programa de Mestrado de Comunicação, Linguagens e Culturada Universidade da Amazônia – Unama. Belém, 2011.
- ZILLES, Ana Maria S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de *a gente*? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, 2007. p. 27-44.

ANEXO — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

OS PRONOMES PESSOAIS NAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: EM BUSCA DE UMA NORMA

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidar o seu filho(a) para participar da pesquisa OS PRONOMES PESSOAIS NAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: EM BUSCA DE UMA NORMA, a ser realizada em Londrina. O objetivo da pesquisa é observar como se realizam os pronomes pessoais nos textos escritos por alunos que estão concluindo o ensino fundamental. Sua participação é muito importante e ela se daria por meio de sua autorização para que as produções escritas de seu(sua) filho(a), no ano de 2014, fossem utilizadas em texto desenvolvido como trabalho de conclusão de Mestrado.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados se relacionam ao fato de este trabalho poder contribuir com as teorias linguísticas na medida em que poderá propiciar uma revisão a respeito dos usos dos pronomes. Quanto aos riscos, não há nenhum, pois o material coletado deverá ser transcrito (digitado) e não haverá qualquer menção à sua autoria.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Marcos Antonio Travello Rennó (rua São Carlos, 90 – Jardim Sumaré. Telefone: (43) 96254572 e 33472073, e-mail: <travellorenno@gmail.com>), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: <cep268@uel.br>.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

Londrina, ___ de _____ de 2014.

Marcos Antonio Travello Rennó

RG::75507380

Eu, _____, RG _____,
responsável pelo menor _____,
autorizo sua participação na pesquisa: OS PRONOMES PESSOAIS NAS PRODUÇÕES ESCRITAS DOS
ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: EM BUSCA DE UMA NORMA.

(NOME POR EXTENSO DO SUJEITO DE
PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa,
concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____